



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**

**GRÃO-CHANCELER**

Dom Gilberto Pereira Lopes

**MAGNÍFICO REITOR**

Prof. Pe. José Benedito de Almeida Daivd

**VICE-REITOR**

Prof. Pe. Wilson Denadai

**PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO**

Prof. Jamil Cury Sawaya

**PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

Profa. Dra. Vera Sílvia Marão Beraquet

**PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS**

Profa. Carmen Cecília de Campos Lavras

**PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO**

Prof. Antonio Sergio Cella

**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS**

Diretor: Prof. Pe. Paulo Sérgio Lopes Gonçalves

Diretora Adjunta: Profa. Maria Salete Zulzke Trujillo

**FACULDADE DE HISTÓRIA**

Diretora: Profa. Lília Inês Zanotti de Medrano

**Endereço para Correspondência:**

Revista Notícia Bibliográfica e Histórica

Caixa Postal 1539 - 13001-970 - Campinas, SP

# NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

**ODILON NOGUEIRA DE MATOS**

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

---

**ANO XXXV - Nº191 ISSN-0101-4919 OUTUBRO - DEZEMBRO 2003**

---

## SUMÁRIO

Celso Maria de Mello Pupo (1899-2003) .....	351
Odilon Nogueira de Matos	
No centenário de Raimundo de Menezes .....	355
Odilon Nogueira de Matos	
Calabar: traidor ou patriota? .....	361
Vasco Mariz	
Algumas considerações sobre a pena de morte no Império .....	379
Duílio Battistoni Filho	
Um rápido passeio pelo Bairro Vila Nova .....	389
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci	
Feijó: dois momentos de sua atividade política .....	397
Célio Debes	

Koster: o mais fiel retratista da paisagem .....	409
Leonardo Dantas Silva	
O terrorismo no tempo dos nossos avós .....	423
Armando Alexandre dos Santos	
Fidelíssima, 180 anos .....	429
Roberto Machado Carvalho	

### **De Uma Pasta de Velhos Recortes**

A História de Vassouras .....	433
José Lins do Rego	

### **Textos (Sugestões para Seminários)**

As reformas de César (Suetônio) .....	437
De São Tomé e de outras coisas .....	438

### **Estrangeiros que Escreveram Sobre o Brasil**

Ernst Ebel (? - ?) .....	439
--------------------------	-----

### **Seleta**

De uma carta do dia 6 de março de 1824 (Ebel) .....	443
---	-----

### **Rabiscos de um Escrevinhador**

406. Recordando Hélio Lobo .....	445
407. Um grande cientista pouco lembrado .....	446
408. Halfeld, um grande germano-mineiro .....	448
409. Apelo aos historiadores .....	449

## CELSO MARIA DE MELLO PUPO (1899-2003)

Odilon Nogueira de MATOS

Com muita tristeza abrimos o presente número de nossa publicação com o registro do falecimento de uma das figuras mais expressivas da comunidade campineira, tanto na área da assistência social como na da historiografia, como pesquisador dedicado do passado da cidade em que residiu a maior parte de sua longa e abençoada existência. Faleceu a 2 de agosto, apenas a dois dias antes de completar a avançadíssima idade de 104 anos.

Nascido na histórica São Vicente a 5 de agosto de 1899, pouco viveu em sua cidade natal. Ainda muito jovem, veio para a Capital, onde realizou seus estudos de humanidades, findos os quais radicou-se em Campinas, de onde não mais saiu. Integrado na vida comunitária, prestou assinalados serviços à cidade, nos mais variados setores: social, cultural, profissional, filantrópico, fazendo jus à cidadania honorária que lhe foi atribuída pela Câmara Municipal. À frente da Santa Casa de Misericórdia, da qual foi provedor por muitos anos, bem como do Museu Arquidiocesano, desdobrou-se em trabalhos com incrível dedicação. Funcionário do Estado, aposentou-se como diretor da Repartição de Rendas, seção de Campinas.

O fato de não ter propriamente nascido em Campinas em nada diminuiu o seu campineirismo e o traço mais significativo deste seu sentimento está expresso no interesse que sempre demonstrou pela história da cidade, da qual se tornou o mais renomado historiador.

Ao estudar o passado campineiro, fê-lo não apenas como pesquisador frio e excessivamente preso à linguagem dos documentos, mas, e sem naturalmente desprezá-la, também com alma e coração. Seus

dois livros - **Campinas, seu berço e juventude**, de 1970, e **Campinas, município no Império**, de 1983 - são marcos significativos não apenas da historiografia campineira, mas da própria historiografia nacional. Já foi dito - e por mais de uma vez - que a história de Campinas pode ser dividida em duas fases: antes e depois dos livros de Celso Maria de Mello Pupo.

Do segundo, pode-se dizer tratar-se de uma das mais belas edições realizadas no Brasil. Mas, erraria, contudo, quem visse em seu livro apenas a apresentação material. Esta, por importante que seja, não deverá ofuscar a enorme tarefa de pesquisa a que se abalçou o autor ao estudar o cotidiano campineiro do século XIX. Tarefa das mais difíceis, pois além do espírito de pesquisa, do critério no tratamento das fontes, do exame cuidadoso da documentação ilustrativa, do discernimento na apreciação dos valores, exige requinte, bom gosto e sensibilidade. E tudo isso o autor demonstrou possuir.

Certa feita, recebemos de Celso Maria de Mello Pupo um honroso convite: prefaciá-lo seu livro sobre o Maestro Elias Lobo, um dos grandes nomes da música brasileira do século XIX, livro que viria preencher sensível lacuna na historiografia musical de nosso país, mas que, infelizmente, não chegou a ser publicado. A falta de sensibilidade, por parte de nossos órgãos culturais explica a indiferença por um trabalho que certamente seria um dos maiores livros versando sobre interessante aspecto da história da música no Brasil.

Seja-nos permitido destacar, do prefácio que escrevemos, os seguintes trechos: “O livro que tenho a honra de prefaciá-lo (talvez desnecessariamente) vem preencher uma lacuna. Se a história da música brasileira vem sendo estudada com relativa frequência, o mesmo já não posso dizer dos compositores brasileiros. A começar pelo maior de todos eles, o campineiro Carlos Gomes. As dezenas de livros que sobre ele existem quase sempre se repetem numa enfadonha monotonia sem adiantar quase nada sobre pontos ainda obscuros de sua vida e sua obra. Falta-lhes a pesquisa arquivística que Celso Maria de Mello Pupo soube realizar sobre o mestre ituíano. Ocorre, todavia, que Celso Maria de Mello Pupo é homem de arquivo e de pesquisa (como o tem demonstrado em outros trabalhos) e esta sua característica, aliada à preocupação de honestidade e boa informação, está presente em todas as linhas de seu livro. Documenta tudo, citando com precisão as fontes de que se serviu. E quando tem

dúvidas, o que, aliás, raramente acontece, não arrisca e nem avança. Suas fontes são as mais variadas: arquivos públicos, arquivos particulares, coleção pessoal e sobretudo a imprensa. Respiçou o que pôde em jornais do Rio, de São Paulo e de Campinas, recolhendo o que lhe pareceu bom para a boa caracterização não apenas do compositor, mas do homem Elias Lobo.

O resultado foi que o compositor emerge destas páginas, em corpo inteiro e, mais ainda, propiciando admirável estudo de sua família, pois os últimos capítulos são dedicados à genealogia dos Lobos, pois julga ele ser um privilégio descender de família que conhece a origem de seu apelido, quando a história registrou seus valores, até época remota, como podem fazer os “Lobos”, de Itu. E a linhagem vem desde D. Francisco Lobo, conselheiro de El-Rei e seu embaixador junto a Carlos V, em 1539, até seus novos rebentos, em boa parte vivendo hoje em Campinas, em Itu e em São Paulo, passando por D. Manuel Lobo, o famoso fundador e comandante da Colônia do Sacramento, a mais avançada sentinela lusitana no Atlântico sul, no século XVII.

Não é genealogia desinteressante, enfadonha e monótona, como de comum acontece, mas o autor aproveita o ensejo para traçar numerosos perfis daqueles que mais se destacaram, acentuando a tradição musical da família. Uma circunstância especial dá ao livro de Celso Maria de Mello Pupo um valor também especial: ligado pelo casamento à família de Elias Lobo (pois veio a casar-se com uma neta do compositor), o autor não produziu apenas um livro de “bonne foi” (como exigiria Montaigne), mas um livro também de sentimento, escrito com o coração. E isto, para os que acreditam no sentido humano da História, é tão importante quanto o sentido cultural que ela possa apresentar”.

Um dos fundadores da Academia Campinense de Letras, da qual foi presidente, o nome de Celso Maria de Mello Pupo extrapolou dos limites de sua cidade, merecendo ingresso no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e na Academia Paulista de História, e, ainda, como correspondente nos Institutos Históricos de Minas Gerais e de Santa Catarina.



# NO CENTENÁRIO DE RAIMUNDO DE MENEZES\*

Odilon Nogueira de MATOS

Sejam minhas primeiras palavras manifestação de meu regozijo por participar desta sessão especial da Academia de Ciências, Letras e Artes dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo destinada à evocação de uma das figuras marcantes de nossa vida cultural precisamente a propósito de seu centenário. Centenário que, sem dúvida, constitui a mais marcante efeméride cultural do ano em curso.

Raimundo de Menezes, escritor cearense, mas que, logo no início de sua carreira transferiu-se para São Paulo e aqui desenvolveu toda a sua grande atividade profissional e cultural, fazendo jús, inclusive, a integrar o quadro de titulares da Academia Paulista de Letras, na cadeira que pertenceu ao nosso grande Guilherme de Almeida. Com o seu falecimento em 1984, coube a quem vos fala a honra e o privilégio de sucedê-lo no sodalício do Largo de Arouche. No discurso de posse que nos coube proferir na sessão de 25 de setembro daquele mesmo ano de 1984, ressaltamos os traços mais significativos de sua carreira literária. E salientamos também algo muito significativo e que não é comum nas sucessões acadêmicas: a grande afinidade com nosso antecessor, que fez do jornalismo e da literatura os campos prediletos de sua atividade de escritor. Do jornal para a História, às vezes da História para o jornal. Se há muito de jornalístico em alguns de seus livros, por outro lado muito de seus artigos de jornal revestem-se do sentido de permanência que só o livro dá.

---

<sup>(\*)</sup> Conferência proferida na Academia de Ciências, Letras e Artes dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo no dia 22 de maio de 2003.

Não foi curta e nem fácil a escalada de Raimundo de Menezes, desde os “verdes mares bravios” de sua Fortaleza, à curul acadêmica das margens lendárias do Tietê. Vindo para São Paulo já formado em Direito, em nosso Estado realizou carreira como Delegado de Polícia, residindo em diversas cidades do interior, vindo em seguida para a Capital, onde viveu o restante de sua longa e profícua existência. Deixou bela folha de serviços a São Paulo, não apenas na sua profissão, mas igualmente na vida cultural, ocupando cargos como, entre outros, o de presidente (e por vários mandatos) da União Brasileira de Escritores e diretor do Departamento de Cultura da Municipalidade paulistana.

Enorme e valiosa foi sua produção literária: 27 livros, além do muito que ficou esparsa em jornais e revistas. Houve um traço em sua carreira que muito o exaltou e enobreceu: o interesse pelas atividades de escritor, o que demonstrou de sobra nas vezes em que teve em suas mãos o destino de entidades congregadoras dos homens de letras. Outro traço que nos toca muito de perto: o interesse pela História de São Paulo, assunto a que dedicou três livros e numerosos artigos, em estilo ameno, escoreito, sem preocupação de erudição, enfim livros capazes de interessar ao grande público (tanto que alcançaram várias edições), sem contudo descambarem para a vulgaridade ou a mera fantasia, permitidas, naturalmente, em obras de ficção, mas inaceitáveis nas de História.

Não será difícil uma classificação “grosso modo” de sua bagagem literária: 1. Literatura de viagens: **Outras terras e outras gentes** e **Nas ribas do rio-mar**, com as quais começou sua carreira de escritor, publicados em 1926 e 1928, respectivamente, o primeiro resultante de uma viagem à Europa e o segundo refletindo suas experiências pela Amazônia. 2. Obras sugeridas pelo exercício de sua própria profissão: **Madrugadas de sangue**, **Crimes e criminosos célebres** e **Histórias de crimes e criminosos**, este, em colaboração com Edgard Cavalheiro. 3. Evocação do passado paulista: **Aconteceu no velho São Paulo**, **Histórias da História de São Paulo** e **São Paulo dos nossos avós**. 4. Memórias e recordações: **Coisas que o tempo leva**. 5. Biografias. Não sabemos se Raimundo de Menezes foi homem de temperamento boêmio. Nosso relacionamento com ele, bastante escasso, não nos permite deduzir qualquer coisa que confirme ou negue este traço. O que sabemos, contudo, é que ele teve uma enorme preocupação em biografar escritores boêmios: A vida boêmia de Paula Ney, Emílio de

Menezes, o último boêmio, Guimarães Passos e sua época boêmia, Aluísio de Azevedo, uma vida de romance e Bastos Tigre e a “Belle epoque”. Enfim, cinco livros que se contam entre o que há de melhor em sua produção. E além desses autores boêmios, biografou a Capistrano de Abreu (na realidade também um boêmio), a Martins Fontes, a Clovis Bevilaqua, a José de Alencar e a Campos Sales, além do livro *Escritores na intimidade*. 6. Ficção: **Romances que não foram escritos**. 7. Selção de páginas de outros autores: **Obras primas de novela brasileira e Novelas do “Decameron”**.

Deixou, ainda, sobre a Academia Paulista de Letras a **História pitoresca de quarenta cadeiras**. Este, sem prejuízo para com os demais, merece de nossa parte uma referência especial. Com ele, procurou Raimundo de Menezes quebrar um certo preconceito que havia (e ainda há...) com relação às academias e, conseqüentemente, aos acadêmicos. Seriam eles sérios demais, reunindo-se solenemente uma vez por semana (e quase sempre às quintas-feiras), para um chá com torradas ou biscoitinhos, sem compromisso com quem quer que fosse e sem nada que lhes perturbasse nessa “paz de espírito” sem nada que lhes quebrasse a sizudez de seu comportamento ou cerimônia. Conferências ou palestras? Só muito raramente, em ocasiões significativas que fizessem jús aos seus “fardões”, às vezes até ridículos, mas que serviam para as páginas sociais dos jornais do domingo seguinte à reunião.

O livro de Raimundo de Menezes veio quebrar (digamos assim) este preconceito que havia (e ainda há...) com relação às Academias, mostrando o seu lado pitoresco, alegre e também profundamente humano. Comentando-o, escreveu Hernani Donato na apresentação: “É um livro surpreendente, pois além de sumamente agradável, possibilita ao leitor uma verdadeira, autêntica e por vezes indiscreta galeria de retratos psicológicos”.

Numa entrevista a Silveira Peixoto, Raimundo de Menezes relatou como, do Amazonas veio parar em São Paulo: “Armado com o canudo de bacharel, casado, arrumei as malas e tomei o rumo da terra prometida, a Canaã dos meus sonhos: São Paulo. Atirei-me à luta pela vida. Ingressei na polícia e aqui estou, delegado regional. Mas nunca deixei de ler os meus autores prediletos: o meu sempre querido Eça, Anatole, Júlio Dantas, Rui, Nabuco, Aluísio de Azevedo...”

Silveira Peixoto interrompeu-o: “Mas, e a História? Como foi que começou essa tendência para historiador?”

Raimundo responde: “Fui delegado em Itu. Você sabe, com aquele aspecto avelhantado, aquelas casas de beirais, aquelas frontarias de azulejos, aqueles becos estreitos...” Silveira interrompe: “Então, foi em Itu?” E Raimundo responde: “Foi. A velha e tradicional cidade é, em si, uma escola viva de História. Além disso, Afonso de Taunay aparecia por lá todo mês, a inspecionar o Museu Republicano “Convenção de Itu”. O agente do Correio era o Nardy Filho. Comecei a conversar com os dois... Acabei assim: com a paixão pelos alfarrábios, pelo passado... E realmente a História, direta ou indiretamente, está quase sempre presente na obra de nosso autor. E bem poderíamos até dizer: uma história viva, eloqüente, positiva, às vezes até, como se poderia dizer, sem desdouro, tirando o muito do nada...”

Toda a sua atividade de escritor predispunha-o a uma obra onde os escritores aparecessem. Daí, o seu “Dicionário literário brasileiro”, inegavelmente sua maior obra, publicada em 1969 e reeditada, bastante ampliada em 1970. Obra esta publicada com o aval de das maiores expressões da crítica literária brasileira: Antônio Cândido para a primeira edição e José Aderaldo Castello, para a segunda. Souberam ambos, com a maestria que lhes é peculiar, realçar o interesse e o mérito do trabalho de Raimundo de Menezes, que veio preencher sensível lacuna para os estudiosos de nossa literatura. Obviamente, seu dicionário está longe de ser obra completa. Dicionário algum jamais o será. Sabemos que o autor estava trabalhando numa terceira edição, largamente atualizada, quando a morte o colheu em janeiro de 1984.

A José Aderaldo Castello, que tem dois significativos traços em comum com Raymundo de Menezes - também é cearense e também realizou-se culturalmente em São Paulo, notabilizando-se como uma dos mais criteriosos críticos literários e como professor de Literatura Brasileira da Universidade de São Paulo - tomamos de empréstimo o parágrafo final desta nossa modesta fala: “Sempre há críticas ou reparos a uma obra desta natureza (o Dicionário). Sobretudo quando é obra feita graças aos esforços quase exclusivos de uma só pessoa, esforço verdadeiramente gigantesco, dados o volume do trabalho e a extensão da pesquisa. Mas, feita com a melhor boa vontade de acertar e honestamente servir a um público geral

e amplo, desde o curioso ao especializado, desde o leitor interessado na Literatura Brasileira, estudioso e pesquisador, até as bibliotecas públicas e particulares. Se houver falhas, sempre inevitáveis, serão evidentemente sanáveis, notadamente quando o espírito aberto à colaboração e à crítica construtiva, como é o de Raimundo de Menezes dispõe-se a acatar todas as sugestões que lhe cheguem”. Infelizmente tal não pôde ocorrer dado o falecimento do nosso homenageado.

E o remate desta nossa fala não poderá ser senão um louvor a esta Academia por ser, ao que sabemos, a única entidade cultural de nossa Capital a lembrar a efeméride significativa do centenário de Raimundo de Menezes, ocorrência que passou despercebida da própria Academia de que ele foi um dos mais ilustres membros. Não sabemos se o teor de nossa palestra esteve nos parâmetros esperados ou desejados por esta Entidade. De qualquer maneira, a ocorrência centenária não terá passado “em branca nuvem” e a nós só cabe um agradecimento sincero à oportunidade que nos foi concedida.



## CALABAR: TRAIADOR OU PATRIOTA?

Vasco MARIZ\*

Em 1999 publiquei um longo estudo sobre um dos personagens mais controvertidos de nossa história - Villegagnon - em uma tentativa de resgatar a sua imagem injustamente negativa, à luz de recentes pesquisas na França e no Brasil. Hoje venho tentar analisar outra personalidade enigmática de nossa história - Calabar. Neste caso, não tive a intenção expressa de tirar-lhe a pecha de traidor, mas apenas de tentar esclarecer o seu nebuloso papel na tentativa de colonização holandesa em Pernambuco e no Nordeste brasileiro, no século XVII. Trata-se de um tema fascinante que sempre me intrigou desde jovem, com aspectos variados e curiosos, e espero trazer alguma luz com minhas pesquisas e estudos sobre o misterioso personagem.

Agora que começam os preparativos para as comemorações da colonização holandesa no Brasil, no século XVII, parece-me oportuno uma análise menos romântica, menos nacionalista e mais pormenorizada e objetiva do obscuro personagem da época, Domingos Fernandes, dito o Calabar. Foi ele mesmo um traidor ou talvez um patriota? E logo surgem diversas perguntas: traidor de que país? Dos portugueses, dos espanhóis, dos latifundiários luso-brasileiros da época? Da religião católica? E patriota de que país? Do Brasil, que ainda não existia, não é aceitável. De Portugal, que estava submetido à Espanha desde 1580? Ou talvez da própria Espanha, que de tão desinteressada entregou a um general napolitano, o conde de Bagnuolo, à frente de tropas do reino de Nápoles, a missão de defender os seus interesses no Brasil?

---

<sup>(\*)</sup> Vasco Mariz é historiador, sócio emérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, musicólogo e ex-embaixador do Brasil na Alemanha, Peru, Israel, Chipre e Equador.

A bibliografia exclusivamente de Calabar inclui uns poucos estudos históricos, vários romances de modesto valor publicados nos séculos XIX e XX, um longo poema do acadêmico Ledo Ivo, e até mesmo peças de teatro, como a de Chico Buarque e Rui Guerra, de 1970, que obteve algum sucesso na época da ditadura militar e na qual os autores instilaram forte conotação política e ideológica - *Calabar, o Elogio da Traição*. As fontes antigas são valiosas, embora sejam pequenas pelas paixões políticas e religiosas da época e, portanto, devem ser utilizadas com cuidado. A primeira delas é o interessante livro de Manuel Calado, frade que teria recebido a confissão *in extremis* de Calabar, autor do *Valeroso Lucideno*, de 1648, publicado treze anos depois da morte do personagem. No prólogo, o frade utiliza a expressão “amor de pátria”, mas na verdade ele se referia a “amor ao local de nascimento” e reitero que seu texto só veio à luz oito anos após a separação das coroas de Portugal e Castela. No século XX recordo a obra de Assis Cintra, de 1933, intitulada *A Reabilitação Histórica de Calabar* (Editora Civilização Brasileira), o *Major Calabar*, de João Felício dos Santos, e duas outras de Flávio Guerra, trabalhos aparentemente importantes, mas que são apaixonados e não convencem. A defesa de Calabar por esses autores não apresenta provas confiáveis.

No entanto, recentemente apareceram duas obras importantes: em 1997 o magnífico livro de meu colega e ilustre historiador Evaldo Cabral de Melo, *Rubro veio*, e em 2000, um meritório estudo curto, de 13 páginas apenas, minucioso e atualizado, talvez uma conferência, de autoria do pastor holandês-brasileiro Frans Leonard Schalkwijk, conhecido como autor de um bom livro sobre “A igreja e o estado no Brasil holandês”.. Para minha surpresa descobri esse texto através da *internet* e trouxe-me pormenores curiosos, resultado de pesquisas recentes, embora ainda incompletas, nos arquivos dos Países Baixos. Sua interpretação, como é natural, tem um viés holandês e por isso merece especial atenção. Nesta palestra, utilizando sobretudo os comentários dessas duas obras, tentarei debuxar um quadro, sob o ponto-de-vista brasileiro, dos dramáticos episódios que transcorreram entre 1630 e 1635.

Como bem salientou o historiador Paulo Knauss, em sua resenha do *Guia de Fontes do Brasil na França* (MinC/Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2002), devemos “tomar o Brasil como *construção* e não como *dado*. Assim, não há mais como admitir a idéia de *invasão estrangeira*, como se o Brasil surgisse fadado a ser português, tal como pressupõe o

Tratado de Tordesilhas. Ao contrário, tamanhas são as referências aos projetos de ocupação francesa destas paragens da América que é mesmo possível definir a terra do Brasil como *terra de disputa*”. Terra de ninguém, diria eu. Aliás a expressão “construção do Brasil”, título do excelente livro do historiador português Jorge Couto, não agradou a todos e seria talvez mais exato utilizar a palavra “formação” como título.

Na realidade, os interesses econômicos dos principais países europeus no século XVII estavam no Oriente, de onde recebiam as valiosas especiarias. Caio Prado disse que as viagens de Colombo às Américas e a de Cabral ao Brasil foram “acidentes de percurso” apenas. No Oriente já existiam estruturas geradoras de riquezas, ao passo que no Brasil era necessário começar de zero. Pormenor eloquente foi a iniciativa do chamado “papel forte” do padre Antônio Vieira, conselheiro do rei de Portugal, que chegou a negociar com os Países Baixos a troca do Nordeste brasileiro, mais Angola e São Tomé, pelo compromisso de a Holanda respeitar as valiosas possessões portuguesas no Oriente. No entanto, a conjuntura mudou, pois a partir das primeiras décadas do século XVII, a exportação do açúcar brasileiro atingiu tal volume na Europa que já superava o comércio de Portugal com o Oriente.

O Tratado de Tordesilhas, desde a sua divulgação, foi imediatamente contestado e desafiado Ao *mare clausum* espanhol, os franceses opunham a política do *mare liberum*, da liberdade absoluta dos mares, da total liberdade de comércio, primeiro defendida pelos franceses e depois pelos ingleses e holandeses. Por que deveriam os países reformistas acatar uma decisão unilateral do papa, o maior líder católico, que eles detestavam? Os reformistas e os judeus formaram então uma espécie de frente única contra a dominação católica do mundo, imposta pelo papa e pelos reis Felipe II e Felipe IV, da Espanha, em cujo reino “o sol nunca se punha”...

Ao ser iniciada a invasão holandesa na Bahia, em 1630, não havia uma consciência de unidade nacional em nosso país, mas sim de multiplicidade, como reconhece claramente Capistrano de Abreu em *Capítulos de História Colonial*. A esse respeito, cito também o historiador José Honório Rodrigues, em seu livro *A Civilização Holandesa no Brasil*: “Seria avançar em demasia afirmar um sentimento nacional ao pemambucano daquela época, quando o fato nacional estava apenas

aparecendo na própria Europa. É só no século XVIII que o caráter nacional sobrepuja o caráter local das cidades e vilas. Havia até então domínio do município sobre o nacional e é somente neste período que surgem os primeiros exércitos permanentes ao serviço de uma nação. Será pois um excesso de preconceito nacional querer ver aí um movimento nacionalista”. Arno Wehling lembra que o *Manifesto da Insurreição Pernambucana*, de 1645, contém a expressão “pátria pemambucana”, mas em um sentido nitidamente regional e não brasileiro como um todo.

O saudoso Barbosa Lima Sobrinho concorda plenamente com essa avaliação, dizendo: “No Brasil do século XVII não se encontrava ainda nenhum indício da consciência nacional brasileira. As lutas contra os holandeses foram uma reação causada pelos prejuízos que a classe rural luso-brasileira estava sofrendo com a administração holandesa.” Aliás Barbosa Lima considerava absurda a idéia de que as lutas contra os holandeses visavam apenas defender a unidade da nossa pátria nascente. Na realidade, os luso-brasilianos suplicavam a proteção das autoridades portuguesas, dominadas pelos governantes espanhóis, que tardaram a enviar reforços substanciais para combater os invasores.

Parece assim descartada na época a noção prematura de pátria, e sem pátria obviamente não poderia haver patriotas. Isso, porém, não exclui o amor à terra natal pelos *brasilianos* de então, e se acreditarmos no frade que teria confessado Calabar, ele sentia um grande amor pela terra onde havia nascido, a cidade hoje alagoana de Porto Calvo. Portanto, não é aceitável considerar Calabar um patriota, simplesmente porque não havia sentimento de pátria nem de unidade nacional em sua época. Tal sentimento só começou a consolidar-se no final do século XVII. Alguns autores nacionalistas, ou anti-portugueses, tentaram construir uma imagem falsa de que Calabar havia deixado seu chefe, o general Matias de Albuquerque, em 1632, e se juntado aos holandeses, por um sentimento patriótico de que o Brasil seria melhor governado pelos holandeses do que pelos luso-espanhóis. Sem dúvida ele amava a terra natal, mas o sentimento de pátria ainda não existia. Os motivos foram outros, de estrita ordem pessoal e sem qualquer motivação nacional, coletiva ou patriótica. Indubitavelmente, a defeção de Calabar lhe trouxe vantagens morais e materiais, e é o que vamos examinar a seguir.

Lembro que durante o regime luso-espanhol as condições de vida no Brasil eram duras e pouca liberdade existia. Os impostos eram

elevados, havia proibição de viagens, de fabricação de tecidos, de abertura de escolas, de comércio com países estrangeiros, do exercício de profissões de artes aplicadas e da posse de livros, exceto os religiosos. O catolicismo era a única religião permitida e a Inquisição era temível para os que fossem considerados heréticos. Já com os holandeses, havia promessa de mais liberdade, justiça e de melhores condições econômicas e sociais.

A palavra traição é muito grave e o dicionário Koogan / Houaiss assim a define: “felonía, deslealdade, ato de trair”. Traição é, portanto, o ato de deixar de dar apoio a uma causa, a um país, a um partido, a uma entidade, a um amigo. Ora no início do século XVII não havia ainda país a ser traído, havia sim a causa dos luso-brasileiros que estavam sendo despojados pelos holandeses de suas melhores propriedades e lutavam para recuperá-las e expulsar os invasores. A esses Calabar traiu indubitavelmente.

Flávio Guerra, fonte nada fidedigna, afirmou que Calabar era dono de três engenhos de açúcar, mas não foi encontrada qualquer prova nesse sentido. Frans Schalkwijk parece aceitar tal hipótese, apesar de o nome de Calabar não figurar na lista de donos de engenhos da região, preparada pelos holandeses na época. O pastor holandês nos oferece, em seu estudo, vários exemplos de traidores de ambos os lados. Soldados franceses a serviço da Companhia das Índias Ocidentais passaram-se para o lado português por motivos religiosos. E houve judeus que fizeram o mesmo por razões inversas, para fugir da inquisição católica que queria obrigá-los a se converterem. Soldados napolitanos católicos passaram-se para os holandeses em busca de maior liberdade, e até mesmo um capitão holandês vendeu-se aos portugueses, em 1645, entregando o forte Santo Agostinho. Conta-nos o estudioso holandês: “Houve pessoas que trocaram de campo até duas vezes e acabaram entrando para a história com honras, como o padre jesuíta Manuel de Moraes e o próprio João Fernandes Vieira, (...) que ajudou um conselheiro holandês a achar o tesouro enterrado de seu antigo patrão português”.

Portanto, o fato de Calabar haver migrado para o lado holandês, por motivo justificado ou não, era coisa corriqueira naquele tempo e se ele não tivesse ajudado os holandeses de maneira tão decisiva, ninguém hoje ouviria falar dele. Aí está, portanto, o ponto nevrálgico da questão, pois a deserção de Calabar não teria sido nada de corriqueiro ou insignifican-

te - sua ajuda aos batavos foi significativa, completou e consolidou a implantação holandesa. Sem o aporte pessoal dos conhecimentos pormenorizados de Calabar sobre a região, os holandeses teriam sido obrigados a fazer um esforço muito maior, ou até mesmo poderiam ter desistido de se instalar em Pernambuco. Por isso a sua *traição* é importante e entrou para a história. Vejamos as possíveis motivações desse ato, que não foi repentino e sim bem pensado e amadurecido. Suas razões eram bastante fortes, como veremos.

Domingos Fernandes Calabar nasceu em Porto Calvo, Alagoas, na primeira década do século XVII, filho de pai português desconhecido e de mãe indígena ou mameluca, Ângela Álvares, que sempre escondeu do filho a identidade de seu progenitor. Este foi o primeiro complexo de inferioridade que Calabar desenvolveu: ele detestava o pai, que deixou a mãe em dificuldades. Era, portanto, um mameluco e tinha pele bastante bronzeada. Na época, todos os que não eram rigorosamente brancos, eram chamados de “negros” e, na realidade, Calabar era moreno, talvez até bastante escuro. Frei Manuel, em seu livro, chamou-o de “mulato”. Alguns autores pouco simpáticos a ele já o classificaram como “mulato ignorante e analfabeto”, mas certamente ele foi muito mais do que isso.

O menino teria estudado no colégio dos jesuítas (o que não está comprovado), era esperto, inteligente, alfabetizado, forte e até belo, dentro de seu tipo humano. Curiosamente, quando ocorreu a primeira invasão holandesa, em 1630, apesar de muito jovem ainda, (segundo informa Flávio Guerra, autor não muito confiável), ele já era dono de três engenhos de açúcar. Este fato levanta várias perguntas, uma das quais é a seguinte: se a mãe era pobre e o pai desconhecido, de onde saiu o dinheiro para adquirir esses engenhos? Frei Calado, da paróquia de Porto Calvo, acusou-o de haver sido um contrabandista e, talvez por isso, ele conhecia muito bem a região, sobretudo a foz, o percurso e as peculiaridades dos rios. Teria ele conseguido amealhar bastante dinheiro no contrabando para comprar os três engenhos de açúcar? Teria a sua possível fortuna vindo de atos de contrabando? Não se deve excluir tal hipótese, porque está comprovado que ele recusou-se a receber dinheiro dos holandeses pela sua “passagem”. Ele seria homem de algumas posses, apesar de sua mocidade, e na época de sua deserção tinha menos de 30 anos. Foi depois nomeado sargento-mor e mais tarde capitão do exército holandês, recebendo

os soldos correspondentes. Não teria chegado a major, como afirmou Felício dos Santos.

Mas como avaliar as motivações para um salto tão perigoso, do qual dificilmente haveria retorno? Já mencionei o fator racial, que era motivo para deboche e discriminações várias para indivíduos com as suas características. Os luso-brasilianos não tiveram a sensibilidade de evitar a sua “passagem”, pois não suspeitavam ainda de sua verdadeira importância. Calabar sabia da tolerância dos holandeses com os índios, pretos e escravos, e tal fato deve ter contribuído para a sua defecção, embora não deva ter sido a causa principal. Os seus conhecimentos da região davam-lhe possibilidade de galgar cargos importantes na administração báltava, talvez outra razão para incentivar sua ambição e vaidade.

Schalkwijk comenta que haveria “forças centrífugas e centrípetas” que o impeliam para o lado holandês e tudo indica que isso ocorreu. O pastor considera que “houve uma escolha religiosa voluntária por parte de Calabar, o que não era possível na direção oposta. Ele podia ter passado para o lado holandês sem filiação à “igreja do estado” e sua mulher Bárbara poderia ter procurado um padre católico romano para o batismo de seu filho. (...) A entrada da família Calabar na igreja reformada foi voluntária e o batismo do seu filho na igreja reformada do Recife, em 1634, aponta para isto”.

O citado estudioso holandês, e também o historiador C.R. Boxer, não acreditam em supostos crimes que Calabar teria cometido nos ataques a Barra Grande e Camaragibe, segundo nos relatou Frei Calado, tantos anos depois, em seu livro. O frade é considerado por vários historiadores responsáveis como “fonte caluniadora e não necessariamente fidedigna”. Flavio Guerra tampouco acredita que Calabar tenha fugido por motivo de supostos roubos anteriores, pois não tinha como assaltar bens do estado no Arraial de Bom Jesus e não foram encontrados documentos que falem em fraudes. Lembro também que essas acusações de roubo só surgiram muito tempo depois de sua morte. Consta que teria havido um processo contra Calabar por “descaminhos” com a fazenda luso-espanhola, mas esse processo nunca foi encontrado. Não é seguro dizer, portanto, que ele tenha fugido dos portugueses e espanhóis para escapar à justiça por delitos antigos. Matias de Albuquerque precisava dele, tudo fez para

recuperá-lo após a deserção e, se fosse o caso, colocaria na gaveta qualquer acusação menor contra ele.

Seja como for, as razões foram várias e a elas se poderá incorporar o fato de que sua mulher Bárbara, bela mameluca, estava esperando criança e ambos deviam aspirar a assegurar um *mundo melhor* para seus filhos. Não devemos descartar tampouco um papel mais importante da mulher de Calabar para a tomada da grande decisão do marido. Ao que se pode concluir por informações esparsas, Bárbara não era do tipo humilde e submisso e sim uma mulher dominadora, de personalidade forte, bem fora dos parâmetros da época e que soube lutar pela vultosa pensão, afinal concedida pelos holandeses a seus filhos. Ela pode ter levado o marido a dar “o grande salto”. Embora não exista documentação a respeito, no mundo luso-brasileiro eles deveriam sentir-se cidadãos de 2ª ou de 3ª classe, seres inferiores, e evidentemente não se conformavam com a perspectiva de que seus filhos viessem a sofrer as mesmas discriminações. Esclareço porém que, quando mencionei acima *mundo melhor*, referia-me a um mundo mais aberto, sem os constrangimentos raciais que o casal sofria habitualmente no mundo luso-brasileiro. Assim, não parecem ter fundamento as opiniões de autores nacionalistas que a sua deserção teria ocorrido apenas porque julgava que a sua pátria seria melhor governada pelos holandeses do que pelos portugueses. Não havia pátria naquela época, como já esclarecemos antes. No entanto, pelo menos naquela etapa da história, parecia evidente que o mundo de Mauricio de Nassau seria bem melhor do que o rígido e intransigente mundo luso-espanhol, onde sabidamente havia pouca liberdade.

O domínio holandês do Nordeste brasileiro durou 24 anos (1630-1654) e Calabar participou apenas da primeira fase de implantação (1630-35), durante a qual ele ajudou espetacularmente a consolidar o poder dos holandeses. De 1637 a 1644, os luso-brasileiros passaram a aceitar como irremediável a dominação holandesa e a colônia prosperou extraordinariamente sob a direção do conde João Mauricio de Nassau-Siegen, um alemão e não um holandês (como ainda pensam alguns), que instalaria na região uma comunidade quase renascentista, muito mais aberta do que o duro regime luso-espanhol de Felipe IV. E como apontou o próprio Schalkwijk, a luta contra os espanhóis tinha “implicações profundamente religiosas” e com os holandeses vieram para o Brasil

soldados de todos os cantos da Europa: franceses, valões, frísios, poloneses, alemães, ingleses e outros, que buscavam a liberdade de religião. Proclamações holandesas da época afirmavam que o governo assegurava “liberdade de consciência tanto para os católicos como para os judeus, desde que prestassem juramento de lealdade, e o governo garantia que a Holanda não investigaria as suas consciências”. Entretanto, como é hoje bem conhecido, o comportamento das autoridades holandesas no Brasil não foi tão liberal assim e, se Calabar tivesse vivido dez anos mais, certamente ficaria decepcionado com os numerosos atos de violência, discriminação e intransigência, que ocorreram, sobretudo após o final da administração de Maurício de Nassau.

Mas nos dois primeiros anos de luta (1630-32) estabeleceu-se um verdadeiro impasse: os holandeses dominavam os mares e as praias, mas os luso-brasileiros controlavam o rico interior, de onde anualmente saíam milhares de caixas do valioso açúcar. Naquela etapa inicial, quem mais teria contribuído para a vitória dos holandeses foi, sem dúvida, Calabar - daí o ódio secular contra ele. Olinda, a capital pernambucana, caiu nas mãos dos holandeses em fevereiro de 1630. No ano seguinte, os holandeses conquistaram a ilha de Itamaracá e lá construíram o forte Orange, comandado por um nobre polonês. A tática de guerrilhas dificultava a expansão holandesa e a principal base de resistência luso-brasileira estava situada em zona alagadiça, a 6 kms da praia, onde se localizava o famoso Arraial do Bom Jesus. Lá, certa vez, Calabar saiu ferido de uma escaramuça. A batalha naval de Abrolhos (setembro de 1631) terminou sem vencedores. Pouco depois, chegou a frota a princípio comandada por D. Luís de Rojas y Borja e depois pelo conde italiano Bagnuolo, com grandes reforços e que desembarcaram perto de Porto Calvo (hoje no estado de Alagoas), o maior povoado da região. O relativo equilíbrio de forças continuou até abril de 1632, quando ocorreu a deserção de Domingos Fernandes Calabar, fato que viria desequilibrar a luta, tornando-se ele o principal personagem da “primeira guerra mundial da história”, como apelidou Boxer.

O primeiro ato de “traição” de Calabar foi o ataque a Igaracú, importante povoação de Pernambuco na época, para onde os luso-brasileiros haviam transportado grande parte de seus pertences para salvá-los da pilhagem dos holandeses. O saque foi terrível e quem mostrou os

melhores acessos para Igaraçu aos batavos foi Calabar. A estocada feriu profundamente Matias de Albuquerque, seu antigo chefe e talvez amigo, que no entanto resolveu tentar recuperá-lo e conquistá-lo de volta, oferecendo-lhe o perdão, honrarias e vantagens pecuniárias. Não conseguiu nada. Calabar conquistou a amizade do coronel alemão von Schoppe e orientou-o em várias incursões pelas vizinhanças, causando tremendos estragos aos portugueses. Em 1633, ele conduziu os holandeses para o norte, conquistou Filipéia (atual João Pessoa) e o forte de Santa Catarina, chegando até ao forte dos Reis Magos, ao lado de Natal, Rio Grande do Norte. Schalkwijk informa que depois atacaram ao sul, sempre com a ajuda de Calabar, chegando até o importante Cabo Santo Agostinho, que oferecia um porto protegido aos portugueses para receberem reforços e enviar açúcar para Portugal. O general Matias de Albuquerque desesperou-se com os progressos dos holandeses e tentou mandar matar Calabar utilizando um primo seu, Antônio Fernandes, que fora criado com ele. Ofereceu-lhe elevada quantia, que foi aceita, mas a emboscada falhou e daí por diante Calabar tomou maiores precauções.

Se a princípio ele era olhado com certa desconfiança pelos holandeses, não tardou a fazer-se amigo dos mais altos chefes, fato que ficou comprovado por ocasião do batismo do terceiro filho de Domingos Fernandes e sua esposa Bárbara Cardoso, na igreja reformada do Recife, no dia 20 de setembro de 1634. Tal como nos confirma Schalkwijk, estavam presentes à cerimônia altas autoridades holandesas, como “o alto conselheiro Servatius Carpentier, o coronel Sigismund von Schoppe, o coronel polonês Christofle Arciszewski, o almirante Cornelius Lichthart e uma senhora da alta sociedade holandesa. O pastor oficiante foi provavelmente o reverendo Daniel Schagen”. Outra prova de apreço e agradecimento dos holandeses por seus eficientes trabalhos ocorreu depois da morte de Calabar, em 1635, quando a viúva passou a receber “por cada um de seus três filhos o salário de um soldado holandês, num total de 24 florins mensais, o equivalente ao salário de um mestre-escola. Tais vantagens não foram concedidas à família de um pastor e capelão do exército holandês, tombado ao serviço da Companhia”. Schalkwijk relata que seu chefe imediato, Major Alexandre Picard, ficou tão deprimido com a morte do amigo Calabar que teve de ser enviado de volta à Holanda, onde repousou em casa de um irmão, o pastor Coevorden. Pessoalmente, creio que basta a prova da concessão da citada pensão à viúva para comprovar

o reconhecimento e o apreço que os chefes holandeses tinham por Domingos Fernandes.

Entretanto, aquele mundo novo em que Calabar havia entrado, fortalecido por suas proezas militares e por ter granjeado a estima das mais altas personalidades holandesas do momento, não duraria para ele mais de dois anos. Ele estava marcado para morrer e dificilmente poderia escapar algum dia, não muito distante. Em março de 1635, os holandeses atacaram Porto Calvo, importante povoação ao sul de Pernambuco e cidade natal de Calabar. O general Bagnuolo retirou-se para o sul com suas tropas e o conde polonês Arciszewski não tardou a apossar-se da fortaleza lusa, com auxílio tático de Calabar. Os habitantes da região, aconselhados por Frei Manuel Calado do Salvador, aceitaram o domínio holandês e os padres católicos foram autorizados a levarem suas imagens de santos. Entretanto, os luso-espanhois-italianos tiveram superioridade momentânea e cercaram um grupo de holandeses, entre os quais estava Calabar, e foram obrigados a render-se perto de Porto Calvo. Nos termos da rendição, Calabar ficou “à mercê de el-Rei”, mas mesmo assim foi submetido a um rápido tribunal militar e condenado a ser enforcado e esquartejado, o que aconteceu no dia 22 de julho de 1635. Com ele foi enforcado também um judeu que prestara colaboração aos holandeses.

A título de curiosidade, cito as palavras de Frei Manuel Calado na edição de Recife, 1942 (páginas 48 e 49) : “Tanto que apontou a noite se pôs a soldadesca em ordem e o sargento-mor dos italianos Paulo Barnola, com o Probusto (juiz municipal) e mais ministros da justiça, tiraram ao Calabar da prisão e, a um esteio que ali estava junto à casa lhe deram o garrote, e o fizeram em quartos, os quais puseram em cima dos paus da estacada, que havia servido de trincheira aos holandeses, e com tanta pressa, que nem lugar lhe deram a se despedir e pedir perdão aos circunstantes, como ele queria, receiosos de que dissesse ou declarasse algumas cousas pesadas, o que ele não tinha intenção de fazer, segundo o havia prometido ao padre”. Os luso-hispano-italianos se retiraram precipitadamente, temerosos da próxima chegada de reforços holandeses.

Em verdade, Calabar sabia demais e foi morto apressadamente, sem se permitir que dirigisse a palavra ao povo que assistiu ao enforcamento. Como se diria hoje em dia, ocorreu uma verdadeira “queima de arquivo”. Os holandeses protestaram formalmente contra a violação

dos termos de rendição, pois havia ficado acordado que ele deveria ficar à disposição de El Rei. Matias alegou que, sem a ratificação do acordo por Madrid (e não havia tempo para isso), o acordo não tinha validade.

Frei Manuel Calado foi seu confessor e, no livro publicado treze anos depois, atribuiu alguns fatos a Calabar, que não convenceram vários historiadores importantes. Dois dias depois de sua morte, o corpo esquartejado ainda estava insepulto e quando chegaram numerosas tropas holandesas ao local, comandadas por Von Schoppe e Arcieszewski, seus amigos se indignaram e quiseram vingar-se dos lusos-brasileiros. Foram afinal convencidos pelo frade que mais valeria esquecer o episódio para não enfurecer os moradores da região, de quem os holandeses necessitariam para o cultivo da cana de açúcar e a criação de gado. Romancistas e historiadores nacionalistas colocaram frases altissonantes e patrióticas nos lábios do mameluco, cuja autenticidade nos parece altamente duvidosa, como aliás está desmentido no citado livro de frei Calado.

O estudo do pastor Schalkwijk, datado de 2000, é especialmente interessante porque muito recente e representativo do ponto-de-vista holandês sobre Calabar. A fonte brasileira mais importante, publicada em 1997, é sobretudo qualificada, porque se trata de obra de Evaldo Cabral de Melo, hoje considerado o melhor especialista na história de Pernambuco na época colonial. Em *Rubro veio* ele analisa em profundidade o imaginário da restauração pernambucana. O primeiro desses comentários se refere à obra *Desagravos do Brasil*, de Loreto Couto, que reproduz como curiosidade pelos preconceitos da época: “Se entre nós servia como mulato e pelejara como branco, corresponderiam os prêmios a seus méritos, como corresponderam a Henrique Dias, que sendo preto soube com o esforço do ânimo e maravilhosa constância emendar o defeito da natureza, e se bem não o estimaram os portugueses quanto o temeram os inimigos, o despachou El-Rei com foro de fidalgo, larga tença, posto de mestre-de-campo e hábito de Cristo, suprimindo as suas provanças por seus grandes merecimentos” (pag. 224/225). E comenta Evaldo com espírito que “de acordo com esse sistema de retribuições, Henrique Dias embranquecera-se pela dedicação à boa causa” E o historiador acrescenta: que Calabar enegrecera-se pela deslealdade. Mais adiante lembrou que os cronistas mais intransigentes no seu nativismo chegaram a explicar a D. Pedro II,

por ocasião de sua visita ao Recife, que Calabar era natural “das margens do rio São Francisco, já na província da Bahia”...

No entanto, os entusiastas da colonização holandesa tentaram a reabilitação de Calabar. Em Alagoas onde nasceu, chegaram a dar o seu nome a uma rua de Maceió, com a justificativa de que ele tivera em vista servir a pátria colonial, na persuasão de que o Brasil teria mais a lucrar passando de colônia portuguesa a colônia holandesa. Meu comentário é que os cidadãos atuais da Indonésia, Borneo, Nova Guiné e do Suriname dificilmente concordarão com tal afirmativa, já que a administração holandesa foi nitidamente extrativista e não verdadeiramente colonizadora, como a dos portugueses no Brasil. Mas continuemos a ouvir o douto Evaldo Cabral de Melo.

Lembro que Maurício de Nassau tentou, por carta, convencer os dirigentes da Companhia das Índias a enviar-lhe colonos ou, até mesmo, prisioneiros e galés das masmorras holandesas para povoar o Nordeste brasileiro. Teve a mesma visão, portanto, que Villegagnon no Rio de Janeiro, que clamava ao rei Henrique II, da França, o envio de soldados e colonos para a Guanabara. Devido à falta de auxílio das metrópoles, que no momento atravessavam crises financeiras e problemas dinásticos, dois dos mais promissores e valiosos empreendimentos coloniais europeus sucumbiram à tardia reação lusitana, que afinal se dava conta da real importância do Brasil. Como estaria hoje dividido o nosso país se aqueles dois chefes de visão tivessem sido atendidos pelos seus governos?

E prossegue Cabral de Melo: “Estava-se a fazer do pobre mestiço de Porto Calvo, que apenas pensava fugir à sorte avara que o regime escravocrata destinava ao *lumpenproletariat* de mamelucos e mulatos livres, uma espécie de arauto incompreendido da modernidade brasileira” (página. 401). O historiador pernambucano lembra ainda que Euclides da Cunha projetou escrever um drama histórico em versos sobre o período holandês e chegou a compor um fragmento sobre Calabar. Evaldo recordou ainda obras do baiano Agrário Souza Menezes, do português Mendes Leal Junior, do amazonense Goetz de Carvalho, dos militares Abreu e Lima (que lutou na batalha de Ayacucho ao lado de Bolívar), de Fernando Gama e do inglês Robert Southey, que condenaram severamente o comportamento de Calabar. Já o escritor Fernandes Pinheiro, em meados do século XIX, pedia que se procurasse entendê-lo, ao que lhe

respondeu de maneira curiosa Varnhagen, pouco depois da guerra do Paraguai. Assim escreveu o famoso historiador: “A reabilitação de Calabar não seria mais justificável do que a de qualquer oficial inferior que, por cometer alguma falta ou por mera ambição, desertasse para o inimigo paraguaio na última guerra”. Ora, aqui voltamos ao conceito de pátria no início do século XVII, que já analisamos ao principio desta palestra e que não merece acolhida.

Outros autores mais românticos levantaram ainda outra hipótese: Calabar estaria apaixonado por uma bela moça branca, Maria César, que o teria preterido por Fernandes Vieira. O poeta Souza Meneses e o romancista Mendes Leal Jr. abraçaram essa teoria do ressentimento amoroso e não é impossível que Calabar, embora já casado e com filhos, se houvesse apaixonado por aquela jovem e, contrariado em sua pretensão amorosa, tivesse decidido pela deserção. Concordo porém com Schalkwijk que os sentimentos de Calabar por sua mulher Bárbara seriam muito fortes e parecem descartar essa hipótese amorosa.

E acrescenta Evaldo Cabral de Melo: “O nativismo pernambucano e Varnhagen haviam condenado inapelavelmente o trãnsfuga. Fernandes Pinheiro, Souza Menezes e Mendes Leal Jr. procuraram compreendê-lo. Sua metamorfose em herói nacional seria feita, já sob o regime republicano, por Goetz de Carvalho, que procurou discernir na atitude de Calabar uma motivação eminentemente política e emancipacionista, encarnando aspirações nacionais”

Em recente conversa comigo, Evaldo disse-me acreditar que o papel de Calabar nas lutas contra os holandeses foi propositadamente magnificado nas *Memórias diárias da guerra do Brasil* do donatário Duarte de Albuquerque Coelho, para justificar a derrota de seu irmão mais jovem Matias de Albuquerque aos olhos de Madrid e Lisboa. Lembro que Matias esteve preso em Lisboa de 1636 a 1640, por ordem do Conde Duque de Olivares. Esse novo aspecto da questão me parece muito importante, isto é: a atuação de Calabar teria sido menos relevante do que quase todos os historiadores e cronistas apregoaram. Outro pormenor que pareceria comprovar essa possível ampliação proposital do papel desempenhado por Calabar está mencionado indiretamente por Frei Calado em seu livro. Afirmou ele que a ajuda prestada pelos índios tapuias e pitiguares foi o fator mais importante da vitória dos holandeses, e não apenas o aporte que

lhes deu Calabar. Cito: “Os índios foram o principal instrumento de os holandeses se apoderarem de toda a capitania de Pernambuco e de a conservarem por tanto tempo”. Bagnuolo, em carta de 1637 ao rei Felipe IV, concorda plenamente com a especial relevância do auxílio dos indígenas. No entanto, tampouco podemos esquecer as informações de que Calabar teria treinado os índios nas táticas das operações de guerrilhas, fator decisivo para a vitória inicial dos holandeses.

Evaldo Cabral de MeIo já havia assinalado, em *Olinda Restaurada*, que “a colaboração de Calabar só se torna proeminente nas fontes portuguesas. Os holandeses creditam-lhe somente os bons serviços prestados como guia”. Já nas fontes locais, isto é luso-hispano-brasileiras, ele passou a assumir o papel de estrategista e de verdadeiro gênio em matéria de guerra de guerrilhas, o que pode ter sido um exagero proposital do donatário destinado a valorizar, perante Madrid e Lisboa, o mérito da resistência de seu irmão Matias de Albuquerque e do Conde Bagnuolo, tentando assim justificar as suas derrotas.

Concluindo, o principal motivo da “passagem” do Calabar para o lado holandês foi mesmo o *racial*, não só pelo muito que ele havia sofrido em toda a sua vida, como sobretudo por antever um futuro melhor, sob o aspecto racial, para seus filhos, todos mamelucos como ele. Calabar estava convencido de que, vivendo entre os holandeses, seus filhos não seriam continuamente insultados ou humilhados. E repito que essa motivação racial pouco, ou nada, teria a ver com pátria ou qualquer tipo de previsão de que a colonização holandesa poderia vir a ser melhor do que a portuguesa para o futuro do Brasil. Era cedo ainda para chegar a essa conclusão. Julgava ele que, devido à conhecida tolerância dos holandeses, os cidadãos brasileiros não-brancos, isto é, pardos, pretos, índios, mamelucos, cafusos, e também os católicos e os numerosos judeus nas terras do Brasil seriam melhor tratados por eles do que se a região continuasse a ser dominada pelos luso-espanhois. Por isso tudo provavelmente resolveu “sair do sistema”, como se diz hoje em dia. Recordo ainda que, em 1632, quando ele passou-se para os batavos, não havia qualquer perspectiva de independência de Portugal em relação ao jugo espanhol, o que só acabou acontecendo em 1640, isto é, oito anos depois da fuga de Calabar.

Além desse incentivo relacionado com os direitos humanos, Calabar deve ter tido outro forte motivo para a sua “passagem”, como já assinaléi anteriormente - a ambição de um maior, ou mais rápido, reconhecimento profissional em sua carreira militar, em atenção aos serviços que poderia prestar aos batavos. Ele sabia que, como mameluco, não poderia ir muito longe nos meios luso-brasilianos, tão imbuídos de preconceitos raciais. Calabar conseguiu, em três anos apenas, chegar a capitão do exército holandês e um biógrafo seu atreveu-se a chamá-lo de major. Atingir o grau de capitão com cerca de 30 anos já era um belo feito e tivesse ele vivido até os 40 anos de idade, poderia ter alcançado a patente de tenente-coronel, tão relevantes foram os seus serviços. Enfim, isso é mera especulação, mas que não deve ser descartada.

Curiosamente, em minhas leituras da bibliografia de Calabar, nada encontrei sobre o intermediário dessa “passagem” para o lado batavo. É claro que ele não poderia bandear-se com toda a sua família para o inimigo sem a prévia aprovação de autoridades holandesas. Alguém o aliciou, alguém o estimulou, ou de alguém ele se valeu para negociar a operação. Outro empecilho para esse “salto” era certamente o idioma, já que Calabar não falava o holandês, e pouquíssimos holandeses, sobretudo no início da invasão, falavam o português. A resposta me parece simples: nessa etapa histórica do Nordeste foi importante a participação dos judeus, muito numerosos e influentes na época, e quase sempre bilíngues. Acredito que foi um judeu influente quem anteviu a potencialidade da ajuda que Calabar poderia prestar aos holandeses e o convenceu ambas as partes das vantagens que isso lhes acarretaria. Serviu-lhe de intérprete até que o mameluco estivesse em condições de entender -se com os holandeses, o que teria ocorrido em poucas semanas apenas de intenso aprendizado do idioma dos Países Baixos.

Schalkwijk cita, ao final de seu curto trabalho, embora pormenorizado e atualizado, que nos faltam cinco documentos, que deveriam estar em arquivos holandeses ainda não localizados. Eles poderão talvez esclarecer em definitivo alguns aspectos ainda obscuros da vida de Calabar. Dois desses documentos - se é que realmente existiram - parecem bastante significativos: 1º) uma carta de Calabar, do mês de março de 1632, a Matias de Albuquerque, seu antigo chefe, explicando as razões de sua deserção. 2ª) um relatório do major holandês Alexandre Picard à Companhia das Índias Ocidentais sobre a rendição de Porto Calvo, no qual ele teria

reproduzido trecho de carta de Calabar ao governo de Recife. Teria dito ele: “Vós, os holandeses, oferecestes a liberdade ao Brasil, ao meu amado Pernambuco. Um homem como eu, que recusou honras e proventos, não é um traidor. Se houve traição, foi uma traição justificada pela nobreza do motivo”. Entretanto, a linguagem desses dois documentos é estranhamente moderna e tanto Cabral de MeIo quanto eu desconfiamos desses textos, que podem ter sido forjados, no entusiasmo dos defensores de Calabar. O relatório foi divulgado por Flávio Guerra e a carta anterior foi publicada por Assis Cintra, que não são confiáveis. Esses dois apaixonados estudiosos da vida de Calabar não apresentaram provas de que tais documentos realmente existiram. Talvez por isso, Schalkwijk não conseguiu encontrar nada nos arquivos dos Países Baixos,

Voltamos então à pergunta-título deste ensaio: Calabar foi traidor ou patriota? Eu responderia que não foi traidor, nem patriota. O termo mais apropriado seria apenas *desertor*, o que indubitavelmente ele foi. Traidor me parece excessivo e demasiado severo, à luz de tudo o que comentamos. Falar em Calabar como patriota também foi, sem dúvida, um exagero e prematuro. E tampouco devemos esquecer que seu verdadeiro papel, nos anos de 1632 a 1635, pode ter sido bem menos importante do que numerosos autores lhe quiseram atribuir, pelos motivos já expostos acima. Algum dia talvez saberemos mais.

## BIBLIOGRAFIA SELETA

- Abreu, Capistrano de - *Capítulos de História Colonial*, Editora Briguiet, 1954, 1954.
- Assis Cintra - *A reabilitação histórica de Calabar*, Editora Civilização Brasileira, RJ, 1933.
- Barleus, Gaspar - *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*, 2ª edição, Recife, 1980.
- Boxer, C.R. - *Os holandeses no Brasil*, Editora nacional SP, 1961.
- Buarque, Chico e Guerra, Rui - *Calabar, o elogio da traição*, Editora Civilização Brasileira, 16ª edição, 1972. (peça teatral)
- Calaça, F.J. Gomes - *Calabar, Maceió*, 1898.
- Calado, Frei Manuel - *O Valeroso Lucideno e o triunfo da liberdade*, edição de 1942 da Cooperativa Editora de Cultura Intelectual Pernambucana, 2 volumes.

- Carvalho, Goetz de - *Estudos pátrios: Calabar perante a história*, Manaus, 1899.
- Coelho, Duarte de Albuquerque - *Memórias diárias da guerra do Brasil*, Secretaria do Interior, Recife, 1944.
- Couto, Domingos do Loreto - *Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*, 2ª edição, Recife, 1981.
- Fersoli - *O enigma de Calabar*, ABC Latino, Alfabeto Cultural, Belo Horizonte, 1990.
- Fischlowitz, E. - *Christoforo Arcieszewski*, Imprensa Nacional, RJ, 1959,
- Gama, J. B. Fernandes - *Memórias históricas da província de Pernambuco*, Recife, 1844/47.
- Guerra, Flávio - *Uma aventura holandesa no Brasil*, Recife, 1983.
- Calabar: traidor, vilão ou idealista ?* ASA Pernambuco, Recife, 1986.
- Ivo, Ledo - *Calabar*, poema, editora Record, RJ, 1985.
- Leal, José da Silva Mendes - *Calabar na história brasileira do século XVII*, Tipografia do Correio Mercantil, RJ, 1863, em 4 volumes.
- Lima Sobrinho, J. A. Barbosa - *O centenário da chegada de Nassau e o sentido das comemorações pernambucanas*, Recife, 1936.
- Mello, Evaldo Cabral de - *Olinda Restaurada*, Editora Top Books, 2ª edição, Rio de Janeiro, 1998.
- Rubro veio*, Editora Top Books, Rio de Janeiro, 1997.
- Mello, J. A. Gonçalves de - *João Fernandes Vieira*, Imprensa Universitária, Recife, 2 volumes, 1967.
- Menezes, Agrário de Souza - *Calabar* (drama em verso em cinco atos), Salvador, 1868.
- Nunes, Luiz (Severino Sertanejo) - *História da Paraíba em verso*, Editora UNIPÊ, João Pessoa, 2001.
- Pinheiro, T.C. Fernandes - *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, 2ª edição, 1980.
- Rodrigues, José Honório - *Civilização holandesa no Brasil*, Editora Nacional, SP, 1940.
- Santos, João Felício dos - *Major Calabar*, Círculo do Livro, SP, 1960.
- Schalkwijk, Frans Leonard - *Por que Calabar? - o motivo da traição*, Appeldoorn, Holanda, 2000. Tese captada na Internet.
- \_\_\_\_\_ - *A Igreja e o Estado no Brasil holandês*, Recife, 1986.
- Southey, Robert - *História do Brasil*, editora Obelisco, SP, 3 vol., 1977.
- Varnhagen, F. A. de - *História das lutas com os holandeses no Brasil*, Viena, 1871.
- \_\_\_\_\_ - *História geral do Brasil*, 8ª edição, 5 vol., São Paulo, 1975.
- Watjen, Hermann - *O domínio colonial holandês no Brasil*, Brasiliana, SP, 1938.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A PENA DE MORTE NO IMPÉRIO

Duílio BATTISTONI FILHO

Para quem não sabe, o Brasil já teve em sua legislação a pena de morte. É muito pobre a nossa bibliografia sobre os grandes julgamentos de processos criminais e, mais especificamente, sobre a pena de morte. Vamos abordá-la em rápidas pinceladas. Durante a época colonial, o país compartilhou com Portugal a vergonha de ter como lei penal o Código das Ordenações Filipinas<sup>1</sup>, que manteve o princípio de que as penas deveriam ser antecipadas pela aplicação de castigos cruéis que o juiz receitasse para cada condenado. Foi sob à sombra desse Código que Filipe dos Santos, o líder rebelde de 1720, em Minas Gerais, foi condenado, torturado, executado e, por fim, teve o corpo despedaçado após a execução.

A pena de morte tornou-se tão banal que, em 1813, no dia 25 de outubro, o português, Luís dos Santos Marrocos, prefeito da Real Biblioteca, morador no Rio de Janeiro, endereçou a seu pai, residente em Lisboa, uma carta que dizia: *no dia 8 deste mês foram a enforcar 5 pretos criminosos e há 40 e tantos, que hão de seguir o mesmo destino.*<sup>2</sup> Apesar da aplicação da lei a todas as classes sociais, os escravos eram as maiores vítimas, dada à sua condição social.

Na época da independência, faltou pouco para a pena de morte ser extinta. Pouco depois de proclamá-la, D. Pedro I revelou, num decreto

---

<sup>(1)</sup> As Ordenações Filipinas, criadas no século XVII, eram tão terríveis que Luis XIV, o mais absolutista dos monarcas, perguntou ao embaixador português em Paris se delas alguém tinha escapado com vida. Sua característica mais dolorosa era a transmissibilidade da infâmia aos parentes que nada tinham a ver com o crime.

<sup>(2)</sup> José Alípio Goulart. *Da palmatória ao Patíbulo*. Rio de Janeiro: Conquista, 1971, p. 144.

de 26 de novembro de 1822, compreender o sofrimento moral dos que aguardavam a morte anunciada. A Constituição de 1824, apesar de outorgada pelo imperador, não emitia uma só palavra, confirmando ou negando a pena de morte. Apenas incluía, no inciso XIX do artigo 179, nas Disposições Gerais, um texto em que extinguíam-se as penas cruéis no novo país - *Desde já fiação abolidos os açoites, a tortura, a marca de ferro quente e todas as penas cruéis*. Portanto seriam banidos os atos de degradação e torturas prévias que as Ordenações portuguesas fizeram vigorar no Brasil, estabelecendo tão somente o critério de morte natural na forca. Acabara também o infame costume de se expor o corpo na ponta da corda até que o tempo ou as aves de rapina o consumissem, e os ossos ressecados acabassem desabando no chão. Já se podia dar aos executados uma sepultura religiosa, assim como os seus bens não seriam apropriados, como acontecera com Filipe dos Santos e Tiradentes.

Em setembro de 1826, talvez arrependido de seu gesto incompleto, que acabou fazendo subsistir a pena de morte no país, D. Pedro I fez aprovar uma lei que obrigava todos os condenados à morte a que fizessem uma petição de graça ao imperador, corroborada mais tarde pelo decreto de 9 de março de 1837. A verdade é que a pena capital era consagrada tanto pelo direito português quanto pelo nosso a crimes hediondos, mas principalmente a escravos líderes de rebeliões e aos que assassinassem seus senhores, feitores ou as famílias de uns e de outros. Neste último caso, o Código Filipino, no Livro V dispunha: *morra morte natural na forca para sempre o escravo que matasse o seu senhor ou filho deste e se feriu seu senhor sem o matar, morra morte natural* completava o texto filipino. No primeiro caso, as mãos dos réus eram decepadas como complemento da pena<sup>3</sup>.

O novo Código Criminal, que tinha sido aprovado a 22 de outubro de 1830, no seu artigo 60, prescrevia que as sentenças em que os acusados eram condenados às galés seriam comutadas para açoites, sendo que os condenados eram obrigados a trazer um ferro no pescoço, ou às vezes, nos pés, durante um tempo que variava de um a oito anos. A pena de açoites afigurava-se como a mais temida e infamante, pior que as

---

<sup>(3)</sup> José Alípio... op. cit. p. 146.

galés, levando muitos condenados a se suicidarem para evitar a sua consumação<sup>4</sup>. Muitos escravos não aguentavam esses açoites e muitos deles, depois de um ou dois dias de castigos, obrigavam o juiz a designar dois médicos para examiná-los. Verificadas as condições físicas do réu, suspendiam o castigo pelo menos por um mês, para que o escravo fosse convenientemente curado, após o quê continuar-se-ia a aplicação da pena.

No seu artigo 38, o Código Criminal estabelecia que *a pena de morte se dará na forca*, enquanto o 39 regulava que a sentença fosse executada no dia seguinte ao da intimação, depois que a sentença atingisse estágio de irrevogável. A partir dele, os condenados à morte deveriam sofrer morte natural, que significava o enforcamento puro e simples dos condenados. A construção de uma forca obedecia à legislação imperial. O aviso imperial de 17 de junho de 1835 especificava com rigor: *A forca só será levantada quando necessária, para não estar continuamente à vista do público*.

O novo Brasil permitia que o corpo do condenado fosse abrigado numa sepultura logo depois da execução, embora sem qualquer pompa no ato. Assim recomendava o artigo 42 do Código: *Os corpos dos enforcados serão entregues a seus parentes ou amigos, se os pedirem aos juizes que presidiram a execução, mas não poderão enterrá-los com pompa, sob pena de prisão por um mês a um ano*. Como as famílias quase nunca assistiam às execuções, por horror ou vergonha, os corpos eram quase sempre levados para seputar pelo padre ou pelos irmãos da Confraria da Misericórdia, os quais, em geral, os enterravam em locais ermos, fora dos limites dos cemitérios religiosos.

A pena de morte era necessária, achavam muitos próceres governamentais do Segundo Reinado, mas a constatação de sua eficácia, brandida continuamente por jovens liberais sonhadores, começava a incomodar D. Pedro II, um filósofo conservador com notórias tinturas humanistas. Era visível a tendência que o governo imperial mostrava de executar cada vez menos prisioneiros. Deve-se admitir que uma das atribuições do Poder Moderado, exclusivo do imperador, era de perdoar

---

(4) Dos 9 suicídios ocorridos em 1864, 6 foram de escravos. E em 1870, dos 17 suicídios, 11 foram de escravos. C.f. José Alípio Goulart. *Da Fuga ao Suicídio*. Rio de Janeiro: Conquista, 1972, p. 125.

ou minorar as penas impostas aos réus condenados por sentenças. Nenhuma sentença de pena capital podia ser então executada sem que, previamente, fosse do conhecimento do imperador, que podia perdoar ou minorar a pena.

De 1842 em diante, em conseqüência do que dispunha o artigo 7º da Lei de 23 de novembro de 1841, passou o Conselho de Estado, criado por essa lei, a ser consultado em todos os recursos de graça, dirigidos ao Poder Moderador. E, no Conselho, coube à Seção de Justiça responder às consultas.

Até metade do século XIX, os escravos tinham tratamento extremamente rigoroso por parte da justiça<sup>5</sup>. Um escravo que atentasse contra a vida de seu senhor era presságio de irremediável condenação à morte; denunciar maus-tratos ou torturas era antecipar castigos inenarráveis, que os senhores impunham tão logo o negro voltasse ao cotidiano da fazenda e do tronco. Muitas vezes significava a morte. O julgamento de escravos era feito em júri especial, e da decisão não cabia nenhum recurso a instâncias superiores: invariavelmente, o escravo julgado ia do tribunal para o cadafalso. Os únicos lenitivos eram que, para aplicar a pena de morte, o corpo de jurados deveria decidir por maioria de dois terços e que deveria haver alguma prova, além da confissão do réu. Estas últimas determinações eram semelhantes às que o Código de Processo Criminal dedicava aos libertos acusados de quaisquer crimes; o que mudava, no caso dos escravos, é que uma simples ofensa física, sem maiores desdobramentos - um soco, um leve arranhão - tinha uma resultante sinistra paga com a morte.

Não havia no Brasil um só policial que cogitasse de colher depoimentos de escravos contra seus senhores, por duas razões: primeira, nenhum juiz, de juízo algum, aceitaria tais depoimentos, porque eram vedados pelo Código de Processo Criminal e porque eram inadequados ao sistema político-econômico em vigor; segunda, nenhum escravo teria

---

<sup>(5)</sup> Uma coisa é certa: os escravos não podiam acusar os seus senhores perante autoridades policiais ou judiciais, como prescrevia o Código de Processo Criminal, depois da reforma de 1841: "Art. 75 - Não serão admitidas denúncias - Parágrafo 2º do escravo contra o senhor".

coragem suficiente para fazer isso, porque sabia antecipadamente que, como nenhuma denúncia contra um senhor prosperaria, qualquer tentativa nesse sentido custar-lhe-ia muitos padecimentos mais tarde.

Relata Gilberto Freyre que dois negros cativos foram se queixar ao subdelegado de Boa Vista, no Recife, de seus senhores que os haviam castigado com palmatoadas, por eles injustas. Ouvida a queixa, a autoridade policial mandou duplicar a dose em cada um. E, segundo o mesmo informante, o “Diário de Pernambuco”, comentando a estupidez policial, ao invés de condená-la, achou de aplaudi-la, dizendo haver sido dado “excelente despacho para tais petições”. Era assim, via de regra, que se atendia aos apelos dos escravos.<sup>6</sup>

Com o vigor da lei, na vila de São Carlos (hoje Campinas), S.P., as autoridades da Casa da Câmara e Cadeia, criaram um local para a execução dos réus. Foi o largo Santa Cruz, conhecido como largo da forca. Vale ressaltar que cada execução era precedida de um cortejo que saía da cadeia, para parar logo mais em frente, na Matriz Velha (hoje Basílica do Carmo), onde se rezaria missa pelo condenado. A seguir caminhava pelas ruas do Sacramento, do Picador (atual Marechal Deodoro), do Comércio (atual Dr. Quirino), da Ponte (atual Major Solon) até o largo Santa Cruz (atual praça XV de Novembro). Nele fora construído um patíbulo para o enforcamento do escravo cabinda Elesbão, o que se deu em 9 de dezembro de 1835. Foi condenado à pena máxima por ter matado o seu senhor, capitão Luiz José de Oliveira, no engenho do Romão, de sua propriedade, que ficava entre Jundiá e Itu. Tal acontecimento constrangeu grande parte da população campineira.

A Câmara Municipal, em reunião extraordinária de 30 de novembro de 1835, tomou conhecimento do ofício que lhe dirigira o juiz municipal nos seguintes termos: *Como se acha julgado em plena última o R, Elesbão, escravo do finado Luiz José de Oliveira, pelo assassinato, que fez o mesmo dito Sr., e como executor da dita sentença, peço a V.S., que reunindo os mais Srs vereadores imediatamente marquem o lugar para levantar uma forca, e determinem logo a factura da mesma, e será bom que se faça com alguma segurança e firmesa, para servirem outras*

<sup>6</sup> Gilberto Freyre. *Sobrados e Mucambos. Decadência do Patronato Rural e Desenvolvimento Urbano*, 3ª edição, José, Olympio Editora, 1961, 2º vol., p. 391.

*ocasiões semelhantes, e como convém que logo se execute, esta sentença para não sobrecarregar guardas e riscos do criminoso: portanto (e como executor) tenho marcado o dia 9 do p, fmez de dezembro para o dito fim; mas é porque suponho se poder aprontar essa obra para esse dia; e se pelo contrário então V.S. me participará para marcar outro dia; e espero resposta da deliberação da Câmara para meu governo Ds. Ge a V.S. S. Carlos 27 de novembro de 1835. Sr Tenente Antonio Rodrigues de Almeida, Presidente da Camara desta Villa, José Mendes Ferraz, Juiz Municipal.*

*Em tempo requisito mais ua corda de linha para o dito fim. Addendo a sentença acima, declaro que depois do Réo soffrer a pena de morte, cortar-se-ão as mãos e a cabeça, esta será remettida para a Villa de Jundiahy e alli collocada num poste em lugar publico e aquellas serão igualmente collocadas nesta Villa em um poste e gambém em lugar publico.<sup>7</sup>*

A sentença proferida pelo juiz municipal leva-nos a supor que somente circunstâncias agravantes de extrema significação penal e social o teriam movido. Segundo testemunhas, Elesbão, depois de ter matado o seu senhor com facadas e foçadas, chegou a beber o sangue da vítima. O motivo do crime, segundo os Autos, seria o excesso de trabalho que lhe era exigido pelo senhor.<sup>8</sup>

Em 1854, depois de uma série de execuções, a forca foi removida daquele local, atendendo aos continuados reclamos dos moradores, para perto do Hospital dos Variolosos, na antiga estrada para São Paulo, onde continuaram os enforcamentos de escravos. Esse local chamava-se Rancho Grande, próximo aos Cemitério das Almas.

Sabe-se da existência de outra forca que ficava no Campo da Alegria (atual largo São Benedito), onde, em 26 de abril de 1849, foi enforcado o mulato Cândido, condenado pelo assassinato do cirurgião-mor Antonio Patrício da Silva Manso. Antes de morrer, conta que

(7) Benedito Octávio. *“Campinas Antiga: As Mãos do Enforcado; a História e a Lenda”*. *Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas*, 17: 21-29, mar, 1908, p. 24.

(8) José Roberto do Amaral Lapa. *A Cidade: Os Cantos e os Antros: Campinas 1850-1900*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996, p. 75.

assassinara por ordem de seu senhor, tenente José Teodoro de Barros Cruz<sup>9</sup>.

A década de 50 do século XIX proporcionou condições de melhoria para o escravo, principalmente depois da abolição do tráfico. A nomeação de Paulino José Soares para Conselheiro do Império a 8 de setembro de 1853 foi salutar na medida em que processos vão ser encaminhados pelos escravos ao Poder Moderador, no sentido de se comutar penas capitais. Algumas resoluções vão ser tomadas, como aquela que caberia aos presidentes de Província a faculdade de ordenar ou não a execução da pena máxima. Muitos deles, a bem da verdade, pautaram suas sentenças pela justiça<sup>10</sup>.

Paulino acompanhou de perto o caso da escrava Maria Antonia que, em 1856 foi condenada à morte pelo júri da cidade de Mogi das Cruzes, por ter sido acusada de assassinar o seu senhor. O crime foi motivado por ciúmes. Maria Antonia tinha dois amantes: um, o seu senhor, e o outro, um escravo que pertencia ao pai do subdelegado do lugar. Este escravo de nome Miguel foi na realidade quem matou o senhor de sua amante, por ciúmes, ajudado pela amante e por um escravo menor, embriagados com cachaça, antes de cometer o crime. No parecer da Seção, de dezembro de 1856, o relator demonstrou, com muita clareza, que o crime não fora praticado pela escrava Maria Antonia, mas sim, pelo escravo Miguel, que não figurara no processo, unicamente porque pertencia a um indivíduo muito importante do lugar: o pai do subdelegado, Chico alferes, o manda-chuva de Mogi das Cruzes. Paulino aplaudiu o final do parecer que condenou Miguel e comutou a pena de Maria Antonia para prisão perpétua<sup>11</sup>.

Outro caso interessante aconteceu em Campinas, S.P. O escravo Antonio, propriedade do fazendeiro Manoel da Rocha Ribeiro, fora condenado a um ano de galés. Entretanto, seu proprietário requereu que fosse cumprido na cidade. A Câmara Municipal achou por bem ocupar o condenado nos reparos urgentes das ruas da cidade, em vista dos inúmeros buracos e matos que nelas existiam.

---

<sup>(9)</sup> Idém, p. 75.

<sup>(10)</sup> José Antonio Soares de Souza. *“Os Escravos e a Pena de Morte no Império”*. RIHGB, Outubro-Dezembro - 1976, p. 8.

<sup>(11)</sup> José Antonio de Souza, op. cit. p. 18.

Também deve ser mencionado o caso do escravo Adão que, em fevereiro de 1863, trucidou a golpes de enxada o feitor da fazenda de seu senhor, Manoel Luis Veloso, em Barra Mansa, província do Rio de Janeiro. Matou “por falsa fé e motivo frívolo”, conforme relatou o libelo acusatório do promotor. Havia provas contundentes e indiscutíveis contra ele. O júri o condenou inapelavelmente à morte. Mas o imperador concedeu-lhe a graça da vida no dia 27 de julho do mesmo ano, comutando a pena para galés perpétuas. O crime foi de tal forma brutal que o ministro da Justiça, José Thomas Nabuco de Araújo, anotou à mão, na margem do processo: “Não pode ser perdoado”. Aliás, diga-se de passagem, o ministro era diametralmente contra o recurso da graça.

Um grave erro judiciário ocorreu em Macaé, R.J., em meados do século XIX, região de Campos dos Goytacazes, na época dominada pela aristocracia rural que controlava o poder político e uma zona estratégica por excelência, por ser ao mesmo tempo potência agrícola e porto ilegal do tráfico de escravos.

Por ocasião da viagem de D. Pedro II à região, em 1847 o imperador fez questão de visitar a fazenda de Manoel da Motta Coqueiro, o maior fazendeiro daquelas bandas e de sua mulher Úrsula das Virgens. O imperador foi recebido com muita fidalguia pelo simpático casal. Cinco anos depois, um crime brutal abalaria a comunidade: uma família de oito colonos é assassinada em uma das cinco propriedades de Coqueiro. Todos os indícios apontavam para o fazendeiro; as autoridades locais e policiais, seus adversários políticos, imediatamente o acusaram do crime.

Tido como uma das figuras mais importantes da região, Coqueiro tinha muita força política e econômica e um grande defensor da cidade de Campos dos Goytacazes, a ponto de receber da Câmara Municipal o posto de administrador das barcas de passagem do rio Macabu. Esse cargo fez dele o homem mais requisitado na confluência do mesmo rio com a Lagoa Feia, estrategicamente importante por escoar a produção açucareira e cafeeira das fazendas<sup>12</sup>.

Numa determinada ocasião, Coqueiro acolheu em sua fazenda Bananal a família do colono Francisco Benedito da Silva (pai, mãe e cinco

---

(12) Carlos Marchi. *A Fera de Macabu: a História de um Condenado à Morte*. Rio de Janeiro: Record, 1998, p. 75.

filhos). Com a chegada desta houve uma mudança radical nas relações pessoais e trabalhistas na fazenda. Coqueiro fez um trato com Francisco de dar-lhe metade da produção da colheita que produzisse, o que era impensável na visão dos escravos, pois estes também queriam ganhar parte da produção. O feitor e os escravos tinham boas razões para temer Francisco por causa de sua liderança e ascendência junto a Coqueiro, um passo importante para administrar a fazenda. Para anteciparem a isso, os escravos, liderados pela preta Balbina e pelo capataz Fidélis, começaram a encher os ouvidos de Coqueiro com críticas e desabonos a Francisco” acusando-o de comandar todo o trabalho agrícola. A coisa piorou quando acintosamente Francisco construiu uma choupana próxima à casa do fazendeiro e começou a namorar sua filha desgostando-o profundamente.

A verdade é que aconteceu a tragédia: toda a família de Francisco foi barbaramente assassinada pelo capataz Fidélis a mando de Úrsula, que nutria um ódio profundo a Francisco, na realidade, um homem violento e contumaz bebedor. Contudo, Coqueiro, apesar da má conduta de seu colono, não tinha razões para matar toda a família.

Vítima de uma conspiração armada por seus adversários, Coqueiro foi acusado e julgado duas vezes de forma parcial e condenado à morte. D. Pedro II negou-lhe a graça imperial e, logo depois a condenação é ratificada pelos tribunais superiores. Enquanto aguardava a execução na prisão de Aljube, no Rio de Janeiro, Coqueiro ficou sabendo que Úrsula arquitetara o crime. Num gesto de altruísmo decidiu não trocar de lugar com ela no patíbulo. Assim, enquanto ele caminhava para a forca, ela, remoída pelo remorso, caminhava para o inferno, tomada de profundo arrependimento<sup>13</sup>.

Logo depois do enforcamento do fazendeiro, uma maldição se abateu sobre a região, segundo as más línguas: uma epidemia de cólera-morbus grassou sobre Campos dos Goytacazes, deixando mil e duzentos mortos numa população de dez mil habitantes, e graves seqüelas em Macaé. Outro acontecimento grave foi a quebraadeira de empresas comerciais que tinham abusado do crédito bancário para acumular estoques maiores do que a demanda aconselhava<sup>14</sup>.

---

(13) *Idem* p. 338.

(14) Carlos Marchi, *op. cit.* p. 297.

Pela primeira vez no Brasil um homem rico e com destacada posição social subiu à forca. Algum tempo depois da execução, o imperador soube de sua inocência. Abalado, ele, um humanista, decidiu que dali em diante ninguém seria enforcado no país.

Monitorada pelos parentes, Úrsula das Virgens nunca mais botou os pés na fazenda Bananal. Passou os últimos anos de sua vida completamente louca, vindo a falecer a 13 de março de 1857.

Estando no exílio, após a queda da Monarquia, D. Pedro II arrependeu-se amargamente de não ter promovida a extinção formal da pena de morte, depois que a República, no Decreto 774, a extinguiu. Logo após, a primeira Constituição Republicana foi promulgada a 24 de fevereiro de 1891. Nela o artigo 72 garantia a inexistência da pena de morte.

# UM RÁPIDO PASSEIO PELO BAIRRO VILA NOVA

Maria Lúcia de Souza RICCI

Prosseguindo com o estudo sobre Bairros Campineiros que venho realizando já há alguns anos, gostaria que conhecessem, se bem que num vôo de pássaro, a Vila Nova, situada na zona norte da cidade de Campinas.

Esta pesquisa foi apoiada em três vertentes que me permitiram o resgate da história deste bairro. Tais visões foram, simultaneamente, diferenciadas e complementares: a primeira, coletada através da bibliografia e do acervo público e particular; a segunda, obtida em periódicos, material iconográfico e fotográfico e, a terceira, por meio de relatos de vida de seus antigos moradores.

Para levá-la a efeito, não perdi de vista a articulação concomitante entre o urbano, o agrário e o industrial, de efetiva repercussão no cotidiano, uma vez que o processo de urbanização da cidade implicou em um referencial mais amplo, onde as relações agricultura/urbanização, agricultura/industrialização, industrialização/urbanização, cultura/industrialização/agricultura foram responsáveis pela forma de organização da população no território em relação às transformações na produção. Isto significa dizer que, teoricamente, houve uma relação entre o crescimento do processo de urbanização e o desenvolvimento do modo de produção capitalista, com uma relação historicamente sustentável entre os setores agrário, urbano e industrial, sendo tal desenvolvimento contraditório e heterogêneo.

Ao longo da pesquisa sempre estive empenhada em motivar a comunidade envolvida: desde os moradores mais antigos, seus familiares, associação de bairro, comunidade religiosa..., enfim, todos que direta ou

indiretamente pudessem participar desta *grande viagem de reconstituição* do local em que vivem, onde desfrutaram seus momentos felizes e também infelizes, para que passassem a *ver* e não apenas *olhar* como seu espaço foi/vem sendo ocupado através do tempo.

Entre vários estudiosos lembro FURET (s.d.) e LE GOFF e NORA (1976) que abriram espaços para que pudesse sentir e vivenciar a história, à medida que pude então vê-la e senti-la como a transformadora da realidade sócio-econômico - político-cultural. Assim trabalhei, interpretando e exercitando a prática nesta Ótica, na tentativa de reproduzir a sociedade num estudo articulado onde estive atenta as suas mais diversas flutuações, considerando que as relações são sempre dinâmicas e espontâneas.

Não parti de restos do passado para chegar a uma síntese, mas, de um sistema presente para atingir os índices de limites do passado, ou seja, presentifiquei uma situação já vivida, uma vez que, vejo a *história como um diálogo interminável entre presente e passado* (CARR, 1976) já que estuda as transformações sociais, sendo seu objeto primordial de análise uma determinada sociedade, em determinado momento, pensada como um todo e em processo, ou seja, em permanente movimento.

Com isto deixo claro que se deve ter presente num trabalho como o realizado, a preocupação com o tempo, com a duração, com a mudança e com as resistências a ela, com suas transformações e permanências. Por isto que ao longo, deste estudo procurei também definir as mudanças qualitativas e/ou quantitativas constatáveis no tempo considerado, sem esquecer das persistências e resistências às mudanças.

Evidencio ainda que nenhum dos depoentes foi excluído da experiência histórica por eles vivenciada; desta forma foi possível a cada um deles se interrogar acerca de sua historicidade, sobre a dimensão histórica de sua família, de seus amigos, de seu bairro, de sua cidade, de seu estado, de seu país, enfim, de seu tempo. O importante foi demonstrar e crer na validade de como era operacionalizado o construído refletindo para o que significava o processo histórico e a riqueza da produção desse conhecimento a fim de que todos refletissem sobre os *como e porquê* das transformações sócio-político-econômico-culturais havidas neste espaço, o que acabou por me levar a confirmar que o conhecimento histórico é algo construído e não uma verdade absoluta.

Lembro ainda o quão importante foi a utilização da imagem como instrumento de análise na construção do conhecimento intersubjetivo por permitir aos depoentes a formulação de críticas sobre as mais diferentes realidades.

O atual bairro Vila Nova, frente aos oito outros anteriormente estudados, se apresentou como um espaço onde seus moradores são muito religiosos procurando vivenciar o amor ao próximo apesar do espaço ser na atualidade muito voltado às atividades comerciais (especialmente de autopeças).

Em outro ângulo, como também acompanhei a história da Vila Nova através das Cartas, Mapas e Plantas disponíveis, constatei ao analisar o Mapa do ano de 1929, que suas ruas foram logo rasgadas após a abertura dos loteamentos (comparando com o de 1920), mas permaneceram de terra por longo período (até meados dos anos 1960) e com precária infra-estrutura.

Inicialmente eram pouquíssimas as casas lá existentes, muito pequenas, simples e algumas remanescentes da fazenda Santa Genebra antiga propriedade do Barão Geraldo de Rezende. Estavam localizadas numa baixada (onde hoje é a Avenida Imperatriz Leopoldina), com muito brejo, local preferido das *taboas*, com fossas espalhando muitos detritos por toda à parte e durante o período da seca com muita poeira. Adveio deste fato a alcunha dada aos seus moradores de - *pés vermelhos* - que de longe eram conhecidos ao chegarem, por exemplo, ao centro da cidade para efetuarem compras ou venderem alguns produtos que cultivavam. O curioso foi que vários depoentes que ouvi lembraram com risos e saudades como eram recebidos (décadas 1930/50): “os pés vermelhos, os pés sujos chegaram”.

De fato pelo que analisei da Vila Nova sua história principiou com a construção de uma capelinha (meados de 1929) pelas Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado (era ainda um apêndice da fazenda Santa Genebra) à beira da estrada. Por ter sido atingida por um raio, quando de um forte temporal que assolou esta região, com o choque a torre da pequena capela desabou. Assim, a 13 de janeiro de 1951, acabava sua curta vivência que propiciou, todavia, o primeiro momento do bairro e sua decorrente marcha para o progresso.

Foi a iniciativa do então bispo da cidade - D. Paulo de Tarso Campos - ao tomar conhecimento do estrago havido com a capela, construir uma paróquia na região, incentivando os moradores para a edificação do que seria a atual Igreja de Nossa Senhora das Graças (inaugurada em 1953) e cuja obra foi iniciada em fevereiro de 1949. Enquanto a Igreja não terminou, as missas eram celebradas ou num barracão de sapé localizado na Estrada da Boiada como era conhecida a atual Imperatriz Leopoldina ou num dos quintais oferecidos pelos moradores.

A União Social de Cultura e Esportes (ainda ao final da década de 1950) fez com que os moradores da Vila Nova descobrissem seu caminho: o trabalho comunitário que desde então é ligado à Igreja Católica. Foi a União a precursora da Sociedade Amigos do Bairro. Esta União e a união deles que conquistou para a Vila Nova, segundo os depoentes, o posto médico, o de puericultura, além do serviço odontológico que em 1961 atendia a população na poeirenta Rua Carolina Florence. Ainda com o esforço comunitário foi criado o Dispensário dos Pobres e dos Vicentinos que muito contribuiu também para o desenvolvimento da região do Grameiro, contíguo ao Parque Taquaral e próximo à Vila Nova. Era/é este local muito pobre e para onde alguns moradores da Vila Nova se viram obrigados a ir morar por dificuldades financeiras na década dos anos 1960. Pelo mesmo motivo, outros tantos se dirigiram para o ainda incipiente Complexo São Marcos e Jardim Santa Mônica (todos localizados na região noroeste da cidade).

Lembro ainda que o ensino elementar durante longos anos aconteceu na Vila Nova no Salão Paroquial da Igreja e com a cooperação do SESI. Antes disto ocorrer (até 1960) era, segundo a fala dos depoentes, o ensino ministrado às crianças em casa de uma senhora - D<sup>a</sup> Alzira - que foi a primeira pessoa no bairro a se preocupar com a educação infantil e mestra da qual muitos entrevistados lembram com saudades e respeito. Mas, é o Padre Roccato (foi o primeiro pároco da Igreja lá permanecendo até seu falecimento em 1986) o grande “ídolo” destes moradores, sobretudo por o reconhecerem como um liberal e o principal batalhador pela melhoria da qualidade de vida e crescimento da Vila Nova.

As temáticas recorrentes que apareceram durante as entrevistas foram basicamente atinentes a religião, esportes, moradia, namoro, relações

familiares, relações de vizinhança, vestuário, saúde, trabalho, transportes, comércio, comportamento e educação.

Na Vila Nova atualmente sua população é de classe média baixa (se é que se pode ainda encontrar este tipo de classe social na cidade...), seu comércio é voltado em grande parte para o de autopeças e serviços em geral, seus edifícios são de porte singelo e as moradias no geral também simples. Todavia, foi significativo e chamou minha atenção a preservação de forte identidade entre moradores/espço e valores sócio-culturais (entre os mais antigos deles que foi o objeto da pesquisa).

Por outro lado, constatei e parece estar lá ocorrendo também, confirmando as palavras de BAUDRILLARD (1990) ser seu alerta positivo: que estamos vivenciando uma época onde *persiste um estado de todas as utopias realizadas através de uma reprodução indefinida de ideais, fantasmas e sonhos e que não ficaram postos no passado*. E as utopias/fantasia/simbolismos entre os antigos moradores da Vila Nova são muito vivos mesmo (basta lembrar que vários deles se chamam ainda de pés vermelhos); acreditam em feitiços, assombrações, no poder de fazer figas, cruzar os dedos, etc.

O que me causou certa estranheza foi o fato de que muitas das transformações em curso na atualidade estão sendo vivenciadas e apercebidas pelos entrevistados de forma supérflua, não parecendo entenderem bem o quanto muitas delas lhes afetou a qualidade de vida, seja em suas condições objetivas (moradia, transporte, salário, etc.) seja nas condições subjetivas (afetivas, culturais, valores e crenças).

Bem por isso é que estou ainda me questionando de que maneira o significado das transformações ocorridas em Campinas vem atingindo e/ou não o indivíduo em sua relação com a sociedade e tentando responder, retorno a SCHAFF (1992: 102 e segs.) quando se indagou: o que acontecerá com indivíduos deste tipo que parecem não identificar bem as transformações? Como sentirão as implicações resultantes das modificações para suas vidas?

Por outro lado, vi neste espaço a preservação da história pessoal e da teia de relações grupais (família, amigos, etc.), que existe um certo equilíbrio emocional nestes moradores, mas onde os perigos que vivenciam parecem estar apenas à frente deles o que os colocou *numa*

*encruzilhada*, que os levou, por um lado, a construir uma individualidade não percebida e, por outro, o fato de investirem em movimentos coletivos/simbólicos: missas, orações em casa de família... enfim, tudo muito vinculado àquela religiosidade que propiciou a origem/desenvolvimento do bairro. Parece que até o momento a ruptura com marcos ideológicos, familiares e religiosos, com a construção de novos temas, não estão presentes pelo menos com relação a estes antigos moradores do espaço dos *pés vermelhos*.

As transformações sócio-culturais que implicaram em significativas mudanças na qualidade de vida de sua população, pelo que verbalizaram alguns depoentes, estão sendo valorizadas ainda através do grau de satisfação das necessidades espirituais e, num segundo plano, é que apareceram as materiais, o que me levou a inferir que os indivíduos estão fazendo um enfrentamento cotidiano e procurando fazer escolhas, mais ou menos racionais, para poder lidar com a complexidade da sociedade em que vivem.

Frente ao observado no bairro da Vila Nova (no que tange à qualidade de vida) achei oportuno me reportar ao documento do Centro de Alternativas de Desarrollo (CEPAUR, 1986) quando questionava o modelo de desenvolvimento, afirmando que o melhor é aquele que oferece condições no sentido de elevar a qualidade de vida das pessoas, porém satisfazendo suas necessidades básicas. E pude observar que isto para estes cidadãos campineiros, *ex-pés sujos*, não é muito evidenciado, pois, prevalece a ilusão subjetiva que os faz satisfeitos por terem condições razoáveis de sobreviverem, como afirmou a maioria dos depoentes que fizeram também questão de dizer que

*o bairro não é de fato como antes onde havia muito verde, sem barulho de caminhões, os vizinhos trocavam receitas, as crianças brincavam nas ruas, à tarde, depois da janta, todos se sentavam às portas para conversar e iam à reza sem medo de violência. Mas, ainda é muito bom morar aqui...*

Em verdade, pois, neste panorama que apresento sobre a Vila Nova, quero finalmente evidenciar que ao longo dos meses de convivência que mantive com alguns de seus antigos moradores, nada mais oportuno

que lhes aplicar o critério avocado pelo Cepaur - *na vida é preciso realizar - e os ex-pés vermelhos* estão até hoje realizando de forma coletiva seu espaço!

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUDRILLARD, Jean. *A transparência do mal. Ensaio sobre os fenômenos externos*. Campinas, Papirus, 1990, p. 10.
- CARR, E. H. *Que é História?* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 29.
- CENTRO DE ALTERNATIVAS DE DESARROLLO (CEPAUR). *Desarrollo a escala humana. Uma opción para el futuro. Artigo 1. América Latina. Crisis y petplejidade*. N° especial. Santiago, Cepaur/Fundación Dag Hammars Kjöld, 1986.
- FURET, François. *A oficina da história*. Lisboa, Gradiva, s.d., p. 134.
- LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro, F. Alves, 1976.
- SCHAFF, Adam. *A sociedade informática*. São Paulo, Unesp/Brasiliense, 1992, p. 102 e segs.



## FEIJÓ: DOIS MOMENTOS DE SUA ATIVIDADE POLÍTICA

Célio DEBES

A fragilidade das instituições no Brasil é mal que nos aflige desde os primórdios da nacionalidade. Proclamada a independência, convocou-se a Assembléia Constituinte que deveria elaborar o pacto pelo qual o Império se regeria. Iam em curso seus trabalhos, quando Pedro I os atalhou, dissolvendo aquele congresso. Se, por um lado, este fato caracteriza, inequivocamente, um ato despótico, a Carta que viria a ser outorgada a 25 de março de 1824, representa, em confronto com o “projeto de Constituição do Império do Brasil” elaborado pela comissão formada pela Assembléia, um estatuto nacional de cunho muito mais liberal.

Desnecessário se torna um exame minucioso dos dois textos para que se alcance essa conclusão. Um cotejo, por exemplo, entre os preceitos que, em ambos, se referem à liberdade religiosa ressaltará a superioridade dos conceitos da Constituição.

Segundo o Projeto, “a liberdade religiosa no Brasil só se estende às comunhões cristãs; todos os que as professarem podem gozar dos direitos políticos do Império” (art. 14). “As outras religiões, além da cristã, são apenas **toleradas**, e a sua profissão inibe o exercício dos direitos políticos” (art. 15). “A religião católica apostólica romana é a religião do estado por excelência e única mantida por ele” (art. 16).

A Constituição, por seu lado, dispunha que “a religião católica apostólica romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo” (art. 5). Por outro lado, vedava o alistamento eleitoral e, conseqüentemente, a possibilidade de serem eleitos deputados aos “que não professarem a religião do Estado” (art. 95, III).

Mas, essa diversidade se nota, mais acentuadamente ainda, em outro campo. O Projeto inseriu um capítulo sob a epígrafe “dos deveres dos brasileiros”, de leitura interessante e elucidativa.

“Art. 33 - É dever de todo o brasileiro:

I - obedecer a lei e respeitar os seus órgãos;

II - sofrer com resignação o castigo que ela lhe infringir;

III - defender pessoalmente sua pátria ou por mar, ou por terra, sendo para isso chamado, e até morrer por ela, sendo preciso;

IV - contribuir para as despesas públicas;

V - responder por sua conduta como empregado público.

Art. 34 - Se a lei não é lei senão no nome, retroativa, ou oposta à moral, nem por isso é lícito ao brasileiro desobedecer-lhe, salvo se ela tendesse a depravá-lo e torna-lo vil e feroz.

Art. 35 - Em tais circunstâncias, é dever do brasileiro negar-se a ser o executor da lei injusta.”

Como é bem de ver-se, o Projeto não acolhe o princípio da irretroatividade da lei, que a Constituição outorgada proclama no inciso 3º, do art. 179. Deixa a critério do julgador reconhecer seu caráter injusto, para abster-se de lhe dar execução. Além desse tratamento esdrúxulo, se perde no enunciado de preceitos desconsertantes, como o que impõe resignação ao condenado...

Já a Constituição consagra parte substancial de um de seus títulos às “garantias dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros”, que se consubstanciam em nada menos que trinta e cinco incisos. Neles se asseguram, entre outros, a irretroatividade das leis, a liberdade de imprensa, a liberdade de locomoção, a inviolabilidade do domicílio e da correspondência, a abolição dos fôros privilegiados e a gratuidade do ensino primário. Uma outra garantia há, e significativa, a proclamar que “os poderes constitucionais não podem suspender a Constituição no que diz respeito aos direitos individuais”, salvo em casos de convulsão interna ou invasão de inimigo.

Sem entrarmos no mérito da ação imperial que dissolveu a Constituinte, - que, como se disse, se trata de ato despótico - o decreto em que ela se consubstanciou contém o compromisso de “convocar já uma

outra na forma das instruções feitas para convocação desta que agora acaba, a qual deverá trabalhar sobre o projeto de constituição que eu lhe hei de em breve apresentar, que será duplicadamente mais liberal do que o que a extinta assembléia acabou de fazer” (Decreto de 12 de novembro de 1823).

Na seqüência de atos baixados pelo imperante em decorrência, temos o decreto assinado a 13, que cria um Conselho de Estado e nomeia seus integrantes. Uma das atribuições do colegiado era exatamente elaborar o projeto de Constituição prometido. Seus componentes, pela letra do decreto, eram “homens probos, e amantes da dignidade imperial e da liberdade dos povos”, e deveriam trabalhar “com sabedoria e apropriação às luzes, civilização e localidades do Império”. Do Conselho faziam parte, além dos seis Ministros de Estado (João Severino Maciel da Costa, Luís José de Carvalho e Melo, Clemente Ferreira França, Mariano José Pereira da Fonseca, João Gomes da Silveira Mendonça e Francisco Vilela Barbosa), o Desembargador do Paço Antonio Luís Pereira da Cunha e os Conselheiros da Fazenda Barão de Santo Amaro, José Joaquim Carneiro de Campos e Manuel Jacinto Nogueira da Gama.

Menos de um mês depois, a 11 de dezembro, a comissão apresentava o projeto de Constituição elaborado “sobre as bases apresentadas por Sua Majestade Imperial, o Senhor D. Pedro I, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil”. Foi este trabalho que o monarca submeteu à apreciação das Câmaras Municipais do Império, dando cumprimento à resolução contida no mesmo decreto que instituiu o Conselho de Estado.

Dentre as Câmaras Municipais, uma das raras que se deram ao trabalho de examinar o projeto e de apresentar as **Reflexões** que entenderam cabíveis, foi a de Itú.

Conta Francisco Nardy Filho que, “em sessão de 10 de janeiro (de 1824) deliberou a Câmara oficial a doze cidadãos probos desta Vila para fazerem suas observações sobre o Projeto da Constituição, reunidos na Casa da Câmara e, depois de serem feitas as observações, serem apresentadas à Câmara. Para formar essa comissão dos doze cidadãos probos foram escolhidos: Francisco de Paula Sousa e Mello, Padre Diogo Antonio Feijó, Martim de Mello Taques, Padre João Paulo Xavier, Antonio Leite Sampaio, Padre José Galvão de Barros França, José Rodrigues do

Arnaral Mello, Candido José da Motta, Fernando Dias Paes Leme, Padre Joaquim Duarte Novais, Padre Manuel Ferraz de Camargo e Francisco Leite Ribeiro” (**A Cidade de Ytu**, v. II, p. 143). Na verdade, a Câmara da Itú não se pronunciou sobre o projeto, delegou a missão a “cidadãos Probos, amigos da Pátria e do nosso Perpétuo Defensor”, cujas observações seriam “oferecidas a aprovação do Público”. Quatro dos escolhidos se escusam (Paula Sousa, Martim Taques, Duarte Novais e Leite Sampaio), sendo substituídos por Antonio Pacheco da Fonseca e João de Almeida Prado, o que reduziu a comissão a apenas dez membros.

Antes que os “cidadãos probos” de Itú tivessem iniciado seu trabalho, a Câmara Municipal recebia de sua congênere do Rio de Janeiro ofício em que a conclamava, como fizera com as demais edilidades do Império, a aceitar em todos seus termos o projeto. Entendia o Senado da Câmara da Capital do Império desnecessário que se lhe fizesse qualquer reparo. “Havendo lido e examinado o dito Projeto - proclamavam os edis da Mui Leal e Heróica Cidade do Rio de Janeiro em edital que fizeram publicar e distribuir - não achara reflexão alguma a fazer, antes encontrara uma prova não equívoca do liberalismo de S.M. Imperial, do seu Ministério e do seu Conselho de Estado” (Coleção das Decisões do Império do Brasil de 1823, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1887, p. 124).

A iniciativa da Câmara Municipal da Corte se fundava em alegada tendência de “grande parte dos Homens bons e que verdadeiramente se interessam pela felicidade da sua Pátria” de jurar o projeto como Constituição, ao mesmo tempo em que a provocava no sentido de que “peça e represente a Sua Majestade o Imperador que mande já” que assim se proceda.

Mas, os Vereadores de Itú e os componentes Comissão por ela nomeada encaravam a questão de modo diverso. E, assim, respondem “não poder concordar com Vossas Senhorias pela diferente circunstância em que nos achamos. O povo dessa capital (como Vossas Senhorias afirmam) manifestamente tem declarado o seu desejo pelo juramento do Projeto como Constituição do Império que deva durar para sempre; o povo desta Vila, pelo contrário, parece conforme em julgar impraticáveis alguns artigos e, outros, pouco vantajosos ao Brasil e persuade-se ser do maior interesse o juramento do mencionado Projeto, mas com algumas alterações, que exige o peculiar estado da Província, e que se podem fazer aplicáveis

a todos; (...) e se persuade ainda mais que semelhante Constituição não deve durar para sempre, porém, somente enquanto a experiência não indicar as reformas necessárias”. Mas, não param aí os reparos à pretensão dos camaristas cariocas e a afirmação de seu empenho em emitir seu ponto de vista sobre a lei maior e influir nos destinos da nação que se estava estruturando. E, com habilidade, mostravam que a rejeição da proposta, ao contrário de ferir os melindres do monarca ía ao encontro de seus propósitos. “Ademais, - prosseguem - seríamos pouco obedientes ao Decreto de treze de novembro, nos oporíamos abertamente à vontade de Sua Majestade Imperial que tanto quer conhecer a opinião pública para satisfazê-la e, assim, cada vez mais patentear ao Brasil a liberalidade dos seus sentimentos e, finalmente, seríamos pouco fiéis a nossos cargos, antecipando os votos deste povo e, de certo modo, prevenindo-os e obrigando os fracos a uma condescendência que se não compadece com a honra do cidadão livre” (Francisco Nardy Filho, op. cit., p. 147).

Estudado o projeto e redigidos os reparos que lhe pareceram convenientes, a comissão entregou à Câmara ituana o resultado de seu labor. E a edilidade, adotando-os, encaminhou-os a Pedro I, capeados por ofício em que se destaca a consciência das prerrogativas de que estava investida. É verdadeiramente altivo e mesmo ousado o introito desse documento. “Senhor: se fôssemos governados por um desses monarcas usurpadores dos direitos de seus súditos, não obstante o Decreto de 13 de novembro do ano passado, não teríamos a lembrança de reflexionar sobre o Projeto de Constituição, cujas bases, se diz no frontespício, serem apresentadas por V. Majestade Imperial”. E, depois de frizar que o Imperador mais se aprazia, dentre seus títulos, com o de defensor perpétuo da Nação, fato que assegurava ao povo seu direito de opinar, abrandava a linguagem, dizendo submeter-se à vontade da maioria. Era o princípio democrático da prevalência da opinião dominante. “Não pretendemos singularizar-nos; sujeitamo-nos de bom grado à maioria dos votos da nação, cumprindo o mandado de V. Majestade Imperial em desempenho do cargo que ocupamos, lembrando que muitas vezes ainda o mais ignorante estimula o gênio do sábio para grandes descobertas e que sendo uma Constituição obra de saber, experiência e prudência, não seria impossível fazer lembrar a V. Majestade Imperial algumas alterações que as circunstâncias particulares de cada lugar exigem”.

Essa insistência em se fazer ouvir tinha sua razão de ser. Visava preservar a integridade dos princípios democráticos que o texto oriundo do Conselho não parecia assegurar com toda a ênfase. Vão seria, no entanto, o empenho. A iniciativa do Senado da Câmara do Rio de Janeiro mereceu o Beneplácito da maioria das edilidades do Império. E, em decorrência, o Projeto converteu-se na Constituição, sem que as **Reflexões** oferecidas pelos ituanos fossem levadas em linha de conta.

A autoria das Reflexões tem sido atribuída a Feijó. Inexiste prova irrefutável dessa assertiva. No entanto, antiga tradição a consagra. E, o mais abalizado de seus biógrafos ressalta não haver “motivos para rejeitar a tradição segundo a qual coube a Feijó a redação do parecer. Ninguém na Comissão com mais credenciais do que ele, de volta havia pouco dos trabalhos de uma assembléia constituinte e afeito assim aos estudos de direito público e constitucional” (Octavio Tarquinio de Sousa, História dos Fundadores do Império, 2ª ed., v. VII, p. 81).

Com efeito, Feijó integrara a bancada de São Paulo às Cortes de Lisboa e, nelas, tivera atuação marcante-se bem que através de um único pronunciamento - na defesa de sua condição de representante do povo de sua Província. Diante da hostilidade dos deputados de Portugal, que pretendiam impor aos do Brasil seus pontos de vista, inclusive com o emprego da força física, reage o parlamentar paulista.

“Cada Província tem um governo tão legítimo como o foi aquele que Portugal instalou a 15 de setembro. Ela o criou; só ela o pode mudar, até que a constituição organizada por seus Deputados, de acordo com os de Portugal, determine e marque o seu futuro destino. Beneméritos da pátria, regularão nesta crise arriscada a marcha política do Brasil: os povos a tudo assetiram, porque se lhes assegurava que tudo se fazia para sua felicidade. (...) Eles se uniram, eles nos elegeram, **eles nos enviaram não para receber a lei fundamental de seu futuro governo, mas para fazê-la**”.

Ia mais longe ao enunciar o sentido que dava à representação de que estava investido. Afastava a idéia de Nação, unindo portugueses e brasileiros; para ele, ela “cessou de existir desde o momento que rompeu o antigo pacto social”. A mudança do regime, com o banimento do absolutismo, dissolvera não apenas a união dos dois reinos, mas, igualmente a unidade das Províncias brasileiras. “Não somos deputados do Brasil, de

quem em outros tempos fazíamos uma parte imediata; porque cada Província se governa hoje independente. Cada um é somente Deputado da Província que o elegeu e que o enviou: é, portanto, necessária a pluralidade dos votos, não coletivamente de todos os Deputados, mas dos de cada Província, pela qual lhe possa obrigar o que por eles for sancionado. Se concordarmos, se a Constituição se nos tornar comum, desde esse dia somos um só Estado, uma só Nação, e cada Deputado lhe pertencerá com igual direito ao da Província que o elegeu” (Eugenio Egas, Diogo Feijó, Documentos. p. 80-85; g.n.).

Não se vislumbre um Feijó separatista, na interpretação de suas palavras. A situação fragmentária das Províncias brasileiras era uma realidade. Tanto que, a 30 de janeiro de 22, as autoridades sediadas no Rio de Janeiro baixavam ato em que se “recomenda aos Governos Provisórios que promovam a união de todas as Províncias com sujeição à Regência de S.A. Real” (collecção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1822. Essa Decisão é a de número 13 e se prende a matéria vinculada ao Ministério do Reino).

A disjunção das províncias, enquanto não promulgada a Carta que as Cortes curavam de alinhar, era estimulada pela artigo 22 das Bases da Constituição Política da Monarquia Portuguesa. Segundo o preceito, a Constituição que viesse a ser aprovada se applicaria, de início, “sornente aos portugueses residentes nos Reinos de Portugal e Algarves, que estão legalmente representados nas presentes Cortes”. Na verdade, o dispositivo mencionado refletia o propósito recolonizador das Cortes, com relação ao Brasil, especificamente (cf. nosso O Significado da Viagem de D. Pedro a São Paulo, in **D. Pedro I e Dona Leopoldina Perante a História**). Mas, uma vez admitida a participação naquela assembléia de representantes das Províncias, Feijó tira do artigo 21 as conseqüências dele, em sua segunda parte, decorrentes. “Quanto aos que residem nas outras três partes do mundo, ela se lhes tornará comum, logo que pelos seus legítimos representantes declarem ser esta a sua vontade”. E esta manifestação de vontade havia de ser exteriorizada na conformidade do mandato de cada Deputado. Ora, se a representação era provincial e não nacional, cumpria que em sua maioria, seus delegados aqui cessem, para que a respectiva Província adotasse a Constituição. A forma canhestra das Bases se prestava à interpretação restritiva. A solércia do legislador cedia campo à do exegeta.

Pois bem, do confronto desta posição assumida por Feijó em abril de 1822, com a atitude tomada pela Câmara de Itú, resulta uma semelhança assinalável. Dos tópicos transcritos dos ofícios emanados dessa edilidade ressume a preocupação de que a comunidade que representava emitisse suas ponderações sobre o Projeto de Constituição. Se em Lisboa falava o representante da Província, cá no Brasil se manifestava a entidade representativa da comuna. O traço comum, no entanto, é marcante. Prevalece o enunciado com que, nas Cortes, Feijó fundamentou sua fala. “Nenhuma associação é justa, quando não tem por base a livre convenção dos associados; nenhuma sociedade é verdadeira, quando não tem por fim as vantagens dos indivíduos que a compõe”.

Imbuídos do espírito liberal que se opunha ao absolutismo, então alvo de combate generalizado, Feijó e seus companheiros de missão lutavam, com empenho, para assegurar seu direito de participar da elaboração da Carta Maior, de opinar sobre seus preceitos, enfim, de exercitar uma prerrogativa inerente aos cidadãos livres, conscios de sua condição.

Essa preocupação em salvaguardar os princípios liberais se encontra, igualmente, em algumas das **Reflexões** enunciadas pela gente de Itú.

O projeto de Constituição, ao cuidar das atribuições da Assembléia Geral, isto é, do Parlamento, dispunha (art. 15, inciso X) que lhe competia “fixar anualmente as despesas públicas e repartir a contribuição direta”. As **Reflexões** aditavam-lhe “e decretar a continuação das imposições, sem o que o povo se julga desonerado de satisfazê-las”. Estabelecia, ainda o Projeto (inciso XI), que o Legislativo fixaria, todos os anos, mediante informações do Governo, as forças armadas. A Comissão de Itú substituíu a versão original por outra, de uma rigidez acentuada. “Fixar, anualmente, com informações do governo, as forças de mar e terra, ordinárias e extraordinárias, **sem o que o exército e marinha se julga dissolvido**” (sic).

Na justificativa das modificações aventadas, é sustentado que “no projeto se acha garantida a autoridade, existência do Governo de uma maneira firme e inabalável, pelo contrário, a representação nacional não é acompanhada de uma só garantia que firme sua existência. Parece, portanto, que só os dois artigos mencionados, assim concebidos, são os

que podem fazer necessária e indispensável a sua existência, pondo-a a salvo da invasão do Poder Executivo por enfraquecê-lo desde o momento que cesse a representação nacional”. Como se vê, os adendos visavam assegurar a incolumidade do Legislativo fundada no princípio de independência dos poderes e a garantir a participação dos representantes do povo nos assuntos que mais de perto lhe diziam respeito: a carga tributária (“contribuição direta”) e a prestação do serviço militar (o recrutamento, forma de aliciamento forçado, em princípio, se aplicava a todos os cidadãos, acarretando aos conscritos pesados onus). A forma encontrada para obviar os males decorrentes se se arvorava em garantia dos princípios liberais, na prática, implicaria na paralização da Nação e a desgarneceria militarmente. Tais circunstâncias evidenciavam sua inviabilidade.

No tocante ao Senado, o Projeto se atinha, apenas, aos vitalícios escolhidos mediante eleições provinciais (art. 40). As **Reflexões** emendavam o preceito, “O Senado é composto de membros vitalícios e temporários, e estes durarão duas legislaturas e serão eleitos pelos conselhos provinciais.”

Pelo Projeto, o candidato a Senador devia contar com uma renda “anual por bens, indústria, comércio ou emprego, a soma de oitocentos mil réis” (art. 45). O substitutivo adotava a fórmula: “deve ter um rendimento anual marcado pela Lei e, para a presente legislatura, é suficiente que o eleito seja reputado rico em seu país” (isto é, rico na Província em que vivesse).

No tocante ao procedimento penal contra membro do Senado (art. 48), era apresentada a seguinte redação: “No juízo dos crimes, cuja acusação não pertence a Câmara dos Deputados, ou a parte queixosa acusará ou o procurador” (da Coroa e Soberania Nacional).

A despeito de manter o fator econômico como condição para o indivíduo poder candidatar-se ao Senado, há, na emenda, uma preocupação de abrandar o rigor do original, bem como de transferir ao legislador ordinário a competência para a fixação do valor da renda. A sustentação das modificações esclarece seus objetivos. É de se assinalar, contudo, a preocupação em se defender os interesses particulares dos que viessem a ser investidos na função, diminuindo-lhes o tempo da duração do encargo. Não se encarava, como viria a ocorrer posteriormente, a

conveniência de se dilatar os mandatos eletivos, em benefício dos eleitos... A função pública tinha um sabor de onus, era um **munus público**. “O Senado composto de membros, todos vitalícios e nomeados pela Província e entre a classe rica, - argumenta a Comissão - tem a grande dificuldade de que os eleitos aceitem um emprego que os expatria; durante estes somente oito anos, ainda será bem pesada ao Senador tão grande demora fora de sua casa e seus bens; se as legislaturas durassem somente dois anos, elas se tornariam menos incômodas; e poderiam, então, os senadores durar três legislaturas. O rendimento anual certo de 800\$000 réis será limitado numa Província, excessivo em outras e, até impossível, em algumas.”

Ao fundamentar a escolha por via indireta dos senadores, que o Projeto determinava fosse por eleição direta, invoca um argumento surpreendente. “Como será, sempre, de grande dificuldade descobrir na classe rica (a menor em qualquer lugar) sujeitos de saber, capacidade e virtudes, parece que a eleição de semelhantes homens deve ficar aos Conselhos Provinciais que, por serem compostos de cidadãos escolhidos e reunidos na capital, estão mais ao alcance de conhecê-los”. Os Conselhos Provinciais eram colegiados, mais de cunho consultivo, que existiram nas Províncias, antes do Ato Adicional de 1834. Foram, por assim dizer, os antecessores das Assembléias Legislativas (cf. nosso “Estrutura Política e Legal dos Governos Paulistas de 1821 a 1834”, in Rev. do Inst. Hist. e Geogr. de São Paulo, v. LXV, p. 288-313).

Quanto à iniciativa da ação penal contra os Senadores, ressalvada a competência da Câmara dos Deputados, deixava de ser uma exclusividade do Procurador da Coroa e Soberania Nacional, isto e, do Ministério Público, mas também, e prioritariamente, do próprio ofendido. A medida visava elidir as influências a que ficam sujeitos os que convivem com as proximidades do poder. Aí está, nos dias que correm, a questão da arguição de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

Como se vê, nessas **Reflexões** assinaladas há a preocupação de se preservarem alguns dos princípios fundamentais do liberalismo político, como a liberdade individual, o estado de direito, a limitação dos poderes do Estado, a eleição como meio de escolha dos representantes do povo, a limitação dos mandatos eletivos.

A bem da verdade, deve-se assinalar que nem todas as sugestões feitas em Itu contribuiriam para aperfeiçoar a Carta Impe-

rial - que, aliás, acabou sendo outorgada sem levá-las em linha de conta. No entanto, a consulta às Câmaras Municipais teve seu mérito. Demonstrou que o comodismo, a subserviência e, mesmo, a incapacidade predominavam entre as edilidades, inclusive as das capitais das Províncias. Em meio a essa inércia generalizada, resume o papel desempenhado pelos elaboradores das Reflexões. Uma Vila encrustrada no interior de São Paulo teve a sensibilidade de perceber que ocorrera uma transformação política de grande profundidade. E que essa transformação a atingira, conferindo-lhe prerrogativas não percebidas pelas demais comunas, adormecidas no pragmatismo conformista do largo período colonial. E fê-las prevalecer através das **Reflexões** e da altanería dos ofícios com que, num, as transmitiu ao Imperador e, noutro, anterior, repeliu a proposta de vassalagem incondicional blandiciosamente formulada pela câmara do Rio de Janeiro.



# KOSTER: O MAIS FIEL RETRATISTA DA PAISAGEM

Leonardo Dantas SILVA  
da Fundação Joaquim Nabuco

Ao entregarmos ao público leitor mais uma edição da obra clássica de Henry Koster, que recebeu o título em português de *Viagens ao Nordeste do Brasil*, julgamos por bem chamar a atenção da crônica desses viajantes no registro da evolução da paisagem brasileira nesses últimos séculos.

De todos os que se aventuraram em percorrer os sertões brasileiros, mesmo entre aqueles que apenas registraram aspectos de nosso litoral, foi o inglês Henry Koster o que melhor soube expressar os sentimentos de nossa gente. Dominando perfeitamente a língua portuguesa, ele logo integrou-se na vida societária de então chegando a ser senhor de engenho em Itamaracá, onde era conhecido como *Henrique da Costa*, daí a precisão e riqueza de detalhes contidas em suas narrativas acerca da paisagem, usos e costumes do início do século XIX no Nordeste brasileiro.

Sua obra, surgida em Londres no ano de 1816, logo alcançou sucesso através de sucessivas reedições e publicações em outros países, passando a ser fonte de consulta e citação obrigatória por todos que escreveram sobre o Brasil a partir de então. No século XX, a sua obra ganhou uma especial tradução a cargo do mestre Luís da Câmara Cascudo, que a acresceu de notas e comentários da maior valia para o leitor dos nossos dias.

Antes porém de nos determos na magnitude da obra de Henry Koster, vale a pena um passeio em torno da obra de alguns desses

viajantes que percorreram a *terra brasílica* nesses últimos 500 anos de nossa história.

A presença de viajantes e aventureiros em terras da “Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos de Brasil”, para usar a expressão de Pero de Magalhães de Gândavo, na sua *História* publicada em Lisboa em 1576, é uma constante nesses quinhentos anos de nosso País.<sup>1</sup>

Desde Pero Vaz de Caminha, o primeiro a narrar a nossa primitiva paisagem, em *Carta* enviada ao Rei de Portugal, D. Manoel I, as crônicas dos chamados viajantes tornaram-se uma constante na bibliografia brasileira.

Os relatos desses viajantes já aparecem logo nos primeiros anos que sucederam ao achamento do Brasil, a exemplo das obras escritas por Hans Staden (1557) e Jean de Léry (1574), seguindo-se das descrições de Roelof Baro (1651) e de Ambrosius Richshoffer, com *Diário de um soldado da Companhia das Índias Ocidentais* (1677), bem como do testemunho de Urbain Souchou de Rennefort, in *Memoires pour servir a L’Histoire des Indes Orientales etc.*, livro publicado em Paris em 1688, das cartas de Mrs. Kindersley (1777) e das aventuras de James George Semple Lisle (1799), só para citar alguns que antecederam ao século XIX, no qual esse tipo de literatura vem tomar formas definidas.

Dessa leva de viajantes e aventureiros que escreveram sobre os primeiros anos de nossa colonização, destaca-se o depoimento de Hans Staden publicado na Alemanha em 1557.<sup>2</sup> Esse singular aventureiro engajou-se como artilheiro de um navio português que comerciava pau-brasil, fazendo a sua primeira viagem ao Brasil em 1547. Ao chegar a Pernambuco, logo participa das lutas contra os índios que sitiavam a vila de Igarassu, transferindo-se depois para a Paraíba de onde só retornou a Lisboa no ano seguinte. Volta ao Brasil em 1550, desta vez sob a bandeira

(1) SILVA, Leonardo Dantas. Gândavo e a sua História. In: GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *Tratado da terra do Brasil & história da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil 1576*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, 1995. Edição conjunta, organização e apresentação de Leonardo Dantas Silva. (Série Descobrimentos, 3) p. X.

(2) ST ADEN, Hans. *Warhaftige Historia und beschreibung eyner Landtschaff der Wilden etc.* Marburg, 1557.

de Espanha na expedição de D. Mencia Calderon de Sanabria, que devia fundar duas povoações, uma na ilha de Santa Catarina e outra na foz do Rio da Prata.

Depois de várias peripécias, vamos encontrá-lo na vila de São Vicente, onde exerce as funções de arcabuzeiro na ilha de Santo Amaro, em frente a Bertioga. Prisioneiro dos índios tupinambás, em janeiro de 1554, lá permanece durante nove meses, quando consegue fugir e, em 20 de fevereiro de 1555 chega à França iniciando sua viagem de retorno à pátria.

A narrativa de Hans Staden foi de um sucesso incomum. Da primeira impressão em 1557 até a edição londrina de 1874 foram registra das 17 tiragens, reproduzindo as excelentes xilogravuras da primeira, além das edições em língua portuguesa mais recentes. Segundo José Honório Rodrigues,<sup>3</sup> a melhor edição brasileira é a da Sociedade Hans Staden, conforme a transcrição em alemão moderno de Karl Fouquet (São Paulo, 1941, n° 3 das Publicações da Sociedade Hans Staden), numa tradução de Guiomar de Carvalho Franco, com introdução e notas de Francisco de Assis Carvalho Franco (São Paulo, 1942).

## 1. KOSTER E OUTROS VIAJANTES

O século XIX veio a ser chamado de “o século das luzes”, tal o número de mudanças ocorridas no âmbito das relações políticas e sociais, bem como dos avanços tecnológicos e de toda uma transformação de costumes que surgiu com a revolução industrial.

As guerras napoleônicas, mudando a face da Europa e a consequente invasão de Portugal em 1807, obrigaram a família real portuguesa a se refugiar no Brasil. A decisão do príncipe regente Dom João (futuro Dom João VI) de transferir a capital do reino português para o Rio de Janeiro motivou a transmigração de cerca de 8 a 15.000 pessoas, entre adultos e crianças, responsáveis por mais da metade do capital circulante no Portugal continental.

<sup>(3)</sup> RODRIGUES, José Honório. *História da história do Brasil: Historiografia colonial*. São Paulo: Editora Nacional, 1979. p. 15.

A cidade do Rio de Janeiro, por sua vez, foi tomada de um surto de progresso nunca visto, particularmente quando da elevação do Brasil à condição de Reino Unido em 1815. Logo ao aportar na Bahia, o príncipe regente determinou, pela Carta Régia de 28 de janeiro de 1808, a “abertura dos portos às nações amigas”, o que veio proporcionar um grande impulso à economia brasileira, até então sujeita aos portos portugueses quando da importação e exportação de produtos.

O Brasil transformou-se assim num protetorado britânico e, sob essa condição, foram assinados, em 19 de fevereiro de 1810, “Tratados de Comércio e Navegação e Aliança e Amizade com a Grã-Bretanha”. A abertura dos portos e os conseqüentes tratados incentivaram a presença de estrangeiros na vida brasileira dando causa ao aparecimento de relatos de viajantes acerca dos habitantes, vida social, flora, fauna e aspectos outros que precederam e sucederam a independência da antiga colônia.

Com a abertura dos portos e o conseqüente incremento da navegação, a presença desses viajantes tornou-se mais amíúde. Suas narrativas, reunidas em livros impressos em várias línguas, com sucessivas edições, passaram a ser disputadas pelo público leitor ávido por descrições de povos e costumes exóticos.

Rubens Borba de Moraes, in *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*,<sup>4</sup> enumera 266 viajantes, com as respectivas fichas de suas obras, que escreveram sobre a terra e gente do Brasil, situando-os em sua maioria no século XIX.

Tais obras vieram a se transformar em verdadeiros acontecimentos, como foi o caso de John Mawe, mineralogista inglês, o primeiro com permissão do Príncipe Regente para viajar pelo interior das Minas Gerais alcançou grande sucesso quando da publicação do seu livro *Travels in the interior of Brazil etc* (London: Longman, 1812. 366 p. il. com estampas e mapas coloridos), que em oito anos conquistou nove edições, em cinco diferentes línguas, tendo sido publicado na Grã-Bretanha, Estados Unidos, Suécia, Alemanha, Rússia, Itália, Portugal e Brasil.

A melhor das narrativas sobre a primeira década do século XIX, no Brasil, foi, ao que parece, de um súdito inglês nascido em Lisboa:

---

<sup>(4)</sup> MORAES, Rubens Borba de; BERRIEN, William. *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Souza, 1949. p. 592-627.

Henry Koster, autor do livro *Travels in Brazil* (London: Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown, 1816. 501 p. il. com dois mapas e oito cromolitografias). Logo no ano seguinte, o seu livro teve uma segunda edição em inglês a cargo do mesmo editor (London: Longman, 1817. 2 v. 406 e 380 p.), e uma terceira publicada nos Estados Unidos (Philadelphia: M. Carey & Son, 1817. 2 v. 340 e 323 p.), seguindo-se de uma em alemão (*Reisen in Brasilien*. Weimar, 1817. 624 p.), e de duas outras em francês (Paris: Chez Delaunay Librairie, 1818. 2 v. e Paris: Libr. Universelle, 1846. 2 v.).

Em português, porém, sua obra só veio a ser traduzida inicialmente por Antônio C. de A. Pimentel, que a publicou em capítulos na *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano*, nº 51 ao 150 (1898-1933). A sua edição autônoma, porém, saiu no ano de 1942, quando por Luís da Câmara Cascudo, a publicou sob o título *Viagens ao Nordeste do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1942. 596 p., fazendo parte da *Coleção Brasileira*, sob o nº 221. Em 1978, com nova feição gráfica e com as lâminas coloridas da primeira edição inglesa (1816), uma segunda edição de *Viagens ao Nordeste do Brasil* vem a ser publicada no Recife, obedecendo à tradução de Luís da Câmara Cascudo, trazendo as notas e prefácio da edição de 1942, devidamente revistos pelo seu autor.<sup>5</sup>

Chegando ao Recife em 7 de dezembro de 1809, Henry Koster, então com 25 anos, viera em busca de um clima tropical para cura de sua tuberculose. Sentindo as melhoras, já em outubro de 1810 parte em viagem a cavalo com destino à Paraíba; de lá, resolve estender a sua cavalgada até a capital do Ceará, Fortaleza, onde chegou a 4 de dezembro daquele ano e já a 11 de fevereiro de 1811 inicia sua volta ao Recife, viajando novamente em 25 do mesmo mês, desta vez por mar, ao Maranhão e dali regressa, em 8 de abril, à Inglaterra.

Em 27 de dezembro do mesmo ano, já estava de volta ao Recife, iniciando daí uma viagem ao sertão de Pernambuco, em companhia do capitão-mor de Bom Jardim. Ao retornar, em abril de 1812, se transforma

---

<sup>(5)</sup> KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. 2. ed. Prefácio e tradução de Luís da Câmara Cascudo. Recife: SEC; Departamento de Cultura., 1978. 480 p. il. (Coleção Pernambucana, 1ª fase, v. 17). Inclui cromolitografias e mapas da 1. ed. Londres, 1816.

em agricultor (*senhor-de-engenho*), com o arrendamento do engenho Jaguaribe, na ilha de Itamaracá, passando a residir, em 1813, no engenho Amparo. Era um inglês aclimatado aos trópicos, falando fluentemente o português, a ponto de os seus interlocutores duvidarem de sua nacionalidade, o tratando brasileiromente por *Henrique da Costa*.

Retomando à Inglaterra no começo de 1815, resolve escrever o seu livro clássico no qual se revelou, no dizer de Alfredo de Carvalho, “observador simpático da terra em que veio buscar a saúde, crítico tolerante das gentes entre as quais viveu, e narrador consciencioso de tudo quanto presenciou”.

O livro de Koster veio a ser dedicado a Robert Southey, “o poeta laureado da Inglaterra”, possuidor da preciosa biblioteca de 14.000 volumes, da qual ele se valera em suas consultas, e autor do clássico *History of the Brazil* 3 v., impresso na mesma editora inglesa entre 1810 e 1819. Southey foi um dos primeiros a elogiar a obra de Koster, em artigo publicado na *Quarterly Review* (XVI n° 32, janeiro de 1817, p. 344-387). Seguindo-se a este, outros mais exaltaram o seu livro de viagens: o ensaísta John Foster, na *Eclectic Review*, diz ser a sua “obra de mérito considerável, tanto pelas informações que encerra quanto pelos princípios de justiça e de humanidade que ajuda a confirmar”; *Augustan Review*; dezembro de 1816, *European Magazine*, de janeiro de 1817; James Henderson, in *The History of the Brazil etc.* (Londres: Longman, 1821), que o conheceu nos seus últimos dias, em fins de dezembro de 1819, diz ser ele mundialmente célebre pelo seu trabalho sobre o Nordeste do Brasil. Observa Alfredo de Carvalho que “cinquenta e três anos depois, o famoso Richard Burton chamava ao autor - *the accurate Koster* - sua obra *The highlands of the Brazil* (London: Tinsley Brothers, 1869) e diversas edições, reimpressões e traduções atestam o justo a preço que a sua obra alcançou”.<sup>6</sup>

Para Luís da Câmara Cascudo:

*Nenhum dos grandes viajantes e naturalistas que visitam o Brasil no século XIX deixa de citar Koster com distinção destacada, endossando*

<sup>6</sup> CARVALHO, Alfredo de. *Biblioteca Exótico-Brasileira*. v. III. Rio de Janeiro, 1930. p. 104-108.

*observações ou dispensando averiguações desde que o inglês, feito agricultor pernambucano, registrara. Southey utiliza-o abundantemente no terceiro volume de sua History of the Brazil (1816). Sem ele Tollenare escreveria menos. Saint-Hilaire, cioso das análises feitas pelos outros exploradores, informa, seca mas serenamente, que 'Koster descreveu bem as regiões que viu...'. Henderson, visitando-o, dera-lhe nomes que explicavam o justo renome. Koster já não era o inglês tuberculoso, pequeno comerciante que procura viver mais um pouco no clima tropical do Brasil, mas a gentleman known to the literary world by the publicadon of this travels in the northern part of the Brazil.<sup>7</sup>*

Ao concluir o seu livro, pensava ele não mais regressar ao Brasil. Em 1816, sentindo que a tuberculose recrudescera, retorna a Pernambuco, onde assiste à eclosão da Revolução Republicana de 1817, da qual era simpatizante e tinha ligações afetivas com os seus principais líderes intelectuais. Reprimida a República Pernambucana, pelas tropas legalistas da coroa portuguesa, transfere-se do Recife para Goiana, em busca de melhoras para a sua saúde, retornando em fins de 1819 (Henderson) vindo a falecer em princípios de 1820, sendo sepultado em local não identificável no Cemitério dos Ingleses do Recife.

Outros viajantes se seguem a Henry Koster, como Auguste François César de Saint-Hilaire, que vindo para o Brasil em 1816, onde percorreu as províncias do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, a Cisplatina e as Missões do Paraguai, só retornou à França em 1822, onde passa o resto de sua vida catalogando o material botânico recolhido e escrevendo os seus livros de viagens. Além de *Plantes usuelles des Brésiliens* (Paris: Grimbert, 1824), *Histoire des plantes les plus remarquables du Brésil et du Paraguay etc.* (Paris: chez A. Belin, 1824) e *Flora Brasiliae Meridionalis* (Parisiis: apud A. Belins, 1825), escreveu ele sete outros

<sup>(7)</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. in KOSTER (op. cit.). 2. ed. Prefácio. p. 19.

livros sobre as suas viagens, verdadeiros clássicos para o conhecimento das comunidades do sul do Brasil, no período que antecede a Independência (1822).

Como a complementar as narrativas de Koster, o comerciante francês de algodão Louis François de Tollenare escreve, entre 1816 e 1818, um *diário* durante o tempo em que permaneceu em Pernambuco e na Bahia, onde trata de importantes aspectos da vida social e política, com apreciações importantes sobre usos, costumes, festas populares, movimentos políticos, escravidão, economia, pintando com maestria a sociedade de então. O original do documento encontrava-se depositado na Bibliothèqe de Sainte-Geneviève (Paris) tendo sido traduzido, nas partes referentes a Pernambuco e Bahia, por Alfredo de Carvalho que as fez publicar, sob o título de *Notas Dominicais*, nas Revistas do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia (Salvador, 1907 v. 14.) e do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (Recife, 1904. v. 61). Deste último, com a “parte relativa a Pernambuco” e introdução de Oliveira Lima, foi tirada uma separata de 300 exemplares, Recife: Empresa Jornal do Recife, 1905. 261 p.<sup>8</sup> O manuscrito de L. F. de Tollenare só veio a ser publicado em sua íntegra por Leon Bourdon, sob o título *Notes dominicales - Prisse pendent un voyages un Portugale et un Brésil en 1816, 1817 et 1818*. Paris: Presse Universitaire de France, 1971-73. 3 v. il.

Os viajantes tomavam parte na vida brasileira, convivendo nas ruas com as mais diferentes camadas da população, freqüentando salões e até parlamentando com revoltosos separatistas, inimigos do governo português, como foi o caso de Maria Graham (1785-1842). Chegando às costas de Pernambuco em 21 de setembro de 1821, a bordo da fragata *Doris*, da Real Marinha Inglesa, comandada por seu marido, capitão Thomas Graham, em viagem para o Chile, encontrou a província em plena revolução que tinha por objetivo a deposição do governador português Luiz do Rego Barreto. Isso não impediu que esta senhora inglesa convivesse

---

(8) TOLLENARE, L. F. de. *Notas dominicais*. Tradução de Alfredo de Carvalho. Apresentação de José Antônio Gonsalves de Mello. Prefácio de Oliveira Lima. 3. ed. Recife: SEC. Departamento de Cultura, 1978. 294 p. il. (Coleção Pernambucana, 1ª fase, v. 16). “Notas” sobre Pernambuco e sobre a Bahia. Inclui desenhos do autor relativos a Pernambuco e à Bahia publicados na edição de Leon Bourdon, *Notes dominicales*. Paris: Presse Universitaire de France, 1971-73. 3 v.

tanto nos salões do palácio do governador como no acampamento dos revoltosos, localizado acerca de quinze quilômetros, na povoação do Beberibe, transformando-se em testemunha ocular do movimento que culminou com a separação daquela província da suserania portuguesa pela capitulação de 5 de outubro de 1821. No seu retorno ao Chile, onde veio a falecer o seu marido, Maria Graham foi convidada pelo Imperador Dom Pedro I, quando de sua passagem pelo Rio de Janeiro, a exercer as funções de educadora da futura Rainha de Portugal, D. Maria da Glória, então com cinco anos de idade, o que lhe fez retornar ao Brasil. Nesta mesma viagem, em passagem por Pernambuco, encontrou novamente a província em armas, com o seu porto bloqueado pela armada real comandada por Lord Cochrane. Na ocasião, serviu ela de intermediadora entre os revoltosos da Confederação do Equador de 1824, chefiados por Manuel de Carvalho Paes de Andrade que ela havia conhecido quando de sua primeira passagem pelo Recife em 1821, e o Lord Cochrane, comandante inglês a serviço de Dom Pedro I com quem travara amizade no Chile.<sup>9</sup>

Já na Inglaterra, publicou *Jornal of a voyage to Brazil and residence the during the years 1821, 1822, 1823, by Maria Graham*. London: Longman, 1824. 324 p. il. Deixou ela um volume anotado depois adquirido por Oliveira Lima que, em artigo na *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano* v. 12, 1906, “Mrs. Graham e a Confederação do Equador”, também publicado n’ *O Estado de S. Paulo*, em 27 de novembro do mesmo ano, trata desses acréscimos da autora para uma segunda edição. As anotações de Maria Graham aparecem na edição de língua portuguesa, *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia - Editora da Universidade de São Paulo, 1990. 425 p. il.

James Henderson (1783-1848), viajante e diplomata inglês que esteve no Brasil de 1819 a 1821, deixa interessante estudo com base na *Corografia Brasílica* de Ayres Casal (1817), sob o título *History Brazil: comprising its geography, commerce, colonization, aboriginal, inhabitants*. London: Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brow, 1821. 28 litografias e dois mapas.

---

<sup>(9)</sup> ANJOS, João Alfredo dos. *Viajantes ingleses no Nordeste do Brasil no século XIX*. Apresentação do catálogo da exposição. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1991.

Também em imagens, além das ilustrações contidas nas obras de alguns viajantes a exemplo de Koster, Maria Graham e Henderson, o panorama da vida brasileira serviu de tema às 151 cromolitografias de Jean Baptiste Debret (1768-1848), artista francês que viveu no Brasil de 1816 a 1831, que as reuniu em *Voyage pittoresque et historique au Brésil* Paris: Firmin Didot frères, 1834-39. 3 v. A tradução em língua portuguesa é de Sérgio Milliet (1898-1966), com várias edições: *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil* Belo Horizonte / São Paulo: Ed. Itatiaia/Ed. da Universidade de São Paulo, 1989. 3 v. As pranchas litográficas eram acrescidas de cuidadosas notas descritivas com informações sobre tipos da população, inclusive negros das várias nações africanas e índios das várias tribos, ofícios, instituições, relações familiares, costumes, festas religiosas e profanas, num panorama sem precedentes retratando a vida do Brasil no início do século XIX. As aquarelas e desenhos não constantes da primeira edição de Firmin Didot (1834) foram reproduzidos por R. de Castro Maia em edição datada de Paris, 1954, reunindo um total de 139 pranchas coloridas.

Outro viajante que pintou com cores firmes o Brasil de então foi Johan Moritz Rugendas (1802-1858), quando da publicação de *Malerische reise in Brasilien*. Paris: Engelman & cie., 1835. 176 p. il.; edição também publicada em francês sob o título: *Voyage pittoresque dans le Brésil par Maurice Rugendas; traduit de l' allemand par Mr. de Golbery...* Paris: Mulhouse, Engelman & Cie., 1853, reunindo 100 litografias e um texto explicativo da maior importância para o estudo das características físicas da população, em especial dos traços, hábitos e costumes das populações negra e índia, como também dos mulatos e demais mestiços que vieram formar aquilo que hoje chamamos de raça brasileira. A tradução em língua portuguesa é de Sérgio Milliet, *Viagem pitoresca através do Brasil* São Paulo: Liv. Martins Editora, 1940. 205 p. il. , seguindo-se de várias reedições.

Dois cientistas alemães, Johan Baptist von SPIX e Karl Friedrich Philip von MARTIUS, realizaram uma grande viagem pelo interior do Brasil, entre 1817 e 1820, percorrendo as províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, seguindo através do Rio São Francisco por Minas Gerais e Bahia, chegando ao porto de Juazeiro, ingressando assim pelo Sertão de Pernambuco, adentrando-se pelo Piauí e Maranhão, anotando e desenvolvendo observações de grande importância para o conhecimento

das populações rurais do início do século XIX, tendo publicado *Reise in Brasilien auf Befehl Sr. Majestät Maximilian Joseph I etc.* München: Gerdruckt bei M. Lindauer, 1823. 3 v. il.; seguindo-se de edições outras, inclusive a inglesa de H. E. Lloyd, *Travel in Brazil*, 1817-1820. 2 v. Londres: Longman & Co., 1824. A tradução em língua portuguesa é de Lúcia Furguim Lahmeyer, com notas de Basílio de Magalhães, *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. 2 v.

## 2. AINDA VIAJANTES

Os viajantes, como já tivemos ocasião de fazer referência, continuaram a ser os grandes cronistas da vida brasileira, traçando em suas obras aspectos preciosos da terra e da gente nem sempre observados pelos cronistas e historiadores nacionais.

O norte-americano Daniel Parish Kidder foi um desses viajantes que, nascido em Derien N. Y. em 1815 e falecido em Evanston, Illinois, chegou ao Brasil em 1837, como missionário metodista a serviço da Sociedade Bíblica Americana. No Brasil estabeleceu-se por longo tempo, viajando pelas províncias do Rio de Janeiro e São Paulo e províncias do Norte, o bastante para escrever *Sketches of residence and travels in Brazil, embracing historical and geographical notices of the Empire and its several provinces*. London: Wiley & Putman, 1845. 2 v.. 369 p. + 404 p. il. com 32 litografias. Em parceria com o também missionário J. C. Fletcher, que residiu no Brasil entre 1851 e 1865, veio a publicar um dos maiores clássicos da crônica literária dos viajantes, citado obrigatoriamente por todos os autores norte-americanos que escreveram sobre o Brasil na segunda metade do século XIX: *Brazil and the brazilians, portrayed in historical and descriptive sketches*. Philadelphia; Childs & Peterson, 1857. 630 p. il. com 150 litografias, que veio a ser objeto de dezenas de reedições. No Brasil, as duas obras foram traduzidas por Moacir N. Vasconcelos e Elias Dolianti, sendo publicadas sob os títulos: *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil*. São Paulo: Martins, 1940-43, e *O Brasil e os brasileiros: esboço histórico e descritivo*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1941. 2 v. Brasileira, v. 205.

Outro viajante de sucesso foi George Gardner (1812-1849), autor de *Travels in the interior of Brazil principally through the northern provinces and the gold and diamond districts, during the years 1836-1841*. London: Reeve, Brothers, 1846. 562 p. il.; dois anos depois traduzido para o alemão, *Reisen im inneren Brasiliens etc.* Dresden und Leipzig: Arnoldische Buchhandlung, 1848. Diretor do Jardim Botânico do Ceilão (atual Sri Lanka), o autor percorreu as províncias do Norte do Brasil e os distritos das minas de ouro e diamantes, recolhendo espécimens e fazendo importantes anotações sobre a paisagem e costumes. Em 1849, ano do seu falecimento, sua obra teve uma segunda edição em língua inglesa e, quase um século depois, foi traduzida para o português por Albertino Pinheiro e publicada dentro da série Brasiliana (v. 223), *Viagens pelo Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1942. 468 p.

O desenvolvimento do Brasil, na segunda metade do século XIX, é visto por William Hadfield, um secretário de uma companhia de navegação que visitando por diversas vezes os portos brasileiros, entre 1821 e 1876, nos proporciona uma visão do progresso e mudanças na vida urbana de então. No seu primeiro livro, *Brazil, the River Plate, and the Falkland Islands etc.* London: Longman, Brown, Green, and Longmans, 1854. 384 p. il., ele diz ser residente no Brasil há muitos anos, traçando importantes aspectos da cidade do Recife em 1821 e comparando-a com a de então (p. 103). Graças ao sucesso obtido com a primeira edição, o autor fez publicar novas edições do seu livro, narrando suas observações entre 1853 e 1868, *Brazil and the River Plate*. London: Bates, Henry and Co., 1869. 271 p. il.; seguindo-se de outra edição com o mesmo título trazendo anotações das viagens entre 1870-76 (London: Ed. Stanford, 1877. 327 p. il.), de grande interesse para a historiografia brasileira no segundo reinado. Apesar de sua importância, a obra nunca foi traduzida para a língua portuguesa.

O consagrado explorador inglês, Sir Richard Francis Burton (1821-1893), que em memorável expedição descobriu as nascentes do Rio Nilo, é autor de mais de 50 livros, inclusive as traduções para a língua inglesa de *Mil e uma noites* e *Os Lusíadas*. Transferiu-se para o Brasil em 1865, na qualidade de cônsul britânico em Santos (São Paulo). Em 1867, recebe permissão do seu governo para uma viagem de reconhecimento através do Rio São Francisco, chamado por ele de o “Mississipi brasileiro”, tendo para isso cruzado as províncias do Rio de Janeiro e, no trecho do

curso do grande rio, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Alagoas, onde encerrou sua viagem no porto de Penedo.

As suas observações constam da obra *Highlands of the Brazil* London: Tinsley brothers, 1869. 2 v. il.. O seu precioso livro veio a ser traduzido para o português por Américo Jacobina Lacombe, *Viagem aos planaltos do Brasil*, mas sua edição integral em três volumes, inexplicavelmente, levou 42 anos para ser publicada pela Companhia Editora Nacional, dentro da série Brasiliana: v. 197 (1941), v. 375 e 376 (1983). A obra encontra-se assim dividida: *Do Rio de Janeiro a Morro Velho* (v. 1); *Minas e os mineiros* (v. 2) e *O Rio São Francisco* (v. 3).

A visão econômica do Brasil, entre 1868 e 1873, numa viagem pelo interior do Brasil, através do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Maranhão, rios São Francisco e Tocantins, nos é trazida por James W. Wells, engenheiro ferroviário, autor do livro *Three thousand miles through Brazil from Rio de Janeiro to Maranhão etc.* London: Sampson Low, Marston, Seale & Rivington, 1886. 2 v. il., que mereceu a seguinte observação de Gilberto Freyre, in *Inglezes no Brasil* p. 65: “seu livro rivaliza com o de Bigg-Wither e excede o de Dent em agudeza de observação e riqueza de informação sobre o Brasil do tempo de D. Pedro II”. - Não existe tradução para o português.

A visão da Amazônia veio despertar a atenção dos leitores norte-americanos, quando da publicação do livro do casal Elizabeth Cary e Louis Agassiz (1807-1873), *A journey in Brazil* Boston: Ticknor and Fields, 1868. 540 p. il. Trata-se da narrativa da famosa *Thayer expedition* (1865-66), que viajou do Rio de Janeiro para o norte chegando à Amazônia, dirigida pelo naturalista suíço-americano Louis Agassiz, professor em Cambridge e Harvard, que logo conquistou o público leitor dos Estados Unidos. O seu sucesso editorial proporcionou uma bela edição ilustrada em francês - *Voyage au Brésil*. Paris: Librairie de L. Hachette et Cie., 1869. 532 p. il. com 54 gravuras e três mapas -, seguindo-se de duas edições em espanhol - *Viage al Brasil por Agassiz y su esposa*. Barcelona: Tipo-Lithográfico de F. Nascente, 1890 e 1892. No Brasil, a obra foi traduzida para o português por Edgard Sussekind de Mendonça: *Viagem ao Brasil*, 1865-1866 São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1937. 654 p. Brasiliana, v. 95.

Enquadrado nesta série de viajantes, podemos situar ainda o jornalista Max Leclerc, correspondente francês mandado ao Brasil pelo

*Journal des Débats* após a proclamação da República em 1889, que transformou sua correspondência em excelente material de observação sobre a vida do País naquele final de século, reunindo-a no livro *Lettres du Brésil*. Paris: Librairie Plon, 1890. 268 p. Nos capítulos daquela edição, o autor trata de forma apaixonada dos assuntos de interesse em sua missão: A Revolução; O início da República; A vida no Rio de Janeiro; São Paulo e os paulistas; Usos e costumes; As instituições; Questões econômicas. Sua obra foi traduzida e anotada para o português por Sérgio Milliet: *Cartas do Brasil*. São Paulo: cia. Ed. Nacional, 1942 190 p. Brasileira, v. 215\*.

---

<sup>(\*)</sup> **Nota.** Pedimos licença para uma retificação com referência ao livro de James Wells "**Three thousands miles through Brazil**", citado pelo autor à página 421, afirmando não ter sido ele ainda traduzido para o português. Podemos afirmar já ter sido publicada a respectiva tradução, em edição da Fundação João Pinheiro, de Belo Horizonte, em 1995. Tradução de Myrian Avila, tal como o original em dois volumes, numa edição magnífica, pode-se dizer mesmo luxuosa. ONM

# OTERRORISMO NO TEMPO DE NOSSOS AVÓS

Armando Alexandre dos SANTOS

As duas torres gêmeas de World Trade Center - que durante tantos anos simbolizaram a aparentemente inabalável supremacia norteamericana consolidada ao longo do século XX - já não mais existem.

Elas desapareceram na trágica manhã que marcou não só o desaparecimento de um dos mais grandiosos edifícios do mundo ocidental e a morte de milhares de inocentes, mas também assinalou - como afirmaram comentaristas internacionais - o fim de toda uma era histórica. Será verdade?

O terrorismo, nessas dimensões apocalípticas, é fenômeno novo e choca profundamente nossos contemporâneos. Mas o terrorismo, em escala mais restrita, é fenômeno antigo e já chocou profundamente nosso avós, na passagem do século XIX para o século XX.

Nas duas últimas décadas do século XIX e nos primeiros anos do século XX até a eclosão, em 1914, da Primeira Guerra Mundial, o mundo civilizado viveu uma fase de grande esplendor e requinte cultural. Esse período foi, por isso mesmo, chamado “Belle Époque”.

De tempos em tempos, uma crise internacional ameaçava seriamente abalar a ordem vigente. Mas, acreditavam muitos, os governos já estavam maduros demais para se lançarem na aventura de uma guerra que, com os armamentos modernos cada vez mais aperfeiçoados, seria terrível. A guerra era, então, um pesadelo que o próprio avanço da indústria bélica tornava improvável, e no qual se preferia nem pensar.

A crença inabalável no progresso era generalizada. Vivia-se então no fascínio pelas novas invenções e descobertas. A Torre Eiffel, erguida em Paris para marcar o centenário da Revolução Francesa, cujos

horrores sanguinolentos já pertenciam ao passado, simbolizava essa grande esperança, compartilhada pela imensa maioria dos povos, num futuro risonho e pacífico para a humanidade.

Foi, paradoxalmente, nesse período róseo que uma onda de atentados terroristas, de cunho anarquista e/ou republicano, varreu várias nações da Europa e da América, abalando a tranqüilidade geral. Tornou-se então quase moda assassinar reis, príncipes, e até presidentes de república, com tiros, punhaladas ou bombas.

Bem entendido, em comparação com o terrorismo de nossos dias, quase se diria que eram inocentes brincadeiras de criança. Mas já era o começo...

A seguir, evocamos alguns dos atentados que mais impressionaram o público daquele tempo e que alimentaram, semanas ou meses a fio, a conversação nos serões das velhas casas de nossos avós.

### **“NINGUÉM OUSARIA ATACÁ-LO PELA FRENTE...”**

No dia 1º de fevereiro de 1908, foram assassinados a tiros, em Lisboa, o Rei D. Carlos I e seu filho primogênito, o Príncipe D. Luís Filipe. O segundo filho do rei, D. Manuel, foi ferido no mesmo atentado, embora sem gravidade, e subiu ao trono como D. Manuel II.

Naquela tarde de inverno, a Família Real, chegada de Vila Viçosa, desembarcaria no cais de Lisboa e se dirigia em carruagem aberta para o Palácio Real. O Rei fora advertido de que havia sérios indícios de que os republicanos fariam, naquele dia, um atentado contra sua pessoa, e por isso as autoridades policiais lhe recomendaram que fizesse o percurso por um caminho diferente do habitual, e em automóvel fechado. Mas D. Carlos, homem corajoso e destemido, respondeu que *“um Bragança não tem medo”* e decidiu fazer o caminho do modo habitual.

Quando a carruagem passava pelo Terreiro do Paço, por entre uma multidão entusiasmada que aplaudia (já que D. Carlos e sua Família eram imensamente populares), dois assassinos abriram fogo. Um deles estava armado com uma pistola Browning mod. 1900, calibre 7.65, e o outro portava uma carabina Winchester 44, de repetição.

D. Carlos estava sentado no banco de trás da carruagem, tendo à sua direita a esposa, a rainha D. Amélia, e no banco da frente iam os dois filhos do casal.

O rei foi alvejado pelas costas, com um tiro que lhe atravessou a coluna vertebral. Nunca, comentava-se, matador algum ousaria enfrentá-lo de outro modo, já que a pontaria do monarca era certa e em toda a sua vida somente uma única vez encontrara um atirador que o superou no tiro-ao-alvo: o diplomata argentino Marcelo de Alvear, futuro presidente de seu país.

Quase simultaneamente outro assassino se aproximou do carro e também abriu fogo contra o rei, que já havia tombado, e seus dois filhos.

D. Luís Filipe, que poucos dias depois completaria 21 anos, embora atravessado de lado a lado por uma bala (que depois a autópsia revelou não ter sido mortal) sacou seu revólver Colt e, de pé na carruagem, trocou tiros com os assassinos, chegando a acertar quatro balas num deles. Mas um tiro de carabina o atingiu no rosto e o prostrou sem vida ao lado do pai.

A rainha, que levava na mão um ramo de flores que lhe tinha sido oferecido pouco antes por uma afilhada, protegeu com seu corpo o filho mais jovem que fora ferido no braço e, usando as flores como arma, com elas fustigou um dos assassinos que procurava matar também o infante D. Manuel.

Os assaltantes foram imediatamente trucidados pelos guardas do rei e pela população que, como se disse, tinha D. Carlos e sua família em grande estima.

## **O SANGUE FRIO DO JOVEM REI IMPRESSIONOU PROFUNDAMENTE**

Quando Afonso XII, rei da Espanha, morreu, em 1885, deixou sua esposa grávida. Seis meses depois nascia, já rei, aquele que seria Afonso XIII e que, declarado maior aos 16 anos, assumiria plenamente suas funções.

Também ele foi vítima de um atentado terrorista, precisamente no dia de seu casamento, em 1906. A carruagem em que ele e sua noiva Vitória Eugênia de Battenberg eram transportados foi atingida por uma bomba, que feriu alguns populares, mas que prodigiosamente nem a ele nem à noiva fizeram mal.

A atitude corajosa e o sangue frio demonstrado na ocasião pelo jovem rei impressionaram profundamente o povo espanhol. O primeiro gesto dele, assim que saiu do que sobrou da carruagem, foi socorrer a noiva e, vendo que ela também nada sofrera, encarregou um ajudante de ordens de escoltá-la até local seguro.

Em seguida, com perfeito domínio de si mesmo, pôs-se a atender aos outros feridos, a dar ordens para que fossem socorridos e removidos, sem sequer pensar em proteger-se a si mesmo, evidentemente possível alvo de outro atentado em meio à confusão que se estabelecera no local.

## **SISSI, APUNHALADA POR UM ANARQUISTA**

A Imperatriz Elisabeth, mais conhecida por seu apelido familiar Sissi, nasceu na Baviera, em 1837, e casou em 1854 com o Imperador Francisco José (1830-1916). Sissi foi célebre pela beleza extraordinária e pelo charme indizível de sua pessoa. Sua vida foi tema de três filmes realizados nos anos 50, tendo como atriz principal Romi Schneider, os quais foram sucessos de bilheteria e ainda hoje com frequência são procurados nas locadoras de vídeos.

A bela e desditosa Sissi foi morta em Genebra, em dezembro de 1898, pelo anarquista italiano Luigi Luchesi, que a apunhalou.

## **“NÃO MORRAS! VIVE PARA NOSSOS FILHOS!”**

O estopim que fez eclodir a primeira Guerra Mundial foi o assassinio, ocorrido em Serajevo, capital da Bósnia, do Arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro imediato da monarquia austro-húngara, e de sua esposa, Sofia Chotek.

Na manhã de 28 de junho de 1914, um anarquista sérvio lançou uma bomba contra o carro em que viajavam o Arquiduque e sua esposa, mas a bomba caiu fora do veículo e explodiu quando sobre ela passou um automóvel que acompanhava o casal. Houve dois feridos mas o casal nada sofreu.

Na tarde daquele mesmo dia, Francisco Ferdinando resolveu ir visitar os feridos no hospital da cidade, e para mostrar que não tinha temor, foi de carro aberto. Aproximou-se então o anarquista Gavrilov Princip que estava na mesma conjura do que lançara a bomba horas antes, e matou o casal com tiros de pistola Browning cal. 7.65. As últimas palavras de Francisco Ferdinando, dirigidas à esposa, foram: “Sopher! Sopher! Sterbe nicht! Bleibe am Leben für unsere kinder!” (Sofia! Sofia! Não morras! Vive, para nossos filhos!).

## **TAMBÉM PRESIDENTES DE REPÚBLICA**

Reis e príncipes eram os alvos preferenciais dos atentados terroristas do passado, mas não eram alvos exclusivos. Vários presidentes de república também foram vitimados por atentados desses. Entre outros, recordemos um francês e um norte-americano.

O engenheiro Sadi Carnot, eleito presidente da república francesa em 1887, era neto de Lázaro Carnot, célebre matemático e destacado revolucionário, um dos que votaram a morte do rei Luís XVI. Como a Imperatriz Sissi, também Sadi pereceu apunhalado por um anarquista italiano, de nome Santo Caserio. O fato ocorreu em Lyon, em junho de 1894.

William McKinley, nascido em Ohio no ano de 1843, elegeu-se presidente dos Estados Unidos em 1897. Em 1901, quando iniciava seu segundo mandato, foi morto por um anarquista que o alvejou com dois tiros na Exposição Pan-americana de Buffalo. McKinley faleceu oito dias depois, em consequência dos ferimentos recebidos.



## FIDELÍSSIMA, 180 ANOS\*

Roberto Machado CARVALHO

Um episódio de destaque da história de Itu deu-se em 17 de março de 1823, alguns meses após a independência política do Brasil. A então vila de Itu recebeu do Imperador D. Pedro I o título de FIDELÍSSIMA. Desde a conhecida chegada de D. João VI em 1808, os títulos honoríficos agraciavam personalidades da Corte e das províncias. O costume prosseguiu, mais tarde e com maior número, no governo de D. Pedro II. Muitos foram premiados pelas graças do governante imperial. Mas, títulos que abrangiam toda uma Vila, em reconhecimento à fidelidade política ao Imperador, eram mais raras. Itu foi uma das vilas privilegiadas naquele período, logo após a Independência. Os títulos eram dados com cuidados especiais. E não era qualquer merecimento. Reconhecia-se para efeito da outorga do título reais méritos, tanto de comunidades, como de pessoas físicas.

O que aconteceu então com Itu para merecer tal dignidade e que, por muitos anos, foi orgulho da Vila, depois Cidade? (a partir de fevereiro de 1842). Nossos dois Imperadores, D. Pedro I e D. Pedro II, em especial este último, tinham grande afeição por Itu. Por três vezes, 1846, 1875 e 1886, D. Pedro II visitou Itu. Admirava a cidade religiosa e seus varões que encaminhavam seus filhos para o Colégio dos padres jesuítas, o antigo Colégio São Luiz e as filhas para o Colégio do Patrocínio, das Irmãs de São José. No seu diário de viagem, ano de 1875, registrou sua passagem por Itu, com elogios aos edifícios públicos e privados e aos vultos ituanos da História do Brasil. Naquela ocasião, D. Pedro II visitou igrejas e ficou impressionado com o número delas, umas 17, incluindo as capelas. Não foi sem razão que o Imperador, segundo uma versão, chamou a cidade de

---

(\*) Transcrito de "A Federação", Itu, 22-3-2003.

“Roma Brasileira”, considerando o número elevado de igrejas, capelas e sacerdotes. O título dado poderia ser chamado de honra ao mérito. E Itu mereceu.

Não se tratou de nenhuma batalha ou de ato heróico para merecer a honraria. Foi um movimento que partiu de Itu e alastrou-se por várias vilas, através de suas câmaras municipais. Movimento ao mesmo tempo de protesto e de solidariedade ao Imperador. Protesto contra os desmandos da Junta que governava a Província de São Paulo, a qual não obedecia as ordens do Imperador D. Pedro I, tido como Defensor Perpétuo do Brasil.

No seio do governo provincial verificou-se uma crise política, formando dois grupos. Os chamados “bernardistas” que chefiavam um movimento revolucionário de oposição ao governo central e os liberais, obedientes às ordens do Imperador. Dois destes, Martim Francisco de Andrada e o Brigadeiro Rodrigues Jordão foram retirados, à revelia, da Junta Governativa de São Paulo. Era o auge da crise. A Câmara Municipal de Itu colocou-se contra os “bernardistas”, manifestando, através de ofícios, inteira lealdade a D. Pedro I.

Itu comandou, sob a liderança de Francisco de Paula Sousa e Melo, uma Coligação de Municípios, formada pelas câmaras de várias vilas. O episódio teve seu pico no dia 23 de maio de 1822, alguns meses antes da Independência política de 7 de setembro do mesmo ano. A crise foi encerrada com a dissolução da Junta e a prisão dos rebeldes, cujos líderes foram recolhidos ao Rio de Janeiro.

Foi em reconhecimento à lealdade dos ituanos que D. Pedro I assinou uma carta-régia datada de 17 de março de 1823, concedendo a Itu o título de FIDELÍSSIMA. Para o leitor ter uma idéia, numa das diversas representações encaminhadas à Corte e assinadas por vereadores, autoridades e cidadãos do povo, pode-se ler: “reiterar à Sua Alteza Real nossos vivíssimos protestos de amor, obediência e fidelidade e nossa indignação pelos fatos da Capital, em desobediência às suas Augustas Ordens”.

Além de “reiterar obediência”, os ituanos manifestavam o desejo de paz e ordem na então Província de São Paulo. Tal tradição é válida

para os nossos dias. Apesar dos muitos atritos, geralmente políticos, registrados em nossa evolução histórica, os ituanos em geral sempre foram denodados defensores da Paz e da Ordem. Desarmamentos dos espíritos exige a família ituana, garantia da concórdia no intra-muros do município e a posição em favor da paz e contra a guerra sempre foram apanágios inseridos na consciência dos ituanos.



# DE UMA PASTA DE VELHOS RECORTES

## A HISTÓRIA DE VASSOURAS

José Lins do REGO

Não se pode chamar Vassouras de cidade velha. Com pouco mais de cem anos, filha do século XIX, ela não conheceu, como certas cidades pernambucanas, mineiras, baianas, a formação colonial, o peso dos dízimos, não fez guerras, não conspirou, não deu enforcados pela liberdade como Ouro Preto e Recife. Quando nasceu já o Brasil caminhava pelos seus próprios pés, já havia vencido os terríveis dias da Regência.

A história de Olinda, de Vila Rica têm mistérios que veem de séculos. Ouro Preto encerra a grandeza e a miséria do ouro. Quando há pouco passava pelas estradas de Olinda me vinham à cabeça as guerras de Holanda, os índios revoltos, a dura e áspera batalha pela criação das capitanias de Paraíba e Itamaracá.

As velhas igrejas ficavam naquelas terras como marcos. Lá continuam elas. Veem do século XVI e XVII, sobreviveram porque representam um mundo que julgamos morto, mas que está vivo dentro de cada um de nós. Iguarassú, com as suas ruas enladeiradas e as torres de suas igrejas, parecia a mesma das guerras flamengas. Pensei em Vidal de Negreiros, em Camarão, em Henrique Dias, nos engenhos, nas sesmarias doadas por El-Rei. A história de séculos não se sumira; não se sumirá, apesar de tudo.

O povo tem medo destas cidades carcomidas e então justificam o seu pavor, acreditando que elas dão azar, que são pesadas, que carregam desgraças.

Vassouras teve a vida de uma mulher que morreu cedo. Teve vinte e quatro anos de esplendor, do maior esplendor possível. E caiu com

todo o corpo, com toda a beleza. A Vassouras que deu os barões do Império foi o resumo de uma época. Se Ouro Preto nos dá a história do ouro, se Recife nos resume a grandeza do açúcar, Vassouras poderá encerrar no seu século de vida, ou melhor, no seu quarto de século, todas as maravilhas de um período de vida feliz, o tempo mais feliz que o Brasil já viveu. É verdade que houve a Guerra do Paraguai.

Os barões de Vassouras souberam levar a vida, no grande sentido. O café e as terras novas davam tudo. Os seus palácios, os seus parques, as suas fazendas, os seus quadros, os seus livros (os barões de Vassouras quase todos tinham as suas bibliotecas, as suas revistas “de deux mondes”, os seus livros clássicos) falam de homens que tudo tiraram da vida. As caruagens cortavam as estradas puxadas por parelhas famosas, as mulheres vestiam a melhor seda, falavam francês, decotavam-se nas festas imperiais. E as palmeiras crescendo, enquanto os barões comiam tudo o que a terra dava. As modistas francesas montavam ateliers, os colégios finos se enchiam de meninos ricos. Uma condessa de França montava por lá o seu educandário de estilo. A Granda Nacional chegou a possuir um efetivo de mais de mil praças fardadas com banda de música, que era a melhor da província.

O tenente coronel Gil Francisco Xavier só se apresentava em público montado em ginetes de raça. O Barão de Campo Belo manobrava os seus comandados com garbo, com aspecto de paradas reais. Um cronista, referindo-se às paradas da Guarda Nacional, chegou a dizer: “A grande riqueza vassourense reviveu os tempos de Roma”. Os banquetes oferecidos às praças eram servidos pelas ruas: “Mesas lautas em que inúmeras pessoas fartavam-se de finas iguarias e vinhos escolhidos, estendiam-se pelas ruas da cidade”.

O teatro lírico empolgava Vassouras. A Signora Augusto Candiani, com os duzentos figurantes de sua ópera, entrou um dia em Vassouras em triunfo. Vinha para cinco espetáculos e passou três meses. Luis Pistarini, Licori, trinta professores, cômicos, bailarinas assombrando a bela Vassouras dos barões felizes. Um polonês, do Pati do Alferes, oferecia dez contos a quem matasse Solano Lopez. O judeu Benjamin Benatar pagava um conto de reis pela libertação de um alemão anarquista que aparecera por lá, fazendo medo à cidade feliz. As hospedarias se enchiam de caixeiros viajantes e dos “breganhadores”. Havia oficinas de

carpintaria que enchiam os sobrados de móveis bem trabalhados em jacarandá.

A Santa Casa honrava os barões. O Visconde de Cananéia fôra quase que um franciscano na grande epidemia febre amarela. O Imperador era recabido como um Carlos Magno, como melhor se poderia receber um rei. Hospedara-se num palácio de dezessete janelas de frente e deu do seu bolso dois contos e quinhentos para a chafariz da cidade. Dão-lhe um baile que o sr. Ignácio Raposo diz que fora “um festim real como os grandes bailes de Luís XIV”.

Há crimes célebres em Vassouras. Um padre é condenado no juri como sicário. A cidade se constrange com os dobres a finados: são negros cativos, assassinos de senhores, que vão ser executados. O Imperador não lhes pôde comutar a pena, porque não eram pessoas, eram cousas.

A Madame Masson vem do Rio com seu atelier de modista. Chega depois a Mme. Simone que “trouxe para esta cidade mais algumas companheiras de nacionalidade francesa que iniciaram entre nós o requinte de elegância no trajo feminino, o chique parisiense”. Joaquim Calhois exhibe rubis, pêrolas, diamantes em sua loja. Chabons vende relógios de ouro. Escuta-se o rolardos carros pelas ruas calçadas. Diz um cronista: “Nesses palácios, com todas essas riquezas celebravam-se bailes e festas suntuosas, em que as senhoras ostentavam chales de Toquim, sedas de Lion, rendas da Inglaterra, luvas de Louvin”. Pianos de cauda se desmanchavam nas “romanzas” e “cavatinas”. Os professores de música, as lições da Condessa de La Meure criavam virtuosos de canto e conversação. Joaquim Nabuco passeava a sua elegância londrina pelos quatro cantos da cidade. Amou em Vassouras. E João Caetano levou a sua companhia para fazer os barões chorarem com as dores de Otelo. A estréia de “Omphalia”, de Quintino de Bocaiuva, levada pela companhia deste extraordinário artista, foi um dos maiores triunfos de teatro que assistiu o nosso público, diz Raposo.

A cidade chega aos últimos requintes. Vinte e quatro anos de sonho. A luta pela estrada de ferro entre os Teixeira Leite e os Faros, de Resende, enche os serões de Vassouras de debates calorosos. Vencem os Faros. E Vassouras começa a murchar desde 1878. O francês Ribeyrolles que visitou a grande terra no seu apogeu, tem olho de coruja para as

grandezas que via: “como admitir-se então esta carreira louca de bárbaros colhendo frutos e incendiando florestas?”

Vem a liberdade dos negros; chegou a erosão. Um século depois uma Teixeira Leite deixa em testamento tudo o que tem para a sua cidade pobre. Os trinta mil contos de Dona Eufrásia vieram as estranhas gastas das terras de Vassouras. Voltaram à mãe terra.\*

---

(\*) Publicado originalmente em 8 de outubro de 1941, no antigo jornal “A Manhã”, do Rio de Janeiro. Seria desnecessária qualquer palavra de apresentação do autor do recorte deste número de nossa revista. Figura das mais representativas da literatura nordestina ( e brasileira em geral), tornou-se José Lins do Rego (1901-1957) a expressão máxima do chamado “ciclo da cana de açúcar”, com numerosos romances que evocam a vida (e a sua própria) nos engenhos da Paraíba). Vivendo algum tempo no Rio de Janeiro, conheceu bem a terra fluminense, cuja história e cultura despertaram sempre seu interesse, quer nos seus momentos de esplendor como nos de decadência, como o demonstra o que pequeno acordo em que evoca Vassouras, num corte bastante significativo para se poder apreciar o que representou historicamente a simpática cidade fluminense.

## **TEXTOS**

### **(Sugestões para Seminários)**

#### **AS REFORMAS DE CÉSAR (SUETÔNIO)**

Ele completou o Senado, criou novos patrícios, aumentou o número de pretores, de edis, de questores mesmo de magistrados inferiores; restabeleceu a dignidade daqueles que a tinham perdido por decisão dos censores ou por condenação judicial decorrente de intriga. Compartilhou com o povo o poder dos comícios de tal forma que, com exceção dos candidatos ao consulado, metade dos eleitos era escolhido da lista proposta pelo povo e a outra metade composta por aqueles escolhidos por ele próprio. Ora, ele os designava através de mensagens extremamente curtas enviadas às tribos: “Cesar, ditador, a tal tribo. Recomendo-lhes tais e tais fulanos para receber a dignidade de sua votação”. Admitiu honrarias mesmo em relação aos filhos dos proscritos. Enviava os processos a juízes de duas categorias, da ordem equestre e senadores, tendo suprimido os tribunos do tesouro que formavam uma terceira categoria. Recenseou o povo de uma maneira que não era nem a habitual, nem no lugar costumeiro, mas procedendo segundo quarteirões, e por intermédio dos proprietários das “insula”.

Reduziu o número daqueles que recebiam trigo do Estado, de trezentos e vinte mil para cento e cinquenta mil; e, para que na ocasião do censo não surgissem novas dificuldades decidiu que, a cada ano, o pretor substituiria os mortos pela escolha ao acaso entre aqueles que não tinham tido o direito de ser recenseados.

Depois de ter distribuído oitenta mil cidadãos nas colônias de além-mar para preencher os vazios da Cidade, impediu a todo cidadão maior de vinte anos e menos de sessenta, não engajado em obrigações militares, de se ausentar da Itália por mais de três anos seguidos; proibiu

igualmente a todo filho de senador de partir para longe, exceto quando ligado à figura de algum general ou acompanhando algum magistrado. (41-42, 1)

(**Apud** Pinsky, Jaime - **Cem textos de História Antiga**, pp. 84-85. São Paulo, Hucitec, 1972.

\*

## DE SÃO TOMÉ E DE OUTRAS COISAS

E quando na costa do Brasil tornaram a navegar com direção sudeste, acharam muito bons rios e portos, da mesma maneira ao subirem a (costa), tudo bem povoado. E dizem que quanto mais para o cabo tanto melhor a gente, de bom trato, de índole honrada. Não há neles nem um vício, a não ser que um povoado guerreie o outro. Não se comem, porém, uns aos outros como na Terra do Brasil inferior. Matam-se, todavia, uns aos outros, não fazendo naquela costa leis nem rei, a não ser que ouvem os velhos entre eles e lhes obedecem, como a Terra do Brasil inferior. Também é todo o mesmo povo; só tem outra língua.

Eles têm também recordação de São Tomé. Quiseram mostrar aos portugueses as pegadas de São Tomé no interior do país. Indicam também que tem cruzeiros pela terra a dentro. E quando falam de São Tomé, chamam-lhe o Deus pequeno, mas que havia outro Deus maior. É bem crível que tenham lembrança de São Tomé, pois é sabido que está corporalmente por trás de Malaca; jaz na costa de Siramath, no golfo de Ceilão. No país chamam também freqüentemente seus filhos Tomé”.

(**A Nova Gazeta Alemã**; trad. Clemente Brandenburger, pp. 45-46. Rio de Janeiro, Editora Record, s.d. Coleção “Biblioteca Histórica”, v. 2)

## ESTRANGEIROS QUE ESCREVERAM SOBRE O BRASIL

### ERNST EBEL (? -?)

Viajante leto (oficialmente russo, pois na época seu país encontrava-se sob o domínio do império moscovita), Ernst Ebel é um dos nomes mais significativos de nossa xenobibliografia. No entanto, até há pouco era totalmente desconhecido, mal figurando (ou nem figurando nos catálogos bibliográficos).

Esteve no Brasil, mais precisamente no Rio de Janeiro, no primeiro semestre de 1824, portanto no começo de nossa vida de nação independente, e publicou seu relato de viagem, na forma de cartas dirigidas a um amigo, em 1828, em São Petersburgo, e em língua alemã. Tratou especificamente do “Rio de Janeiro e seus arredores”, como o próprio título dava a entender, detalhando, ainda, que fora escrito “in Briefen eines Rigaer’s”, ou seja “em cartas a um riguense”.

Com pouco mais de cem páginas, nele figuram treze cartas escritas para o seu entretenimento “sem o propósito de jamais divulgá-las”, como declarou no prefácio. Ainda bem que mudou de idéia, pois sua publicação constitui um dos mais simpáticos e objetivos depoimentos sobre o Rio de Janeiro da época.

As cartas são datadas de 6 de janeiro a 9 de junho de 1824, as duas primeiras escritas ainda em viagem, e a partir da terceira (28 de fevereiro) tratando todas do Rio de Janeiro. A última, a menor de todas, de 9 de junho, merece transcrição:

*“Em minhas cartas relatei-te tudo que me aconteceu de extraordinário e interessante neste país; minhas observações refletem, pois, as reações do momento e a minha convicção. Em*

*várias passagens, terei sido demasiada circunstanciado, mas isto para que te sirvam de guia seguro se jamais te animares a vir até cá. Já me encontro de novo a bordo, rumo da pátria; os amigos que me acompanharam acabam de deixar-me. Enfunam-se as velas. O navio deixa o porto e, neste instante, passamos por seu último forte. Adeus, tu, oh mais bela das terras! Cresças e apareças em pujança e cultura, para que em ti descubram aquele paraíso que tão fundo embala nossos mais belos sonhos!”*

A carta de 31 de março é toda ocupada com a descrição da cerimônia realizada uma semana antes (25 de março) de juramento da primeira constituição brasileira, data assinalada também por um pavoroso incêndio que destruiu todo o teatro. A de 30 de abril descreve as solenidades da Semana Santa e também registra suas impressões do Imperador e da Imperatriz:

*“D. Pedro I, Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil - assim reza seu título - é um jovem de vinte e poucos anos, de ótima constituição física, presença sem dúvida imponente e traços característicos. No geral, tem um ar sobranceiro sem ser sombrio, e é dotado, de mais a mais, de coragem e pertinácia. É certo que sua educação foi muito descuidada e lhe faltam conhecimentos científicos, mas parece que ele se dá conta dessa falha e faz o possível por superá-la. A Imperatriz é antes pequena, pouco bonita e seu olhar por vezes duro, quase mal-humorado, não irradia simpatia; em compensação é extremamente culta e ambos vivem na melhor harmonia”.*

Visitasse-os Ebel alguns anos mais tarde e certamente sua impressão acerca da harmonia do casal imperial seria bem diferente...

Devemos a divulgação do pequeno livro de Ebel ao Embaixador Joaquim de Sousa Leão Filho, que, não só o traduziu, como anotou-o convenientemente e ainda acrescentou ao volume mais de trinta ilustrações

evocativas do Rio de Janeiro daquela época, selecionadas quase todas de artistas estrangeiros que nos visitaram pela mesma ocasião: Landseer, Rugendas, Chamberlain, Burchell, Ender, entre outros.

A publicação desse livro, praticamente desconhecido entre nós, foi merecidamente saudada com preciosas referências na imprensa, destacando-se entre estas, a de Fernando Monteiro, na “Revista do Instituto Histórico Brasileiro” e a de Daisy Martinez, nesta própria publicação, sem falar na “orelha da capa” que, para a edição brasileira, redigiu Américo Jacobina Lacombe.

Todos ressaltam o critério e a correção das informações do viajante leto, que nos apresenta verdadeira reportagem sobre a vida do Rio de Janeiro daquela época. Afirma Lacombe que em seu livro “não há enfadonhas descrições científicas, nem cansativas estatísticas, mas a vida comum do brasileiro mediano poucas vezes foi tão singelamente retratada”. E o tradutor observou seu particular interesse para história do café no Brasil nas descrições que faz das fazendas pioneiras da Tijuca, bem como da famosa propriedade de Langsdorff (a “Mandioca”).

É curioso que o livrinho de Ebel tenha sido publicado sem indicação da autoria e que ninguém tenha conseguido registrar as datas balisas da existência do simpático viajante.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**Edição original: Rio de Janeiro und seine Umgebungen in Jahr 1824.** St. Petersburg, kaysерlichen Akademie der Wissenschaften, 1828. 124p.

Edição bras.: **O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824.** Trad. e notas de Joaquim de Sousa Leão Filho; notas de apres. de Américo Jacobina Lacombe. São Paulo, Editora Nacional, 1972. xvi+199p com ilustrações. Coleção “Brasiliana”, v. 351.



## SELETA

### DE UMA CARTA DO DIA 6 DE MARÇO DE 1824

Ernst EBEL

(...)

As mulheres são no geral feias e mesmo de corpo deixam a desejar, tendo forte tendência para a gordura, mas seus braços são comumente bonitos, os pés e as mãos pequenos, finos até, apesar de não se calçarem. Muitas são tatuadas ou marcadas no rosto com luas, estrelas e mais sinais característicos. A outras faltam-lhes os dentes incisivos de cima ou limam-nos em ponta, processos esses de embelezamento africano que as tornam francamente horrendas aos olhos de um europeu. Suas roupas consistem numa camisola sem mangas e numa anágua; as há, entretanto, que se vestem decentemente. As mais endinheiradas cobrem-se ainda com espesso manto de baeta e adornam suas negras gaforinhas com flores e papéis recortados de côr. Consideram marca de beleza armaram tais ornatos bem alto sobre a cabeça, qual um topete, e gostam de usar colares de pérolas vidradas, como também as enfeitam com peças miudas de prata.

Todos os escravos professam a religião católica: as negras, principalmente, vão à igreja sempre que podem, paramentadas de conformidade com suas posses. O português que falamos é um “patois” desagradável para os estrangeiros, difícil de entender mesmos pelos familiarizados com a língua.

No que respeita à índole do negro em geral, a opinião é uma só: de nada serve tratá-lo bem. Há que mantê-lo sob severo controle; os homens sendo por demais inclinados à bebida, ao roubo e à preguiça; as

mulheres, tão difícil é moderar-lhes o instinto, que praticam seus atos com o maior despudor. As conseqüências são as que se vêm por toda parte, contudo raramente aparecem aqui caras tão viciadas quanto noutras grandes cidades européias. Sempre me pareceram exageradas as muitas históricas sentimentais que tenho lido sobre os escravos; agora que os conheço melhor, tenho-as como absolutamente ridículas. (“O Rio de Janeiro e seus arredores”, 46-47).

## RABISCOS DE UM ESCREVINHADOR

Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta publicação em “A Federação”, jornal da vizinha cidade de Itu. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram publicadas.

### **406. RECORDANDO HÉLIO LOBO**

O interesse em reler o excelente livro que Hélio Lobo dedicou a seu pai, Fernando Lobo, propagandista da República na região do Sul de Minas, sugeriu-nos dedicar esta nota ao ilustre diplomata e historiador, nascido em Juiz de Fora em 1883, mas que pouco viveu em sua cidade natal, iniciando-se no Rio de Janeiro sua movimentada vida pública e cultural. Foi secretário da Presidência da República no quadriênio de Wenceslau Brás (1914-1918) e secretário da delegação brasileira à Conferência da Paz, em Versalhes (1919).

Ingressando na carreira diplomática, serviu ao Brasil como cônsul em Londres e em Nova York, e, depois, como ministro plenipotenciário no Uruguai e na Holanda. Neste país, encerrando sua carreira, teve um gesto que muito de perto toca a nós, paulistas: pôs-se delcaramamente a favor da Revolução Constitucionalista de 1932, recusando-se a visar papéis necessários ao embarque de armas adquiridas pelo governo de Vargas para combater a revolução paulista e que deveriam ser embarcadas num porto holandês. Isto custou-lhe a disponibilidade, o que o obrigou a voltar ao Brasil.

Ligou seu nome à historiografia brasileira com algumas obras importantes; além da já mencionada biografia do pai, publicada na preciosa e saudosa Coleção Brasiliana (vol. 88, de 1937), na mesma coleção publicaria dois anos depois “O Panamericanismo e o Brasil” (vol. 169).

Além desses dois livros, de interesse especial para a historiografia, muito escreveu sobre história diplomática, direito internacional, biografias e ainda um ensaio sobre o Canadá. Isto, sem falar no que publicou na imprensa periódica e em revistas jurídicas.

Pertenceu à Academia Brasileira de Letras, para a qual foi eleito em 1918; ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e ao Instituto Americano de Direito Internacional. Sempre interessado em questões americanas, realizou cursos e proferiu conferências nos Estados Unidos e em diversos países da América do Sul.

De seu livro mais conhecido, escrevemos de certa feita: “À margem da biografia do pai, Hélio Lobo esboçou uma importante contribuição para a história da propaganda e implantação do regime republicano em Minas Gerais”... E transcrevemos um depoimento do próprio autor: “Fernando Lobo aparece esquivo, quase anônimo, no fundo do quadro em que se desenvolvem os acontecimentos. E mais de acordo com o papel que desempenhou e mais em harmonia com o seu temperamento. Entretanto, figurou numa época incandescente, a que vai da proclamação da República em Minas à sua consolidação no Rio, sob Floriano”.  
21-1-2003

#### **407. UM GRANDE CIENTISTA POUCO LEMBRADO**

Na extensa galeria de cientistas ou simplesmente viajantes estrangeiros que escreveram sobre o Brasil um dos nomes pouco lembrados é o norte-americano Herbert Smith (1855-1919), que em fins do século XIX integrou a Expedição Morgan, atuante na região amazônica e que em diversas outras ocasiões esteve no Brasil com assinalados serviços de pesquisa científica em várias regiões de nosso País.

No entanto - e isto parece-nos curioso - foi dos primeiros viajantes estrangeiros a serem traduzidos para a nossa língua. Com efeito, data de 1922 (mais de oitenta anos!) a publicação de seu livro “Do Rio de

Janeiro a Cuiabá”, traduzido por Capistrano de Abreu e constituído de matéria publicada originalmente na “Gazeta de Notícias”, do Rio de Janeiro de julho de 1886 a outubro do ano seguinte. A edição correu por conta da antiga Companhia Melhoramentos de São Paulo (atualmente Edições Melhoramentos) e, infelizmente, nunca mereceu reedição. Está hoje na categoria dos livros bastante raros.

Relata o livro a quinta e última viagem realizada pelo cientista americano em terras brasileiras, todas elas significativas não apenas do ponto de vista científico, mas igualmente sob o aspecto humano, o que sempre foi um dos traços bem característicos de sua obra, como bem observou Olivério Mário de Oliveira Pinto no tópico que lhe dedicou no volume quinto da “História Geral da Civilização Brasileira”, dirigida por Sérgio Buarque de Holanda.

Na realidade, o texto de Smith não chega a abranger a capital matogrossense. “Éramos chegados a Cuiabá” é a frase que encerra o livro. Capistrano de Abreu completou o volume com vários anexos de diversos autores referentes a Cuiabá, inclusive um excelente capítulo de Carl von den Steinen.

Parece-nos significativo observar que a parte mais extensa do livro é a que se refere ao Rio Grande do Sul, onde o viajante e sua esposa permaneceram mais tempo, podendo-se incluir seus capítulos entre as melhores coisas sobre algumas regiões do estado sulino. Nada menos que 12 capítulos dos 27 que compõem o livro são dedicados ao Rio Grande do Sul, de interesse não apenas científico, mas também com informações sobre a vida econômica de quase metade do território sulino.

Herbert Smith não era um viajante frio que apenas soubesse ver o que lhe interessava cientificamente. O aspecto humano está sempre presente em seus escritos, o que já fora observado por Olivério Pinto no texto mencionado.

Como foi dito, esse percurso do Rio de Janeiro a Cuiabá e de lá por rios amazonenses retornando ao seu país, foi a última das viagens de Herbert Smith em nosso país. E, infelizmente, seu fim foi trágico. No dia 22 de março de 1919, já residindo novamente nos Estados Unidos, às sete horas da manhã, indo de sua casa em Tuscaloosa, Alabama, para o Museu da Universidade, tendo de atravessar o leito de uma ferrovia, foi apanhado

e morto por um trem de carga. Tendo já uma certa deficiência de audição, parece provável que não tenha percebido a aproximação do trem. 8-2-2003.

#### **408. HALFELD, UM GRANDE GERMANO-MINEIRO**

Quando, há cerca de setenta anos, pouco mais que um adolescente, passamos a residir na cidade mineira de Juiz de Fora, chamou-nos a atenção a freqüência do nome “Halfeld” na localidade. Sabíamos que era o sobrenome do fundador da cidade, mas... nada mais. Tudo na cidade o lembrava: a rua principal, bem como o jardim mais belo então existente traziam o seu nome; no belo parque central erguia-se o monumento em sua memória. Numerosas placas profissionais espalhadas pela cidade traziam também o seu nome, como resultado da enorme e ilustre família que ele constituira na cidade, resultante de dois casamentos em tradicionais famílias mineiras.

A região onde se encontra Juiz de Fora praticamente foi desbravada por ele, construtor das primeiras estradas, a começar por aquela que marcou, por assim dizer, a origem da cidade. Atualmente, a que era a estrada chamada simplesmente “Direita”, transformou-se numa grandiosa avenida (como poucas existem no Brasil) com mais de seis quilômetros de extensão, ligando Manuel Honório ao Alto dos Passos, nomes pelos quais são identificados atualmente as suas balisas.

Mas, esta fase juizforana de Halfeld já é o fim de sua longa existência. Antes, havia ele perlustrado quase toda a então província de Minas Gerais, abrindo estradas, sítios, contribuindo para a inserção de muitas das cidades de hoje no mapa de Minas Gerais. E principalmente, o vale do São Francisco, razão de sua vinda para o Brasil, contratado por D. Pedro II para o levantamento hidrográfico do grande rio. Isto justifica a inclusão de seu nome na história das explorações geográficas em nosso País. Razão de sobra teve, portanto, o saudoso geógrafo José Veríssimo da Costa Pereira incluindo seu nome no precioso levantamento por ele procedido dos “Vultos da Geografia do Brasil”.

Por sua vez, o também saudoso historiador de Juiz de Fora, Wilson de Lima Bastos, dedicou-lhe um livro com tudo o que se pode saber sobre o grande germano-mineiro. Inclusive com o levantamento completo

da genealogia de sua descendência. E Walter Fonseca (infelizmente, também saudoso...) ofereceu-nos em sua “Enciclopédia de Juiz de Fora” dados interessantes de sua biografia. Nascido em 1797, faleceu em 1873. Enviuvando-se de sua esposa alemã, contraíu mais duas vezes núpcias em famílias mineiras, ligando seu nome a uma infinidade de pessoas e de empreendimentos da cidade de que foi fundador.

Temos tido, ao longo destes anos, uma excelente vivência com a cidade de Juiz de Fora, tal a freqüência com que a visitamos, os amigos e colegas que nela residem, as passagens significativas de sua história, suas manifestações culturais de todas as modalidades que nela ocorrem. A beleza da rua Halfeld, com suas rodinhas, seus cafês, seu comércio de alto nível, suas mesinhas ao ar livre e, ao mesmo tempo, sua poderosa rede bancária, tudo isso nos sugere um clima por assim dizer “halfeldiano”. Já se chegou a dizer que a rua Halfeld é a via pública mais elegante do Brasil, podendo-se comparar ao que foi antigamente a rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro. Mas sempre entendemos que o nome de Halfeld, em vez de estar na rua em que está, embora seja esta a rua mais importante da cidade, teria um sentido mais histórico se figurasse na grande avenida (hoje denominada Barão do Rio Branco) que resultou da entrada que ele construiu... 1-3-2003

#### **409. APELO AOS HISTORIADORES**

O historiadores brasileiros demoraram muito para “descobrir” a República. E quando o fizeram nem sempre trataram dela com a atenção e o cuidado que permitissem a percepção do verdadeiro sentido do regime. No mais das vezes, o simples desfile cronológico dos quadriênios presidenciais, com informações úteis, sem dúvida, mas de pouco significado histórico.

Convencionou-se marcar a revolução de 1930 para assinalar o fim da “Primeira República” ou “República Velha”, como alguns preferiram denominá-la. E depois de 30 o panorama republicano tornou-se ainda mais complicado, sem a unidade e a continuidade que caracterizaram os quarenta anos da primeira fase, a ponto de não se saber como denominar os vários períodos pós-trinta.

Com todos os seus defeitos (e que foram muitos...) a chamada “Primeira República” preencheu o seu papel para a consolidação do sistema no Brasil, o que, infelizmente, não aconteceu após 1930. À unidade do primeiro período, seguiu-se, pode-se dizer, uma terrível falta de unidade que nos levaria a numerar nem sabemos quantas Repúblicas. Esta é uma dificuldade que, de início, assusta aos que desejarem estudar o período. O que seria a “Segunda República”, ou seja a que se definiu após o governo provisório de Vargas, nem chegou a completar seu quadriênio, pois o golpe de Estado de 10 de novembro de 1937 alterou substancialmente o sistema. E de então para cá? Quantos períodos tivemos que podem ser caracterizados, cada um, por uma República diferente, não só na aparência mas também na estrutura...

Essa situação desanimaria qualquer pesquisador. Mas não desanimou aquele que se tornou um dos maiores historiadores da República, e que, infelizmente, veio a falecer há pouco: o professor Edgard Carone. Seus diversos livros (alguns até tentando numerar as repúblicas...) têm um sentido que, em geral, passou despercebido aos que também se dispuseram a escrever sobre o período. O sentido de permanência das obras de Carone pode ser compreendido por uma simples frase de um dos que, há pouco, escreveram sobre ele: Carone “soube conciliar fatos e análise”. Seus muitos livros, sem desprezar os fatos (pois sem eles não há História) preocuparam-se sobretudo em tirar deles algo capaz de implicar em “características” do sistema.

E uma das características de seu trabalho, que o põe a salvo de críticas que lhe possam ser feitas, especialmente de ordem doutrinária, refere-se à preocupação de documentá-lo com precisas indicações de fontes, o que, realmente, não é tarefa fácil. Carone terminou sua obra em 1964. Ora, temos ainda quarenta anos que estão à espera de alguém que os estude, não simplesmente citando fatos, mas interpretando-os à base de uma historiografia mais condizente com os seus verdadeiros significados. Continua a República à espera de alguém que dela cuide com atenção, carinho e sobretudo a compreensão que ela exige. 15-3-2003

## ÍNDICES DOS NÚMEROS 188-191 ANO XXXV - 2003

188 - janeiro - março 1 - 110  
189 - abril - junho 111 - 232  
190 - julho - setembro - 233 - 348  
191 - outubro - dezembro - 349 - 456

### ÍNDICE DE AUTORES

BATTISTONI FILHO, Duílio - Algumas considerações sobre a pena de morte no Império - 379  
BATTISTONI FILHO, Duílio - As muitas faces de Álvares Machado - 137  
BATTISTONI FILHO, Duílio - Um humanista português - 243  
BATTISTONI FILHO, Duílio - Um industrial alemão em Campinas no final do século XIX - 19  
BOSSUET - A justificação da monarquia absoluta - 332  
BRUNO, José Eduardo de Oliveira - Caravana Pereira Barreto - 311  
CABRAL, Oswaldo R. - Taunay, presidente de Santa Catarina - 85  
CALISTO, Rui - A filosofia positivista e sua difusão por Martins Fontes - 273  
CARDOSO, Vicente Licínio - O que me fez acreditar no Brasil - 96  
COSTA E SILVA, Paulo Pitaluga - Dois folhetins monçoeiros do século XVIII - 45  
DEAECTO, Marisa - A São Paulo de Liberto Badaró - 151  
DEBES, Célio - Feijó: dois momentos de sua atividade política - 397  
DE LUCA, João Bosco Assis - Dona Cleofe - 27  
FREYREISS, G. W. - O Brasil visto por um botânico alemão - 101  
GUIRELLI, José Carlos - A Iugoslávia contra o Ocidente... - 195  
GOMES, Lidiane - O “Compêndio de História da América” - 247

- JOSEFO, Flávio - As razões do historiador - 95
- LUCAS, Fábio - A formação da nacionalidade no século XVIII - 79
- LEITE, Serafim - Diferenças entre as aldeias do Paraguai e do Brasil - 215
- MEGALE, Nilza Botelho - As virgens negras - 203
- MEDRANO, Lilian - O “Compêndio de História da América” - 247
- MARIZ, Vasco - Calabar, traidor ou patriota? - 361
- MATOS, O. N. de - À memória de um sacerdote historiador - 346
- MATOS, O. N. de - A República no interior paulista - 343
- MATOS, O. N. de - Apelo aos historiadores - 449
- MATOS, O. N. de - Celso Maria de Mello Pupo - 351
- MATOS, O. N. de - Charles Reybeirrolles - 333
- MATOS, O. N. de - Da religião ao folclore e à história - 347
- MATOS, O. N. de - De Campinas (1774) a São Carlos (1797) - 235
- MATOS, O. N. de - Ernst Ebel - 439
- MATOS, O. N. de - Evocando Couto de Magalhães - 228
- MATOS, O. N. de - Evocando um grande historiador - 196
- MATOS, O. N. de - Excelente livro de autor ituano - 105
- MATOS, O. N. de - George Wilhelm Freyreiss - 97
- MATOS, O. N. de - Halfeld, um grande germano-mineiro - 448
- MATOS, O. N. de - Jornalista francês no Brasil Imperial - 108
- MATOS, O. N. de - No centenário de Raimundo de Menezes - 355
- MATOS, O. N. de - O Imperador e o Instituto Histórico - 227
- MATOS, O. N. de - Padre Antonio Sepp, SJ - 221
- MATOS, O. N. de - Para o conhecimento de um outro Euclides - 230
- MATOS, O. N. de - Recordando Hélio Lobo - 445
- MATOS, O. N. de - Recordando Vicente Licínio Cardoso - 109
- MATOS, O. N. de - Um francês a quem muito deve o Brasil - 231
- MATOS, O. N. de - Um grande cientista pouco lembrado - 446
- MATOS, O. N. de - Uma “geografia” já “histórica” - 344
- MATOS, O. N. de - Uma visão diferente de São Paulo no início do século XIX - 3
- MATOS, O. N. de - “Va pensiero sull’ali dorate” - 113
- OLIVEIRA, Manuel Lucas - Convite aos paulistas para uma Federação - 331

- PICCAROLO, Antonio - Foi Vespucci um espião - 325
- PIRES, Mário - Batista Cepelos, o poeta da nostalgia - 51
- PIORINO FILHO, F. - Emílio Ribas, pioneiro da saúde pública - 67
- RIBEIRO JÚNIOR, João - A biblioteca de Alexandria e as correntes filosóficas greco-judaicas - 37
- RIBEYROLLES, Charles - D. Pedro I - 339
- RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel - Alguns problemas surgidos em Campinas na transição de vila à cidade - 239
- RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel - Apenas alguns recortes de como foi Campinas desenvolvendo sua cultura e recreação no final do século XIX - 11
- RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel - Alguns problemas surgidos em Campinas na transição de vila à cidade - 239
- RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel - Um rápido passeio pela “Vila Nova” - 389
- SACRAMENTO, J. A. de Avila - Considerações acerca da naturalidade de um herói - 75
- SECCO, Lincoln - A São Paulo de Libero Badaró - 151
- SEPP, Antonio - “Para não se originarem rixas entre os índios” - 223
- SANTOS, Armando A. - O terrorismo no tempo dos nossos avós - 423
- SILVA, Leonardo Dantas - Alberto Eckhout, o retratista de Nassau - 179
- SILVA, Leonardo Dantas - Gabriel Soares na historiografia dos primeiros anos - 301
- SILVA, Leonardo Dantas - Koster, o mais fiel retratista da paisagem - 409
- SILVA, Leonardo Dantas - Olinda e Recife, dois destinos numa só história - 55
- VALENTINIANO III - A primazia do Papado - 219
- VASCONCELOS, Simão de - São Vicente - 219
- VALETON, Luciana de O. - O “Compêndio de História da América” - 247
- WEHLING, Arno - Relação França-Brasil - 23

## DE UMA PASTA DE VELHOS RECORTES

- CABRAL, Oswaldo R. - Taunay, presidente de Santa Catarina - 85
- LEITE, Serafim - Diferenças entre as aldeias do Paraguai e do Brasil - 215
- PICCAROLO, A. - Foi Vespucci um espião? - 325
- REGO, José Lins do - A História de Vassouras - 435

## TEXTOS

- CARDOSO, Vicente Licínio - O que me faz acreditar no Brasil - 96  
 JOSEFO, Flávio - As razões do historiador - 95  
 BOSSUET - A justificação da monarquia absoluta - 332  
 OLIVEIRA, Manuel L. de - Convite aos paulistas para uma Federação - 331  
 VALENTINIANO III - A primazia do Papado - 219  
 VASCONCELOS, Simão de - São Vicente - 219  
 SUETÔNIO - As reformas de César - 437

## RABISCOS DE UM ESCRIVINADOR

- À memória de um sacerdote-historiador - 348  
 A República no interior paulista - 343  
 Apelo aos historiadores - 449  
 Da religião ao folclore e à história - 347  
 Evocando Couto de Magalhães - 228  
 Evocando um grande historiador - 106  
 Excelente livro de autor ituano - 105  
 Halfeld, um grande germano-mineiro - 448  
 Jornalista francês no Brasil imperial - 108  
 O Imperador e o Instituto Histórico - 227  
 Para o conhecimento de um outro Euclides - 230  
 Recordando Hélio Lobo - 445  
 Recordando Vicente Licínio Cardoso - 109  
 Um francês a quem muito deve o Brasil - 231  
 Um grande cientista pouco lembrado - 446  
 Um “Geografia” já “histórica” - 344

## ÍNDICE DE ASSUNTOS

- Absolutismo - 332  
 Aldeiras indígenas - 215, 229  
 Álvares Machado - 137  
 Batista Capelos - 51  
 Biblioteca de Alexandria - 37  
 Calabar - 361  
 Camargo, Pe. Paulo F. - 346  
 Campinas - 11, 19, 121, 235  
 Cleofe Person - 27  
 Cardoso - Vicente Licínio - 109  
 Correntes - 37  
 Couto de Magalhães - 228  
 Cunha - 230  
 D. Pedro I - 337  
 D. Pedro II - 227  
 Damante, Hêlio - 347  
 Ebel - 439  
 Eckhout - 179  
 Emílio Ribas - 67  
 Freyrells - 97, 101  
 Garcia, Rodolfo - 151  
 Geografia - 344  
 Goes, Damião - 243  
 Gorceix - 231  
 Guerra de Kosovo - 195  
 Halfeld - 448  
 História de São Paulo - 331  
 História Romana - 437  
 Historiografia - 95  
 Instituto Histórico Brasileiro - 222  
 Itu - 429  
 Koster - 409  
 Libero Badaró - 151  
 Lobo, Hêlio - 445  
 Martins Fontes - 273  
 Menezes, Raimundo de - 355  
 Monções - 48  
 Música - 27, 113  
 Nabuco (ópera) - 113  
 Nacionalidades - 79  
 “Nova Gazeta da Terra do Brasil” - 438  
 Olinda - 55  
 Papado - 219  
 Pena de morte - 379  
 Positivismo - 273  
 Pereira Barreto - 311  
 Pupo, Cleso M. de Melo - 351  
 Recife - 55  
 Relações França-Brasil - 23  
 Religião - 213  
 República - 343  
 Recife - 55  
 Relações França/Brasil - 23  
 Religião - 13  
 República - 343  
 Ribeyrolles - 108, 333  
 Rio de Janeiro - 443  
 Rocha Pombo - 337

Santa Catarina - 85  
São Paulo (cidade) - 3, 333  
São Vicente - 219  
Saúde Pública - 67  
Sepp, Padre - 221  
Soares, Gabriel - 30

Taunay, Visconde de - 85  
Terrorismo - 423  
Tiradentes - 75  
Vassouras - 433  
Vespucci, A. - 324

# **CENTROS UNIVERSITÁRIOS**

## **CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS AMBIENTAIS E DE TECNOLOGIAS**

Faculdade de Análise de Sistemas  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
Faculdade de Engenharia Ambiental  
Faculdade de Engenharia Civil  
Faculdade de Engenharia de Computação  
Faculdade de Engenharia Elétrica  
Faculdade de Geografia  
Faculdade de Matemática  
Faculdade de Química

## **CENTRO DE CIÊNCIAS DA VIDA**

Faculdade de Ciências Biológicas  
Faculdade de Ciências Farmacêuticas  
Faculdade de Enfermagem  
Faculdade de Fisioterapia  
Faculdade de Fonoaudiologia  
Faculdade de Medicina  
Faculdade de Nutrição  
Faculdade de Odontologia  
Faculdade de Psicologia  
Faculdade de Terapia Ocupacional

## **CENTRO DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO**

Faculdade de Administração  
Faculdade de Ciências Contábeis  
Faculdade de Ciências Econômicas

## **CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

Faculdade de Biblioteconomia  
Faculdade de Educação  
Faculdade de Educação Física  
Faculdade de Serviço Social

## **CENTRO DE CIÊNCIA DA LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO**

Faculdade de Artes Visuais  
Faculdade de Jornalismo  
Faculdade de Letras  
Faculdade de Publicidade e Propaganda  
Faculdade de Relações Públicas  
Faculdade de Turismo

## **CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS**

Faculdade de Teologia e Ciências Religiosas  
Faculdade de Ciências Sociais  
Faculdade de Direito  
Faculdade de Filosofia  
Faculdade de História

